

**A ARISTOCRACIA DE SERVIÇO E A *INTELLIGENTSIA* DE OPOSIÇÃO
NA RÚSSIA IMPERIAL (1815-1914)**

Sara de Athouguia Filipe

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
Área de Especialização em Ciência Política**

Maio, 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida.

*Ao meu pai, cuja voz reencontro
sempre que leio os contos tradicionais russos.*

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria sido possível sem um conjunto de pessoas que, não só me cederam o seu tempo, como partilharam comigo os seus conhecimentos. Em primeiro lugar, um agradecimento muito especial e de profunda admiração ao Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida, que foi muito mais do que um orientador: embora eu não seja Dante, a viagem pelo conhecimento começa por uma descida aos infernos e, nesta jornada, o Professor foi, sem dúvida, o meu Virgílio, guiando-me até ao meu objectivo. Um outro agradecimento é dirigido ao Professor Thierry Dias Coelho, pela sua disponibilidade e generosidade na partilha do conhecimento, pelo seu olhar crítico e pelas suas palavras de motivação nos momentos cruciais. Aqui fica, também, um agradecimento ao Professor Rui Branco e ao Professor Daniel Alves, pelas conversas esclarecedoras e por todos os conselhos e referências com que enriqueceram esta investigação.

Para além das pessoas que ajudaram na realização desta dissertação com os seus conhecimentos científicos e académicos, outras houve que deram contributos diferentes; porém, não de menor importância. Um enorme ‘obrigada’ à minha mãe, por ter sido a minha primeira leitora, ouvinte e crítica, por toda a sua paciência, pelo apoio e amor incondicional e por me ter proporcionado o privilégio de me dedicar em exclusivo às tarefas académicas. Um agradecimento também é devido aos meus tios, Pedro e Sofia, por acompanharem os meus projectos de forma tão próxima, e um ‘obrigada’ muito especial aos meus avós, cujas expectativas e carinho me dão confiança em mim própria e me impulsionam a fazer mais e melhor. Outros agradecimentos vão para os meus amigos: para o João Francisco Diogo, não só pelos contributos intelectuais e literários que deu a esta dissertação, como também pelas palavras e silêncios que partilhámos; para o Filipe Moura Ferreira e para a Sara Branco, cuja alegria e optimismo me contagiam até nos momentos de maior dúvida e insegurança; e para a família Serrano, que considero parte da minha — o meu obrigada a todos eles pela amizade constante, pela motivação e por me resgatarem dos momentos de solidão pensativa que são característicos da minha personalidade.

Também não pode faltar um agradecimento a Margarita Ruschak, pela revisão das traduções que me aventurei a fazer; à professora Lyudmila Adamenko, pela sua paciência no ensino de um idioma tão complexo como o russo e pela sua disponibilidade para me esclarecer algumas dúvidas linguísticas levantadas pela minha pesquisa; e à professora Larysa Shotropa e aos meus colegas dos cursos de literatura russa (2014-2015), que me fizeram colocar novas questões que viriam a provar-se determinantes para esta dissertação.

A Aristocracia de Serviço e a *Intelligentsia* de Oposição na Rússia Imperial (1815-1914)

Sara de Athouguia Filipe

De que forma as relações entre a aristocracia e a *intelligentsia* e as suas reacções face ao processo de modernização, no contexto de um Estado czarista autocrático, contribuíram para o declínio do império russo? Esta dissertação visa compreender de que forma as acções da aristocracia influenciaram as da *intelligentsia*, e vice-versa, durante as transformações políticas e sociais do processo de modernização do império. A análise das respostas e contra-respostas da elite política tradicional (a aristocracia) e dos grupos de oposição (que compunham várias facções da *intelligentsia*) ao processo de modernização evidencia diferentes contributos para a atenuação ou acentuação da Autocracia do Estado czarista e, conseqüentemente, para o declínio imperial. Esta dissertação foca, por isso, os momentos de mudança cruciais no império e os valores políticos, sociais e culturais da aristocracia, tentando compreender até que ponto estes eram partilhados pela *intelligentsia*.

No contexto desta análise, atentamos às fontes literárias, extraindo informação quanto aos valores sociais e culturais (de cariz predominantemente aristocrático), relevantes para completar a interpretação e descrição das atitudes políticas dos grupos em estudo. A literatura especializada enfatiza a heterogeneidade do poder da aristocracia russa, bem como a falta de coesão da oposição da *intelligentsia*. Não obstante, defendemos que as reacções de ambos os grupos aos programas de modernização e as suas interacções durante o período em análise (1815-1914) influenciaram o processo de declínio imperial.

PALAVRAS-CHAVE: elites, aristocracia, império, Rússia, *intelligentsia*, modernização, declínio imperial

The Service Aristocracy and the Oppositional Intelligentsia in Imperial Russia (1815-1914)

Sara de Athouguia Filipe

How did the relationship between the aristocracy and the intelligentsia and their reactions towards the modernization process, in the context of an autocratic and tsarist State, contributed to the decline of the Russian Empire? This dissertation aims to analyze the manner in which aristocracy influenced intelligentsia's actions, and vice versa, during political and social transformations brought about by the empire's modernization process. The analysis of various responses by the traditional political élite (aristocracy) and by opposition groups (composing different factions of the intelligentsia) to the modernization process points out distinct contributions to the Autocracy's mitigation or accentuation in the Tsarist State, and, hence, to the imperial decline. This dissertation focuses on crucial changing moments in the empire, relating them with both shared and exclusive political, social and cultural values of the aristocracy and the intelligentsia.

In this analysis' context, we consider the literary sources as a way to extract further information concerning (predominantly aristocratic) social and cultural values. This additional information is, thus, relevant to complete a certain interpretation and description of these groups' political attitudes. The specialized literature emphasizes the heterogeneity of the Russian aristocracy's power, as well as the lack of cohesion of the intelligentsia's opposition. Nevertheless, we shall defend that these groups' reactions towards different modernization programmes, and their interactions during the period between 1815 to 1914, influenced the process of imperial decline.

KEYWORDS: élites, aristocracy, empire, Russia, intelligentsia, modernization, imperial decline

ÍNDICE

Introdução	1
<i>Estado da Arte</i>	2
<i>Considerações Metodológicas</i>	11
<i>Delimitação cronológica</i>	13
<i>Estrutura da análise</i>	14
Capítulo I: Uma ideia de nação, uma ideia de elite	17
<i>Ocidentalização, Serviço e Estatuto Nobre</i>	19
<i>A chegada de um novo século</i>	20
<i>Entre o Império e a Nação</i>	21
Capítulo II: Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade	30
<i>Caminhos para a reforma, directivas de preservação</i>	32
<i>Burocratização – a aristocracia faz parte do serviço ou o serviço é parte da aristocracia?</i>	38
<i>Intelligentsia – um grupo de oposição ou uma ideia de protesto?</i>	45
Capítulo III: As potencialidades das fontes literárias no estudo das elites	56
<i>A importância das fontes literárias num estudo sobre a aristocracia</i>	57
Capítulo IV: “Algo tem de mudar para que tudo fique na mesma”	63
<i>Xeque... Xeque-mate à aristocracia?</i>	64
<i>Movimentações na intelligentsia e outros prenúncios</i>	70
<i>Cavaleiros e Filisteus na Sociedade – Leões e Raposas na Política?</i>	76
Capítulo V: A Valsa Inacabada.....	83
<i>A fome da mudança</i>	84
<i>1905 – annus mirabilis ou annus horrendus?</i>	92
<i>Os legados de 1905: ‘Deus não mais existe! Já não há Czar!’</i>	94

<i>O Manifesto de Outubro e a Monarquia Constitucional</i>	98
Capítulo VI: No Fim da Linha	102
<i>Repensar a Duma</i>	103
<i>Origens socioeconómicas dos representantes e preferências</i> <i>partidárias</i>	104
<i>A Quarta Duma – uma tendência de continuidade</i>	107
<i>O Conselho de Estado</i>	108
<i>O perfil da elite</i>	109
<i>O Nacionalismo (1909-1914)</i>	112
<i>A falha do Constitucionalismo russo como o princípio do fim?</i>	113
Conclusão	116
Bibliografia	124
Lista de Tabelas	137

Introdução

*O melhor e o pior dos tempos, a era da sabedoria e a era da loucura; a época da fé e a época da descrença; a era das luzes e a era das trevas; a Primavera da esperança e o Inverno do desespero*¹ — assim começa *Um Conto de Duas Cidades*, de Charles Dickens, e assim poderiam começar muitas das histórias ocorridas durante o processo de modernização dos impérios no século XIX, precisamente por a Modernidade ter sido construída em diálogo com a Tradição e, logo, por aparentes contradições, paradoxos e oposições. O romance de Dickens foca França e Inglaterra, mas os paralelos sociais são muitas vezes aplicados à Rússia: os camponeses oprimidos pela aristocracia antes da revolução, a aristocracia a desaparecer brutalmente depois da revolução. As revoluções do ‘longo século XIX’, como lhes chamou Hobsbawm, assumem, pois, um papel central na História dos impérios e, ainda que essa centralidade seja pertinente, não deve cegar-nos para as outras dinâmicas e factores do declínio e do colapso de um determinado sistema político e/ou de uma determinada ordem social que associamos a uma ideia de Antigo Regime. Essa aparente dicotomia entre a ideia de Antigo Regime e a de mudança revolucionária faz com que se assuma uma postura “que consiste em fingir que a Rússia só nasceu em 1917, tal como alguns insistem em manter que a França só começou em 1789”².

O fim do império em 1917 foi, certamente, o começo de uma nova história, mas também foi o fim de outra: a de um império que não conseguiu reverter o seu processo de declínio, entrando em colapso. A história desse processo pode explicar, em grande medida, a nova história de 1917 e, por isso, usamos as palavras de Lenine: “É preciso respeitar o passado. O respeito não é admiração”³. Há uma memória colectiva, como que um eco do passado, que perdura, influenciando as novas estruturas políticas, económicas, sociais, legais e culturais.

Embora ao longo deste estudo várias pistas sejam levantadas quanto às mudanças supramencionadas, não são estas que estarão sob o foco da nossa análise, uma vez que o

¹ [No texto, referimo-nos à obra de acordo com as traduções mais recentes, que consideramos serem mais fiéis ao título original em inglês] C. Dickens (1960). *Duas Cidades, Um Amor*. Lisboa: Romano Torres, p. 5.

² J. des Cars (2015). *La Saga des Romanov*. Paris: Perrin, p. 18.

³ [Segundo este autor, Lenine terá proferido estas palavras aquando da assinatura dos decretos de nacionalização do Palácio de Inverno, de forma a proteger o património de actos de vandalismo] Citado em J. des Cars (2015). *La Saga des Romanov*. Paris: Perrin, p. 20.

colapso do império russo não é explicável apenas por meio do conflito social e político. Há um longo processo de declínio imperial que o antecede, do qual não interessa apenas estudar as mudanças, mas também a persistência de elementos pré-modernos, pré-industriais e pré-burgueses⁴ na política e na sociedade do século XIX, sendo que as várias dinâmicas de continuidade e ruptura transparecem das relações entre a aristocracia e a *intelligentsia*, inseridas no contexto autocrático de um Estado Patrimonial e Burocrático.

Nesta investigação, tentaremos, então, compreender de que forma as acções da aristocracia influenciaram as da *intelligentsia*, e vice-versa, durante as transformações políticas e sociais do processo de modernização do império e de que forma as respostas e contra-respostas da elite política tradicional (a aristocracia) e dos grupos de oposição (que compunham as várias facções da *intelligentsia*) contribuíram para a atenuação ou acentuação da Autocracia do Estado czarista e, conseqüentemente, para o declínio do império. Assim, podemos formular a seguinte pergunta, com o intento de que esta nos guie pela investigação: ‘De que forma as relações entre a aristocracia e a *intelligentsia* e as suas reacções face ao processo de modernização política e social, no contexto de um Estado czarista autocrático, contribuíram para o declínio do império russo?’.

Estado da Arte

O império enquanto estrutura política existiu desde a Antiguidade Clássica até ao século XX, sendo que, na sua extensão temporal, evoca diferentes ideias e definições. Nesta análise compreenderemos o império nos termos de Lieven (2006), como tendo as seguintes características: “governo sobre muitas pessoas e enormes territórios (...) o poder militar era crucial para a criação e manutenção do império, mas a sobrevivência a longo prazo também requeria instituições políticas efectivas (...) os impérios eram governados por alguma combinação de um monarca teoricamente autocrata e de uma classe aristocrática-guerreira (...) [mas] amplas e sofisticadas burocracias aumentavam grandemente a força e durabilidade do império”⁵. Os impérios são também entendidos como entidades supranacionais caracterizadas “pelo tamanho, pela hierarquização étnica e por um regime que centraliza o poder mas que recruta diversas elites sociais e/ou étnicas

⁴ A. Mayer (2010). *The Persistence of the Old Regime — Europe to the Great War*. London and New York: Verso, p. 6.

⁵ D. Lieven (ed.) (2006). *The Cambridge History of Russia, Volume II: Imperial Russia 1689-1917*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, p. 9.

para a sua administração”⁶. A primeira definição está relacionada com o declínio do império em si e a segunda com o perfil das suas elites.

O declínio dos impérios é um assunto amplamente estudado, desde os impérios clássicos, como o romano (Gibbon 2013), até aos impérios do século XX, como o soviético (Coleman 1997). Em relação ao declínio dos impérios durante o século XIX, especificamente, muitos têm-no visto como sendo acompanhado pelo declínio das aristocracias — estas aristocracias vistas como uma classe que, graças ao seu estatuto privilegiado, conseguiu reter “uma importância no governo que não era, de todo, proporcional aos seus números, capacidades, e contribuições para as suas sociedades”⁷. Na perspectiva de Blum (1978), a aristocracia apresentava-se como desinteressante e supérflua, uma classe cuja proeminência política e estatuto privilegiado iam sendo gradualmente divididos com os ‘plebeus’ e que, por isso, a sua influência estava fadada a desvanecer-se. Esta explicação poderia parecer suficiente para estabelecer o paralelo entre o declínio do império – enquanto perda de capacidade de controlo sobre o território e população – e um hipotético declínio da aristocracia, uma vez que “durante centenas de anos, os czares russos tinham dependido da nobreza para manter a ordem”⁸ e tendo em conta a natureza expansionista⁹ e multi-étnica do império russo. Mas, por outro lado, Mayer (2010) avança a hipótese de que as elites tradicionais, não só se conseguiram ajustar às mudanças políticas e sociais do século XIX, como mantiveram o seu poder, uma vez que o “sistema cultural e educacional (...) reforçava e reproduzia o *ancien régime*”¹⁰ e que as elites europeias permaneceram aliadas ao antigo regime. Se olharmos para a aristocracia e para a ideia do poder aristocrático numa visão que se alarga para além da influência política e económica, tal poderá permitir concretizar algumas conclusões acerca, não só do poder da aristocracia enquanto elite tradicional em adaptação a tempos de mudança social rápida, mas também da importância de uma ideia de liderança proto-aristocrática dos novos grupos aspirantes a elite, nomeadamente, a *intelligentsia*.

⁶ C. S. Maier (2006). *Among Empires: America's Ascendancy and its Predecessors*. Cambridge MA: Harvard University Press, p. 31.

⁷ J. Blum (1978). *The End of Old Order in Rural Europe*. New Jersey: Princeton University Press, p. 420.

⁸ D. Smith (2013). *Gente do Passado – Os Últimos Dias da Aristocracia Russa*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, p. 34.

⁹ D. Lieven (2001). *Empire – The Russian Empire and Its Rivals*. New Haven and London: Yale University Press, p. 263.

¹⁰ A. Mayer (2010). *The Persistence of the Old Regime — Europe to the Great War*. London and New York: Verso, p. 14.

A aristocracia é, por isso, representada sob várias formas. É a *ruling class*, porque, como defendido por Pareto, “as chamadas classes altas são também usualmente as mais ricas. Estas classes representam uma elite, uma ‘aristocracia’”¹¹. No entanto, a frequente definição de aristocracia como ‘classe’ de poder apenas transmite a sua capacidade de influência económica, enquanto que, na realidade, ia além disso. É também a *ruling élite*, uma vez que a aristocracia constituía um “grupo de pessoas que até certo ponto exercem poder ou influência sobre outros actores do sistema”¹². Do nosso ponto de vista, a aristocracia era muito mais do que o *haut ton*: era também a *governing élite* porque os aristocratas eram ministros, conselheiros, membros das assembleias locais e, mais tarde, membros tanto da câmara alta como da câmara baixa da Assembleia Constituinte, a Duma. A aristocracia é, pois, a elite política e social do império russo. No entanto, devido à dependência histórica da aristocracia — i.e., dos grandes magnatas — face à Coroa, e devido à relação entre modernidade e aristocracia, consideramos pertinente estudá-la como grupo tradicional de poder num sentido mais amplo (Lieven 1992, xvi). Definir os limites desta concepção de aristocracia não é fácil, mas seguimos a definição de Lieven (1992): não é tão abrangente que inclua toda a nobreza, mas considera “os magnatas e os elementos mais ricos da nobreza provincial, famílias com a riqueza e o estatuto para ‘viver de forma nobre’ aos olhos dos seus pares”¹³, isto por também ser importante considerar a partilha de uma ideia de identidade aristocrática no contexto desta análise.

Apesar de haver uma quantidade considerável de estudos sobre a relação entre a aristocracia e as massas na transição para a “sociedade moderna”¹⁴, consideramos que o foco nas elites (política, social e cultural) poderá evidenciar outras dinâmicas e factores do declínio imperial. Uma certa relutância em olhar para as elites e, sobretudo, para a aristocracia deste prisma representa claramente um legado das décadas de 1960 e de 1970, durante as quais “a nobreza foi apenas um tópico marginal na história social, e mais tarde a historiografia europeia foi dominada por questões relativas ao movimento trabalhista e à história das classes mais baixas”¹⁵. Neste contexto, referimos as teorias dos movimentos sociais, segundo as quais as ‘massas’ eram o actor crucial nas transformações políticas e

¹¹ Citado em T. Bottomore (2003). *Élites and Society*. London and New York: Routledge, p. 2

¹² R.A. Dahl (1958). “A Critique of the Ruling Elite Model.” *The American Political Science Review* 52(2): 463–69, p. 463.

¹³ D. Lieven (1992). *The Aristocracy in Europe, 1815-1917*. London: Macmillan Press, p. xvi

¹⁴ B. Moore (1966). *Social Origins of Dictatorship and Democracy — Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, p. 413.

¹⁵ V. Dubina (2008). “The ‘Distinction’: Russian Nobility and Russian Elites in the European Context (the 18th-19th Century)”. *Social Evolution and History*, 7(2): 80-100, p. 81.

sociais, visto que “as clivagens políticas têm sido associadas tradicionalmente a um modelo de acção colectiva, no qual os actores: (1) lutam uns contra os outros de forma a proteger os seus interesses materiais e políticos; e (2) se definem a si mesmos (como membros de uma classe, facção ou grupo nacional) em relação a esses interesses”¹⁶ — as interpretações estruturais destas teorias têm ligado os movimentos sociais a fenómenos como a emergência dos mercados, a criação de Estados-nação e a cidadania moderna (Della Porta e Diani 2006, pp. 36-7). Contudo, as teorias dos movimentos sociais falham em explicar as mudanças de regime, uma vez que há “muitos tipos de mudança de regime”¹⁷, mas falham também em providenciar outras explicações que são importantes para a nossa investigação: i) ignoram a relação e a tensão entre a construção do império (que nos interessa sob a forma das suas reformulações, baseadas numa necessidade de modernização) e a formação de uma nação¹⁸; ii) apesar de as transformações trazidas pela Revolução Industrial terem marcado uma grande mudança na História da Humanidade, a “capacidade da elite tradicional para se adaptar, bem como a sua posse (...) de um conjunto de valores e habilidades que eram completamente adequados à era industrial”¹⁹ evidencia a sua relevância na modernidade, ainda que, de facto, o processo de modernização tenha alargado as fontes de protesto. Assim, ainda que a aristocracia fosse a artesã da sua própria destruição, como diria Pareto, visto que era uma *ruling class* baseada no privilégio tradicional, o certo é que tanto os valores liberais e individualistas do capitalismo emergente no século XIX não seriam os únicos compatíveis com a economia e a política moderna, como a sobrevivência da hegemonia cultural da aristocracia prolongaria a sua existência (Lieven 1992, 245-8) — que conviveu e se adaptou, precisamente, a fenómenos modernos.

É, por isso, relevante estudar a aristocracia e as suas atitudes face ao processo de modernização, uma vez que as suas respostas políticas e sociais podem ter influenciado o declínio do império. Richard Pipes, na sua análise de referência sobre o Antigo Regime russo (1995), conclui que “como classe, a *dvorianstvo* perdeu a sua fundação económica nas últimas décadas do regime imperial, e politicamente já não representava qualquer tipo de força”²⁰. A primeira parte da observação é, em parte, verdadeira, porque as ‘Grandes

¹⁶ D. Della Porta; M. Diani (2006). *Social Movements — An Introduction*. Malden and Oxford: Blackwell Publishing, p. 36.

¹⁷ J. Linz, Juan (2015). “As Transições para a Democracia”. In *Autoritarismo e Democracia*, eds. Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto. Lisboa: Livros Horizonte, 101-128, p. 101.

¹⁸ G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press, p. xix.

¹⁹ D. Lieven (1992). *The Aristocracy in Europe, 1815-1914*. London: Macmillan Press, p. 248.

²⁰ R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books, p. 190.

Reformas' da década de 1860 vieram alterar as fórmulas e fontes do poder económico da aristocracia como um todo — contudo, a aristocracia russa, no conceito em que a entendemos, era um grupo heterogéneo na sua riqueza e, se as reformas da década de 1860 vieram pressionar elementos da nobreza completamente dependentes das suas terras, certo é que os outros sobreviveram à Emancipação (Lieven 1992, 46), compondo um grupo que se adaptou às novas dinâmicas económicas trazidas pela modernidade e “desmentindo a ideia de que a aristocracia russa estava à beira da falência em 1914”²¹. A segunda parte da afirmação de Pipes (1995) é, porém, mais questionável — a política evoluíra das intrigas palacianas e dos conflitos entre as grandes famílias para as lutas entre ministros (Lieven 1990, 25), porém, “havia uma necessidade comum da nobreza russa se adaptar a um novo ambiente”²², uma necessidade que se expandiu num ambiente onde crescia a oposição sob a forma de uniões, congressos e comités que visavam representar todo o tipo de grupos sociais e profissionais numa realidade política paralela. Neste plano, a elite tradicional “respondeu rapidamente, ressuscitando associações inactivas ou criando novos corpos para mobilizar grupos importantes, representando os seus interesses num novo clima político, e promovendo a sua própria visão quanto ao futuro da Rússia”²³, tal como, ao nível das instituições políticas, “os anos de 1906-17 testemunharam um dramático ressurgimento de força por parte da nobreza e da aristocracia”²⁴.

A ideia de um destino fatal da aristocracia deve ser cuidadosamente dissecada, visto que as explicações avançadas não são tão lógicas quanto possa parecer devido tanto (1) à suposta ‘distinção’ da aristocracia russa, face aos seus semelhantes europeus, baseada numa lógica de serviço que foi, afinal, “uma prática comum em outros países que não a Rússia e as diversas nobrezas praticaram-na por honra ou por necessidade, às vezes ambas ao mesmo tempo”²⁵, como a (2) um programa cultural da modernidade (Eisenstadt 2007, 15) aparentemente incompatível com os elementos tradicionais que a aristocracia incorporava. Consideramos, então, que explicação adicional é necessária quanto à crença comum de que o processo de modernização é inevitavelmente acompanhado por um

²¹ D. Lieven (1992). *The Aristocracy in Europe, 1815-1914*. London: Macmillan Press, p. 52.

²² P. Waldron (1997). *The End of Imperial Russia, 1855-1917*. London: Macmillan Press, p. 86.

²³ M. Rendle (2010). *Defenders of the Motherland — The Tsarist Elite in Revolutionary Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 1.

²⁴ D. Lieven (1990). *Russia's Rulers Under the Old Regime*. New Haven and London: Yale University Press, p. 26.

²⁵ M. Confino (1993). “À propos de la notion de service dans la noblesse russe aux XVIIIe et XIXe siècles”. *Cahiers du monde russe et soviétique* 34 (1-2): 47-58, p. 56.

‘declínio da aristocracia’. Este termo refere-se comumente à separação entre a nobreza e as terras, à perda de capacidade de influência política e ao facto de “os seus membros terem sido absorvidos por agrupamentos sociais mais modernos”²⁶.

Sobre a *intelligentsia* há extensa e variada literatura — sobre as suas origens, como o estudo de Raeff (1966), sobre as suas gerações, facções e ideias, como as análises de Confino (1972) e de Berlin (1994), e sobre o seu potencial de oposição e protesto face à Autocracia, como a análise de Offord (1999). No entanto, rareiam as análises sobre as relações e interpenetrações da aristocracia e da *intelligentsia* durante o processo de modernização do século XIX, relações e debates que consideramos fundamentais para certos discursos e dinâmicas de mudança e de persistência e para determinadas ideias e formas de protesto e de lealdade. Isto porque, no contexto de modernização que integravam e no qual participavam, tanto a *intelligentsia* como a aristocracia ficaram isoladas da sociedade. Como afirma Berlin (1994), “no seu grau de alienação da sua sociedade e do seu impacto nela, a *intelligentsia* russa do século XIX foi um fenómeno quase *sui generis*”²⁷. A *intelligentsia* pode, então, ser vista como um grupo social que promove uma determinada identidade colectiva²⁸, ainda que, nesta concepção, a sua definição seja tão vasta que abrange desde a classe educada com proeminência pública até aos grupos de cariz mais revolucionário²⁹. Apesar de as suas origens sociais poderem ser encontradas na nobreza do século XVIII (Raeff 1966), é determinante destacar que a *intelligentsia* “apareceu da discrepância entre estatuto social e função social gerada pelo Estado Imperial na sua relação com a sociedade”³⁰, sobretudo após a incapacidade (ou falta de vontade) da aristocracia no sentido da criação de uma sociedade civil que reflectisse os seus valores tradicionais. Assim, a *intelligentsia* foi um grupo — ou um conjunto de grupos — que rapidamente se alargou quanto ao espectro de ideias e quanto à sua base social, o que torna a sua definição particularmente difícil. Contudo, a literatura aponta um conjunto de características e atitudes que definem a *intelligentsia* russa e os elementos essenciais da pertença a este grupo: “(1) uma profunda preocupação por problemas e questões de interesse público — sociais, económicos, culturais e políticos; (2) um sentimento de culpa e de responsabilidade pessoal pelo estado e solução destes

²⁶ S. Becker (1985). *Nobility and Privilege in Late Imperial Russia*. Illinois: Northern Illinois University Press, pp. xiii-xiv.

²⁷ I. Berlin (1994). *Russian Thinkers*. London: Penguin Books, p. xiii.

²⁸ I. Kochetkova (2010). *The Myth of the Russian Intelligentsia — Old Intellectuals in the New Russia*. London and New York: Routledge, pp. 11-12

²⁹ R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books, p. 251

³⁰ G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 263

problemas e questões; (3) uma propensão para ver as questões políticas e sociais como sendo de cariz moral; (4) um sentido de obrigação para procurar derradeiras conclusões lógicas — no pensamento bem como na vida — a qualquer custo; (5) a convicção de que as coisas não são como deveriam ser e de que alguma coisa deve ser feita”³¹. Assim, ainda que *intelligentsia* e ‘intelectuais’ não sejam sinónimos (Confino 1972, 118), a utilização desta definição ao longo de uma análise temporal extensa fará com que, por vezes, os dois termos coincidam. No entanto, não podemos deixar de ressaltar que os elementos essenciais de pertença à *intelligentsia* iam muito além da noção de ‘intelectuais’: “os seus membros viam-se como estando unidos por algo mais do que o mero interesse em ideias; eles concebiam-se como sendo uma ordem dedicada, quase um sacerdócio secular, dedicado à difusão de uma atitude específica face à vida”³².

Com a maior acessibilidade dos arquivos russos tem-se observado desde a década de 1990 (e também devido aos centenários que se celebraram, como o de 1914, e aos que se aproximam, como o de 1917) a uma diversificação das análises sobre os impérios; quer as que explicam a polarização do sistema geopolítico europeu (Clark 2014), quer as que se propõem novas abordagens no estudo da “guerra num quadro temporal e espacial maior do que é habitual (...) [porque] devemos olhar para a Primeira Guerra Mundial (...) como uma guerra entre impérios globais e multi-étnicos”³³, como as que tentam analisar os processos de declínio e colapso imperiais pelos olhos de imperadores que “tinham nascido num mundo em que a monarquia hereditária parecia imutável, e os casamentos no seio das dinastias reais e o seu internacionalismo constituíam uma garantia de paz e de boas relações internacionais”³⁴; bem como análises acerca da sociedade desses impérios e da sua relação com o Estado. Muitos desses autores constatarem quanto mudara o mundo desde a segunda metade do século XIX até 1917, tentando compreender de que forma o sistema no qual os impérios existiam se tinha tornado “moribundo e as cortes da Europa haviam-se transformado de centros enérgicos de patrocínio em charcos estagnados de tradição e conservadorismo”³⁵.

Uma das explicações avançadas mais comuns é a da dificuldade desse sistema em lidar com o mundo moderno: esse seria o mundo que estaria a deixar a tradição para trás

³¹ M. Confino (1972). “On Intellectuals and Intellectual Traditions in Eighteenth- and Nineteenth-Century Russia”. *Daedalus* 101 (2): 117-149, p. 118.

³² I. Berlin (1994). *Russian Thinkers*. London: Penguin Books, p. 117.

³³ R. Gerwarth; E. Manela (2014). *Impérios em Guerra 1911-1923*. Lisboa: D. Quixote, pp. 27-8.

³⁴ M. Carter (2010). *Os Três Imperadores — Três Primos, Três Impérios e o Caminho para a Primeira Guerra Mundial*. Alfragide: Texto Editores, p. 22.

³⁵ *Idem*, p. 23.

(Carter 2010, 23). A Rússia é, então, exemplo de uma economia que “desenhou medidas significativas de industrialização vindas de um severo atraso por meios da acção concertada do Estado”³⁶, motivada sobretudo por razões militares. O início deste programa de modernização teve como principal estímulo a derrota na Guerra da Crimeia (1854-6), e não a Emancipação dos servos, que encobria, na realidade, uma medida de controlo social (Blanning 1996, 64), também ela motivada pelo falhanço militar. Assim, embora a industrialização auxiliasse as aspirações militares internacionais do Czarismo, representava, simultaneamente, outros perigos internos, como a mobilidade social, a expansão urbana, a insatisfação dos trabalhadores e a agitação social (Blanning 1996, 65). Por isso, o governo adoptou uma estratégia rígida de desenvolvimento de dois sectores industriais: o da indústria pesada, que asseguraria a sua estratégia internacional, e o da comuna das aldeias, que asseguraria que as massas camponesas se mantinham isoladas (Blanning 1996, 66). No entanto, o regime não conseguiria limitar a modernização ao seu programa oficial e, evidência disso, é o interesse da intelligentsia nas massas populares e o desenvolvimento de novos representantes activos nos grupos que a compunham, a partir da década de 1860³⁷.

As primeiras obras de grande fôlego a teorizar a modernidade foram da autoria de Marx, Weber e Durkheim. O primeiro, como sabemos, relacionou a modernidade com a emergência do capitalismo; o segundo ligou-a aos processos de racionalização; e o terceiro aos novos meios de produção no sistema industrial. Na década de 1950, as teorias clássicas da modernização apontaram as características da modernização como sendo: “a desagregação dos velhos modelos institucionais ‘fechados’, o desenvolvimento de novas características estruturais, institucionais e culturais e (...) o crescente potencial para a mobilização social”³⁸. Ora, tais considerações afastam a Rússia por todo o século XIX e parte do século XX de qualquer ideia de ‘modernidade’. No entanto, tal como evidenciado por Eisenstadt (2007), estas teorias clássicas partiam do princípio de que o programa da modernidade, tal como se desenvolvera no Ocidente, seria adoptado por todas as sociedades modernas, e a História relativamente recente prova que não houve uma convergência das sociedades modernas (Eisenstadt 2007, 15): observaram-se, antes, ‘múltiplas modernidades’, devido às “diversas abordagens e avaliações da

³⁶ T.C.W. Blanning (ed.) (1996). *The Oxford Illustrated History of Modern Europe*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 63.

³⁷ D. Offord (1999). *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education Limited, p. 66.

³⁸ S.N. Eisenstadt (2007). *Múltiplas Modernidades*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 14.

modernidade”³⁹. A ideia de que a modernidade tem múltiplas dimensões e incontáveis possibilidades civilizacionais “presume que a melhor maneira de compreender o mundo contemporâneo (...) é vê-lo como uma história de contínua constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais”⁴⁰, ou seja, que é possível haver diversos programas de modernização a decorrer em paralelo num mesmo período e, correspondentemente, vários promotores e inúmeras reacções a esses programas.

Ora, tal premissa evidencia: i) a necessidade de estudar as várias ideias de ‘modernidade’ e de tradição que decorriam em paralelo na sociedade russa e ii) o enquadramento da Rússia como potência europeia. A primeira consideramos já ter explanado; quanto à segunda, é importante estudar o império russo num contexto europeu porque esse enquadramento apresenta uma visão de maior acuidade do que foi a Rússia no século XIX, independentemente das especificidades do âmbito social e político a que grande parte da literatura dá, por vezes, demasiada relevância. A importância de uma contextualização europeia é determinante para a averiguação dos programas de modernização promovidos na Rússia, tanto pela Autocracia como pela sua oposição. Pois vejamos: a) embora o processo de modernização da Rússia fosse, efectivamente, bastante diferente do francês, por exemplo, as estratégias oficiais do seu processo foram similares às prussianas, ocorridas no século XVIII (Blanning 1996); b) a *intelligentsia*, cujas atitudes e ideias lhe conferiam um carácter de oposição à Autocracia, tinha absorvido muitas das ideias da Europa Ocidental, adaptando-as ao seu programa de modernização próprio, o que sugere que “quando os pensadores russos pensavam as mesmas coisas que os outros pensadores europeus, era porque eles estavam a participar num diálogo que envolvia todas as elites europeias”⁴¹. A Rússia não deveria, por isso, ser considerada como uma realidade política à margem, muito menos como uma metanarrativa da História Europeia, mas sim como sendo parte integrante e activa das dinâmicas e processos europeus.

³⁹ S.N. Eisenstadt (2007). *Múltiplas Modernidades*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 19.

⁴⁰ S.N. Eisenstadt (2000). “Multiple Modernities”. *Daedalus* 129 (1): 1-29, p. 2.

⁴¹ S.P. McCaffray; M. Melancon (eds.) (2005). *Russia in the European Context 1789-1914*. New York: Palgrave Macmillan, p. 5.

Considerações Metodológicas

Clarificados os conceitos e posicionada a presente análise face à literatura existente, interessa agora expormos a metodologia da nossa investigação.

Para responder à pergunta de partida (‘De que forma as relações entre a aristocracia e a *intelligentsia* e as suas reacções face ao processo de modernização política e social, no contexto de um Estado czarista autocrático, contribuíram para o declínio do império russo?’), analisaremos os valores políticos e sociais da aristocracia e tentaremos compreender até que ponto estes eram partilhados pela *intelligentsia*. De forma a testar esta partilha de valores, averiguaremos as esferas do poder aristocrático, a capacidade de adaptação deste grupo privilegiado e o seu perfil.

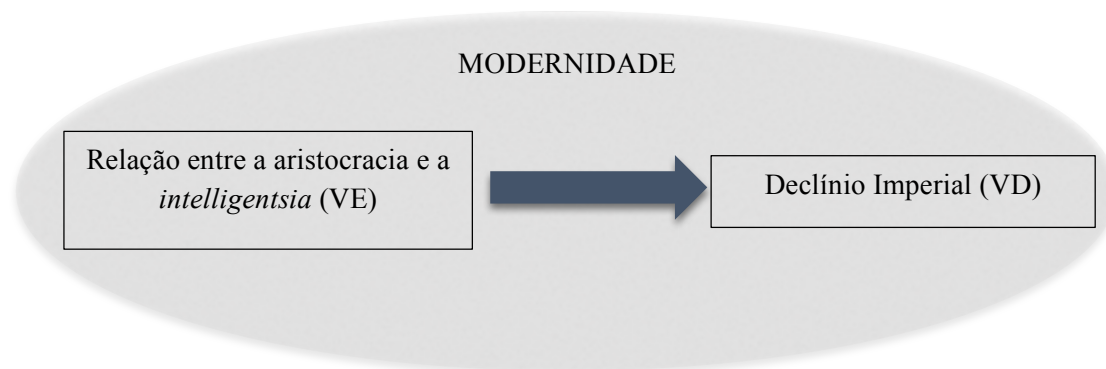
Encararemos a aristocracia e a *intelligentsia* da mesma forma, no sentido em que ambos os grupos são participantes activos no processo de ajustes internos e externos às mudanças trazidas pela modernidade. Julgamos, pois, que as formas como ambos se adaptaram, recriaram e mobilizaram podem ter contribuído para o declínio do império russo, ainda que a crise da velha ordem se devesse muito mais à intransigência da monarquia do que a uma ‘reacção aristocrática’ (Becker 1985, 7) ou do que às mudanças promovidas pelos vários grupos da *intelligentsia*.

Recorrer às fontes literárias pode levantar novas questões quanto às mentalidades, mas também quanto às ideias de persistência e oposição e de liderança e legitimidade destes grupos, tornando-se um elemento distintivo desta investigação. Na ausência de tecnologia que permita uma viagem no tempo, recorrer às obras de Lev Tolstoy, Fiódor Dostoiévski e de Ivan Turguenov poderá ser a única forma de conhecer a mentalidade russa do século XIX e as preocupações e esperanças que a modernidade possa ter conferido à sociedade em geral e à aristocracia e *intelligentsia* em particular, o que nos motiva a recorrer a fontes literárias, quando possível, e a reflectir sobre a sua importância para um estudo histórico das elites. Visto que a ‘sociedade educada’ russa estava longe de abranger toda a sociedade, não ignoramos o facto de a literatura ser criada por membros de uma elite e ser lida, maioritariamente, pela elite. Consideramos que tal pode impedir a extracção abrangente de informação numa análise que foque, por exemplo, a relação entre a aristocracia e as ‘massas’; contudo, a nossa análise pretende traçar um perfil da elite tradicional e a oposição de grupos que se legitimavam através de uma ideia de ‘aristocracia’ e, nesse sentido, as fontes literárias são de maior utilidade.

Virginia Wolf avaliou a literatura russa como sendo a melhor do mundo⁴² mas, quaisquer que sejam as apreciações qualitativas possíveis, o certo é que as obras literárias russas deste período são abundantes. O predomínio de três autores – Tolstoy, Dostoiévski e Turguenev – enquanto fontes literárias deve-se a critérios de delimitação interpretativa próprios do estilo realista, que facilitam o cruzamento da informação literária com outros documentos, e prende-se com o facto de, precisamente devido ao número de obras desta época e à morfologia desta análise, não haver a possibilidade de estabelecer a justa representatividade que outros menos afamados mereciam.

O tipo de pesquisa para a investigação que propomos é descritiva, pois procuramos, não apenas conhecer a realidade histórica do período que será submetido a análise, mas, acima de tudo, interpretar a forma como os três eixos problemáticos – Modernidade, Elites e Império – se relacionaram. A tipologia desta pesquisa é claramente qualitativa, pois pretende descrever detalhadamente o fenómeno de forma a testar ‘como’ se poderá verificar a causalidade proposta pela pergunta de partida. Quanto ao método de pesquisa, recorreremos à pesquisa documental quando esta for possível, valorizando as informações recolhidas através da pesquisa bibliográfica.

No plano das variáveis, apresenta-se-nos a relação ilustrada no esquema abaixo – i.e. as relações entre a elite política aristocrática e a *intelligentsia* e respostas às transformações políticas e sociais enquanto variável explicativa (VE) e o declínio do império russo enquanto variável dependente (VD).



Os descritores mais significativos para esta análise serão, então: i) as características específicas do processo de modernização russo; ii) a composição da aristocracia, o seu estatuto político, a sua ligação com a burocracia e os vários tipos e

⁴² R. Bartlett (2006). “Russian Culture: 1801-1917”. In *The Cambridge History of Russia, Volume II: Imperial Russia 1689-1917*, ed. Dominic Lieven. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 92-115, p. 93.

vagas de oposição da *intelligentsia* à Autocracia; iii) desafios/ameaças quanto à tipologia do Estado. Os indicadores, por sua vez, podem ser determinados nestas linhas: i) reformas políticas e sociais; ii) participação da aristocracia em assembleias locais e nacionais, a sua retórica e as suas funções, bem como a oposição da *intelligentsia*; iii) mudanças constitucionais e transformações quanto à forma de exercício do poder.

Perspectivando uma resposta à nossa pergunta de investigação, estabelecemos, por fim, duas hipóteses de trabalho:

H1 - O processo de modernização gerou a necessidade de respostas de persistência por parte da aristocracia, tal como de oposição por parte da *intelligentsia* face às mesmas, e a forma como ambas interagiram perante este processo influenciou o declínio do império.

H2 - Apesar das respostas dadas aos desafios da modernidade para preservar o estatuto tradicional, o poder da aristocracia não era suficientemente homogéneo nem a oposição da *intelligentsia* suficientemente efectiva para que tivessem capacidade de influência quanto às transformações do império.

No percurso que nos levará até à escolha de uma destas hipóteses, pretendemos, sobretudo, levantar novas questões sobre as diferentes dinâmicas de causalidade que pontuaram o processo de declínio imperial e a importância das atitudes e reacções das elites tradicionais e da sua oposição face à modernidade. Nesse sentido, este estudo fica entre uma análise interpretativa e uma proposta de novos caminhos ou agendas de investigação, propondo um constante diálogo entre a Ciência Política e a História.

Delimitação cronológica

Delineámos o período em análise entre 1815 e 1914 devido à necessidade de coerência na linha argumentativa que propomos, uma vez que pretendemos estudar a aristocracia, como classe privilegiada ‘de serviço’, e a *intelligentsia*, como grupo ‘de oposição’, bem como o contexto imperial em que estas dinâmicas se desenvolveram.

O final das Guerras Napoleónicas oferece-nos um ponto de partida pertinente para a relação que pretendemos estudar, não apenas por marcar o nascimento de um ideal de aristocracia, que motivaria a formação da *intelligentsia*, mas também por legitimar o império como potência europeia, em crescimento exponencial desde o final das guerras napoleónicas — o que evidenciou a necessidade “de lidar com a explosão do poder

russo”⁴³ — numa lógica que impedia uma oposição coesa ao poder instituído e que punha barreiras à construção nacional que tinha começado com as invasões de Napoleão.

Por sua vez, 1914 marca o fim do processo de declínio imperial e o início do colapso, sendo que a participação na Primeira Guerra Mundial veio alterar irreversivelmente as relações e dinâmicas que descrevemos na nossa análise. Na senda deste raciocínio, destacamos que não consideramos os acontecimentos ocorridos entre 1914 e 1917 como sendo ‘do império’ — se cortar a cabeça ao rei foi em França o epitáfio da monarquia, o fechar do ciclo na Rússia deu-se em 1914, sendo que nos três anos seguintes houve um vazio de poder. Por isso, ‘declínio imperial’, nesta investigação, é um processo que decorre até 1914, já que os acontecimentos que se lhe sucedem são de ruptura com o paradigma czarista: a partir de 1914, o império não mais conseguiu adaptar e moldar as transformações políticas e sociais e, talvez mais importante do que isso, a elite tradicional, até então leal ao poder czarista, passou a ver na mudança em direcção a um Estado mais liberal a única forma de vencer a Primeira Guerra Mundial e a sua derradeira hipótese de sobrevivência enquanto ‘elite’ (Rendle 2010, 10).

Estrutura da análise

Uma vez que propomos uma análise histórica das elites, é importante explicarmos a estrutura deste estudo. Começaremos por abordar os antecedentes do estatuto da aristocracia nas lógicas imperiais, bem como a construção em paralelo do império e da nação. Neste contexto, explicaremos a importância de uma ideia de nação – criada no contexto das Guerras Napoleónicas – para a partilha de uma identidade e de uma noção de liderança legítima da aristocracia, enquanto elite tradicional, e para a formação da *intelligentsia*, enquanto grupo(s) de oposição. Assim, o primeiro capítulo oferece um enquadramento histórico-institucional dos eixos problemáticos da análise necessário, pois, para compreender a ideia de declínio imperial que alguns autores propõem ter começado na Rússia durante o reinado de Nicolau I (Blum *et al.* 1967).

No segundo capítulo, relacionaremos, então, as políticas de Nicolau I com o carácter ‘de serviço’ da aristocracia e o de ‘oposição’ da *intelligentsia*. Defenderemos que i) as questões da ‘russificação’ e da ‘ocidentalização’ assumiram grande relevância

⁴³ B. Simms (2014). *Europe — The Struggle for Supremacy, 1453 to the Present*. London: Penguin Books, pp. 178-179.

neste período (1825-1855); ii) que houve um programa de modernização oficial definido de acordo com a preservação da Autocracia; e que i) e ii) transformaram o serviço da aristocracia e provocaram uma “emancipação intelectual”⁴⁴ que autonomizou a *intelligentsia* e a diferenciou de um grupo de ‘intelectuais’.

Tanto por coerência com a linha cronológica proposta para esta análise como pela importância que as fontes literárias têm para a contextualização da mentalidade e das atitudes da elite tradicional e dos grupos de oposição que nascem desta elite – como explorado no primeiro capítulo –, no terceiro capítulo, propomos uma breve reflexão sobre as potencialidades das fontes literárias para o estudo das elites. Embora se apresente como uma pausa no nosso argumento, a verdade é que o influencia durante os capítulos subsequentes, sendo necessário, por isso, explicar isoladamente como recorreremos a essas fontes e porquê. Escolhemos elaborar estas explicações no terceiro capítulo porque o quarto inicia um período de mudanças que coincidiu com a proliferação de obras dos três escritores russos que usamos como principais referências literárias neste estudo e consideramos pertinente evidenciar previamente a relevância das informações contidas nestas fontes para o estudo das mudanças da segunda metade do século XIX.

No quarto capítulo, abordaremos, então, as reformas promovidas pelo programa modernizador de Alexandre II e as mudanças sociais que estas causaram. Analisaremos as reacções da aristocracia face a (1) um programa de modernização oficial que, embora almejasse proteger a Autocracia, vinha transformar os privilégios tradicionais da elite e a sua relação com as terras, e a (2) programa(s) paralelo(s) de modernização promovidos pela *intelligentsia*, cuja base social se alargou consideravelmente durante este período. Este alargamento é importante para perceber a variedade tanto de tipos de oposição quanto de protesto da *intelligentsia* e a sua relação com o surgimento de uma ‘questão nobre’, porque este alargamento marca o começo de uma tensão entre elementos de tradição e de modernidade nos programas de modernização – o oficial e os marginais – do império russo; tensão essa que permaneceria por todo o processo de declínio imperial e que originaria tanto a radicalização da oposição face à Autocracia como a mobilização política da aristocracia para a protecção da tradição.

É, precisamente, essa tensão entre elementos tradicionais e elementos modernos – dentro da elite tradicional, no seio dos grupos de oposição e entre ambos – que estará

⁴⁴ N.V. Riasanovsky (1972). *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 406.

sob o foco da nossa análise no quinto capítulo. Começaremos por contextualizar o episódio da fome de 1891, que inaugura um momento de estimulação de actividade e debate público, iniciando a gradual politização das elites e radicalizando tanto as ideias de mudança como as estratégias de protesto da *intelligentsia*. Argumentaremos que a radicalização da *intelligentsia* não está somente relacionada com o alargamento da sua base social, descrita no quarto capítulo, mas, também, com dois processos que ocorrem em paralelo: a formação de uma oposição nas assembleias locais e a mudança do realismo para o decadentismo na literatura russa – da ‘Época Dourada’ para a ‘Época Prateada’. A crise revolucionária inaugurada na última década do século XIX teria o seu auge nos acontecimentos de 1905 – a manifestação pacífica que rapidamente se transformou em massacre, ficando conhecido como ‘Domingo Sangrento’, e a derrota militar que se seguiu à da Crimeia, frente ao Japão (a primeira vez em que um exército europeu é derrotado por um país asiático) – cujas consequências atingem fortemente a consciência política dos grupos da *intelligentsia* e da aristocracia, bem como a forma do regime autocrático, que redefine a sua identidade política ao instituir uma Monarquia Constitucional e, conseqüente, uma assembleia representativa. A incapacidade de harmonizar os elementos tradicionais e modernos desta nova fórmula política, bem como a inaptidão do governo para trabalhar com uma assembleia com efectivas funções legislativas e com um cariz predominantemente de oposição na sua composição, viria a evidenciar a necessidade de preservar os elementos tradicionais nas instituições políticas, o que resultou numa reformulação da lei eleitoral e na conseqüente alteração do perfil dos membros da câmara baixa, conhecida como Duma.

A descrição deste perfil e das suas variações é feita no sexto e último capítulo, onde constataremos uma tendência de convergência entre os membros da terceira e da quarta convocações da Duma e os membros da câmara alta, o Conselho de Estado, o que constitui uma viragem em direcção ao conservadorismo, mas também um aumento da capacidade de mobilização política da elite tradicional, o que viria a provar-se problemático aquando da entrada na Primeira Guerra Mundial.

I

Uma ideia de nação, uma ideia de elite

MOSÁLSKY

Povo! Maria Godunova e o seu filho Fiódor tomaram veneno. Nós vimos os seus cadáveres. (O Povo cala-se aterrorizado) Por que não falam? Ouçamos o vosso grito: viva o Czar Dimitry Ivanovich! (O Povo mantém-se em silêncio)

S.A. Pushkin, *Boris Godunov*, Cena 23⁴⁵

O silêncio do povo na cena final de *Boris Godunov* é representativo de duas características que acompanhariam a dinastia Romanov pelo menos até à segunda metade do século XIX: a incapacidade de organização do povo e a ausência de vontade nesse sentido, dado que a relação entre o povo e o Czar assentava numa obediência filial. Se em *Boris Godunov* o povo reconheceu que Dimitry Ivanovich não era o seu pai legítimo, seguindo a imagética descritiva desta relação, o mito *Tsar Dast* — ‘o Czar dará’ — permaneceu até ao século XX, promovendo a obediência e a dependência quanto ao Estado, que se consumava na figura patriarcal do Czar.

Durante o reinado de Pedro, o Grande, também a aristocracia ficaria irremediavelmente dependente da figura do Czar, através de uma lógica de serviço, promulgada pela *Tabel O'Rangakh*, que reconhecia o serviço à Coroa como base para a pertença à aristocracia — um grupo social que, desta feita, não seguiria a tradição ocidental de hereditariedade e primogenitura⁴⁶ para os ‘bem-nascidos’ (*blagorodnyi*). Por isso, para além de obrigatório, o dever do serviço tornou-se permanente⁴⁷ na vida do aristocrata, quer na vertente militar quer na administrativa. O seu estatuto era precário: uma estratégia da Coroa de forma a garantir que nenhum grupo pudesse criar laços de união tão fortes que pusessem em causa o poder do Czar ou promovessem qualquer tipo de oposição ao Estado autocrático. Os aristocratas, mesmo servindo o Estado e fazendo parte de um grupo privilegiado de *blagorodnyi*, viam o seu poder e capacidade de intervenção reduzidos, quer por legislação que permitia que lhes fossem infligidos castigos corporais (que só foram abolidos em 1785), quer por o seu estatuto perante o

⁴⁵ Tradução do original [1831]: “Мосальский: Народ! Мария Годунова и сын ее Феодор отравили себя ядом. Мы видели их мертвые трупы. Народ в ужасе молчит. Что ж вы молчите? кричите: да здравствует царь Димитрий Иванович! Народ безмолвствует.”

⁴⁶ R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books, p. 176.

⁴⁷ M. Raeff (1966). *Origins of the Russian Intelligentsia — The Eighteenth-Century Nobility*. Florida: Harcourt Brace & Company, p. 42.

Czar ser de *kholopi*, cuja tradução mais facilmente se aproxima de ‘escravos’ do que de ‘súbditos’.

Não podemos, contudo, sobrestimar a efectividade da autoridade do Estado russo no século XVIII⁴⁸, devido ao enquadramento político gerado pela inexistência de um código de leis estável e pela ausência de instituições, o que trazia uma sensação de insegurança e arbitrariedade tanto a nobres como camponeses, culminando nas características anteriormente apontadas. Na verdade, o legado de Pedro, o Grande, pareceu no imediato demasiado maleável e o período subsequente à sua morte transpareceu-o na ausência de continuidade das suas políticas.

A Czarina Catarina sucedeu a Pedro, quer no cognome com que ficou para a História, quer na pretensão de dotar a Rússia com instituições que sustentassem os objectivos de afirmar o império como um poder europeu, na senda da modernização⁴⁹. Efectivar as leis e as instituições que Pedro propusera era uma iniciativa que visava, sobretudo, fortalecer a monarquia. A assimilação das reformas de Pedro foi empreendida através de uma ocidentalização política, cultural e, conseqüentemente, social, que marcaria as próximas gerações de nobres, que experienciaram aquela que foi considerada a primeira cultura russa moderna⁵⁰. Cultura essa que, de resto, foi dominada pela classe privilegiada, naquela que pode ser considerada a sua época de ouro, uma vez que, para além de dominarem a cultura, dominavam também todas as vertentes da vida do império, rodeando a Czarina, constituindo os lugares cimeiros do exército e da administração, na tradição de um serviço cuja obrigatoriedade foi, entretanto, abolida. Tal permitia-lhes, por isso, possibilidade de escolha: poderiam, então, estabelecer raízes e dedicar-se às suas terras e a outras actividades económicas ainda virgens pela ausência de uma classe burguesa. No entanto, a lógica do serviço, enquanto *raison d'être* da aristocracia, permaneceu pelo século XIX, embora tenha sido sujeita a outras visões e legitimações, como veremos adiante. Já o secularismo, subjacente à dialéctica iluminista de Catarina, a Grande, marca o declínio do clero, sendo, porventura, o exemplo mais enfático do romper com o passado moscovita. A aristocracia adquiriu, assim, o papel principal no primeiro acto de um épico de gigantes proporções — a sua declaração como personagem alegórica,

⁴⁸ G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 96.

⁴⁹ M. Raeff (1966). *Origins of the Russian Intelligentsia — The Eighteenth-Century Nobility*. Florida: Harcourt Brace & Company, p. 59.

⁵⁰ N.V. Riasanovsky (1972). *A History of Russia*. New York: Oxford University Press, p. 314.

representativa de um ideal civilizacional que assume a liderança cultural de um povo na criação de uma ideia de nação, manteve-se no século XIX.

Ocidentalização, Serviço e o Estatuto Nobre

Estes três elementos da Rússia do século XVIII estão intrinsecamente ligados e seriam determinantes para a criação de uma elite e de uma ideia de nação. A ocidentalização foi assumida como objectivo do governo, de forma a manter-se a par das inovações e capacidades das outras potências europeias e o serviço preenchia as necessidades técnicas requeridas para levar a cabo o projecto da Coroa. Porém, para dar resposta às necessidades técnicas, era preciso melhorar e alargar o sistema de educação, o que conferia à lógica do serviço uma função didáctica⁵¹ que tomaria várias formas ao longo do século seguinte. Por isso, na presente análise, a aristocracia é assumida como sendo uma classe de serviço; apesar da abolição do carácter obrigatório e permanente do serviço, como o fora nos tempos de Pedro, a aristocracia continuou a ter a sua base de legitimação, de riqueza e de estatuto no serviço à Coroa. Para além disso, o padrão do serviço desempenhou um papel determinante para a criação de uma elite cultural e do desenvolvimento de formas específicas de oposição: a sensação de obrigação manteve-se, e se já não era canalizada para o Estado, encontraria, ao longo do século XIX, expressão em ideias que provariam ser destrutivas para a Autocracia⁵².

No limite, podemos afirmar que a incapacidade de transformar a aristocracia de serviço numa classe de nobreza fez perdurar a sua dependência quanto ao Estado e trouxe um vazio momentâneo quanto ao seu papel social, o que conferiu crescente relevância à burocracia, que se tornaria um protagonista do século XIX, e enquadrou um sistema de educação e uma ideia específica de elite no espírito de um grupo ainda embrionário. Liberta da obrigação do serviço, a aristocracia quis assumir uma responsabilidade moral, mais do que uma responsabilidade política, que se reflectiu na imagem utópica do que deveria ser o ‘homem inteiro’⁵³, de mente e espírito, baseada nos ideais humanistas que circulavam pela Europa. O final do século XVIII marca, pois, uma demanda por um

⁵¹ M. Raeff (1966). *Origins of the Russian Intelligentsia — The Eighteenth-Century Nobility*. Florida: Harcourt Brace & Company, p. 70.

⁵² D. Offord (1999). *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education, p. 3.

⁵³ M. Raeff (1966). *Origins of the Russian Intelligentsia — The Eighteenth-Century Nobility*. Florida: Harcourt Brace & Company, p. 141.

renovado papel social da aristocracia; nesse caminho, muitas vezes indeterminado e sinuoso, deu-se uma ruptura com o Estado, devido à mudança do papel tradicional que lhe era atribuído — esta separação anunciou o longo parto que viria a arrancar a *intelligentsia* do ventre aristocrático já desgastado.

A chegada de um novo século

Catarina, a Grande, inspirou um determinado tipo de vida social e cultural, levando-a até às províncias; porém, a modernidade que algumas das suas novas políticas inauguravam não era aceite por todos. Na Rússia, a modernidade começou por ser limitada e, até certo ponto, detida pelos seus soberanos, mesmo quando esta já se encontrava em curso. O Czar Paulo foi um deles, ao chamar de novo os nobres para um serviço ao Estado activo, afastando-os das suas novas ocupações no campo; para além disso, Paulo pôs em perigo a vida social e intelectual que florescia — já tão diferente da cultura russa do início do século XVIII, devido à ocidentalização da classe educada⁵⁴ — através da proibição, não só de ideias e livros estrangeiros, como de determinadas modas que não estivessem de acordo com os seus ideais militaristas; a censura era pesada e, também por isso, o sistema de educação em ascensão científica sofreu um revés, bem como as artes⁵⁵. Este regresso à ideologia conservadora iria, contudo, envenenar futuras tentativas de retomar o projecto inicial da modernidade — porém, este é apenas mais um elemento que comprova que o império russo estava plenamente enquadrado no cenário político europeu, pois a ele subjaz o medo sentido por toda a Europa Ocidental quanto às transformações políticas principiadas pela Revolução Francesa, cuja ameaça apresentou uma ruptura das tendências do Absolutismo Iluminado. O impacto da mudança de paradigma, que tantos admiradores parecia ter, voltou Paulo para o conservadorismo da Ortodoxia, da Autocracia e do Patriotismo; eixos esses que se apresentaram sob as mais variadas formas ao longo do século XIX.

Os retrocessos do reinado de Paulo, na sua componente prática, puseram em evidência a necessidade de reformas no começo de um novo século, pois ter-se-ia de consolidar os primeiros indícios de modernidade política e cultural. Foi nestas

⁵⁴ N.V. Riasanovsky (1972). *A History of Russia*. New York: Oxford University Press, p. 331.

⁵⁵ M. Raeff (1984). *Understanding Imperial Russia*. New York and Guildford: Columbia University Press, pp. 114-115.

circunstâncias que Alexandre I chegou ao trono, após a deposição e assassinato do seu antecessor.

Não é, por isso, difícil compreender a aura de mito em que o novo Czar ficou envolto ainda em vida, quase como a névoa de benévolo mistério que circunda os heróis. Os acontecimentos epopeicos decorridos durante o seu reinado, imortalizados pela arte, em muito contribuiriam para essa visão mitificada: é certo que o Czar empreendeu um conjunto de reformas ambiciosas, mas muitas delas ficaram aquém das pretensões do soberano. Os primeiros passos, ainda que hesitantes e pouco fecundos, foram dados no sentido do constitucionalismo e da questão dos servos — seria, todavia, o novo desenho do sistema administrativo a dar a contra-cena aos grupos que, desta feita, tinham permissão para actuar de forma independente do governo, sobretudo no que concernia à cultura. As medidas liberais do governo e o liberalismo que parecia impregnar o espírito de Alexandre I encorajaram as mais ambiciosas expectativas de reforma por parte de alguns grupos⁵⁶, contudo, tanto para o czar como para a elite, o projecto reformista ficaria em suspenso devido à necessidade de lidar com assuntos mais prementes: os problemas da guerra e da paz, do império e da nação, do povo e da elite.

Entre o Império e a Nação

A palavra ‘império’ teve inúmeros significados consoante povos, lugares e épocas — na verdade, significou coisas diferentes até para pessoas oriundas do mesmo lugar e nascidas na mesma época⁵⁷. Uma só definição é difícil de concretizar, mas há características que se destacam aquando de uma tentativa de juntar as várias peças que constroem a palavra ‘império’. A primeira é o poder sobre uma grande extensão de território e, por isso, sobre uma numerosa e variada população; o poder militar apresenta-se também como determinante para criar e manter o império, embora a modernidade tenha adicionado à sua sobrevivência a necessidade de instituições políticas efectivas; e, ainda que o poder se concentrasse nas mãos de um monarca autocrata, uma classe aristocrata detinha influência e a burocracia potenciava a força e durabilidade do império⁵⁸. A

⁵⁶ R. Bendix (1980). *Kings or People — Power and the Mandate to Rule*. California: University of California Press, p. 517.

⁵⁷ D. Lieven (2000). *Empire — The Russian Empire and Its Rivals*. New Haven and London: Yale University Press, p. 3.

⁵⁸ D. Lieven (ed.) (2006). *The Cambridge History of Russia, Volume II: Imperial Russia 1689-1917*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, p. 9.

história da expansão da Europa, da qual a Rússia faz parte, exigiu um processo de modernização que no império russo se traduziu inicialmente na importação de instituições e tecnologias da Europa Ocidental — não apenas pela necessidade de modernização *per se*, mas sobretudo pela sua condição de competidor enquanto poder europeu.

Se ‘império’ reflecte as questões de poder e território, o termo ‘nação’ tende a emanar um outro conjunto de ideias, que não são, todavia, separáveis do poder e do território. Porém, estas duas expressões apresentam forças que, não raras vezes, se opõem — a força de *Rus’* e a da *Rossiiia*, como foi posto por Georgii Gachev; um binómio que construiu a Rússia, compreendendo o seu povo, ou *narod* (semelhante ao alemão *Volk*), que se considerava *rusски*, e o império, *rossiskii*. A nação estende-se a vários critérios, muitas vezes tomados como a língua, a identidade étnica, um território e uma história comum. Porém, como adverte Hobsbawm, estes critérios são ambíguos e a história do poder russo reafirma-o, visto que uma das características deste império era, precisamente, ser multi-étnico, o que trazia consequências na partilha de uma identidade e de um idioma. A ‘nação’ constitui uma identidade social em constante mudança e, tal como posto por Gellner, o nacionalismo é um princípio que defende a congruência entre a unidade política e a nacional. Neste sentido, é possível que a construção do império impeça a formação de uma nação⁵⁹, ainda que as preocupações em torno de uma ideia de nação surjam num determinado estágio de desenvolvimento tecnológico e económico⁶⁰. Por outras palavras, a ‘nação’ é uma ideia da modernidade e também uma ideia da elite que, perante os desafios postos pelas mudanças sociais, invocava valores partilhados e uma identidade comum, na estratégia que foi denominada por Hobsbawm como a ‘invenção da tradição’⁶¹, criando um sentimento de pertença através da manipulação da cultura e da história. Assim, a nação é imaginada como limitada, soberana e como sendo uma comunidade⁶².

Como aponta Anderson, a extensão da *comunidade imaginada* é limitada; porém, argumentamos que as identidades nacionais desempenham um papel-chave em momentos de crise. Assim, a guerra apresenta-se como um momento de união da *comunidade imaginada*, no contexto da mobilização de pessoas e recursos e das responsabilidades partilhadas por um povo. Na direcção do argumento de Tilly, o nacionalismo enquanto

⁵⁹ G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press, p. xix.

⁶⁰ E. Hobsbawm (2000). *Nations and Nationalism since 1780 — Programme, myth, reality*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, p. 10.

⁶¹ E. Hobsbawm; T. Ranger (eds.) (2003). *The Invention of Tradition*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, pp. 1-2.

⁶² B. Anderson (2003). *Imagined Communities — Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London and New York: Verso, p. 7.

acentuar do compromisso com a estratégia internacional de um Estado teve raras aparições antes do século XIX e, então, aparece maioritariamente nos acalorados cenários de guerra⁶³ — e as guerras napoleónicas certamente ofereceriam um cenário propício ao incremento do nacionalismo russo. As invasões napoleónicas e, mais concretamente, os acontecimentos da Guerra Patriótica de 1812, foram um dos momentos definidores da evolução russa, determinando a atitude dos russos em relação à sua identidade tanto imperial quanto nacional por todo o século XIX⁶⁴.

Uma ideia de nação nasce com o patriótico mito de um *narod* unido contra o invasor; uma lenda que versa sobre a inquebrável capacidade de resistência de um povo bravo e engenhoso, um épico sobre o qual tanta tinta quanto sangue foram jorrados, eternizando-se na memória histórica de um povo e enlevando-se na cultura de uma civilização. Como todos os mitos, tem a sua verdade, embora embelezada — e, como tudo o que é belo é sujeito a uma simplificação, há algumas considerações a tecer no âmbito da presente análise quanto aos legados de 1812.

Antes de mais, queremos destacar que é tão importante para o âmbito deste estudo conhecer a verdade histórica de 1812 como o mito narrativo a que os seus acontecimentos foram sujeitos, pois ambos têm uma importância determinante para as posições da aristocracia e da *intelligentsia* ao longo das décadas que se seguiram. Não nos esqueçamos que os grupos que serão sujeitos à nossa análise são constituídos pelos irmãos mais novos dos combatentes em 1812, Petyas mais afortunados do que o benjamim da família Rostov de *Guerra e Paz*, se assim os quisermos ver; e o futuro desses grupos é povoado pela nova geração nascida dos que presenciaram a guerra, passando o seu legado.

Dito isto, é importante referir em primeiro lugar que, se a elite e os camponeses lutaram contra Napoleão, a verdade é que o fizeram por diferentes motivos, que, não raras vezes, se mostraram incompatíveis. O espírito e determinação de aço dos *partisans* é descrito na literatura da época — e, de resto, na historiografia soviética — com uma verve intensa e vibrante que reverencia o herói colectivo, o *narod*. É certo que os *partisans* desempenharam um papel importantíssimo para a derrota de Napoleão na Rússia, mas não lutaram por uma ideia de nação e, sim, por uma mais específica. A guerra despertou nos camponeses um patriotismo potencialmente perigoso para a Coroa: em certa medida, um patriotismo semelhante ao demonstrado na crise dinástica ocorrida dois séculos antes,

⁶³ C. Tilly (1990). *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990*. Oxford: Blackwell, p. 116.

⁶⁴ G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 133.

descrita por A.S. Pushkin em *Boris Godunov* — um patriotismo assente na esperança de que, se lutassem bravamente, o Czar os recompensaria. Todavia, não há como desprezar os feitos dos *partisans*; deve apenas fazer-se distinções que são eloquentemente exemplificadas por Tolstoy, em resposta a algumas críticas feitas à obra-prima, *Guerra e Paz*, quanto à verdade histórica:

*O historiador atende apenas ao resultado do acontecimento, o artista ao acontecimento em si. (...) O artista, guiado pela sua própria experiência ou elucidado pelas cartas, notas e narrativas, estabelece o seu juízo específico à-cêrca do acontecimento e, muitas vezes, por exemplo no caso de uma batalha, a dedução que o historiador lhe permite tirar da intervenção de tais ou tais tropas encontra-se em desacôrdo com as conclusões do artista. A divergência quanto aos resultados obtidos explica-se pelas fontes de informação a que um e outro recorrem.*⁶⁵

Podemos não concordar com a essência destas afirmações, sobretudo porque em todo o artigo Tolstoy se mostra defensivo quanto à sua obra; mas, de facto, as conclusões em muito dependem das fontes nas quais uma análise se baseia. Com a distância temporal a que esta análise se encontra, não é surpreendente que os *partisans* de 1812 tenham regressado das milícias para o mesmo tipo de vida que tinham antes da turbulência da guerra — não havia, então, quaisquer sinais de que o Czar considerasse os projectos de Emancipação. Aliás, no seu manifesto de Agosto de 1814, no qual Alexandre I recompensava os súbditos pelos serviços prestados durante a invasão, somente se dirigiu aos camponeses para dizer que receberiam a sua recompensa de Deus⁶⁶.

Há dois elementos que pesaram no facto de o Czar ter deliberadamente ignorado os *partisans* e os seus feitos: i) reconhecer a importância dos camponeses nos resultados da guerra levaria à necessidade ou exigência popular de uma espiral reformista para a qual o Czar não tinha o apoio da elite tradicional, apoio esse que o Czar não podia reclamar porque, ii) dada a natureza da sociedade russa e do governo, era inevitável que o suporte da nobreza tivesse sido crucial para o esforço de guerra (Lieven 2009). Ora, se o Czar já tinha usado os serviços dos camponeses na guerra, certo é que não poderia antagonizar a aristocracia num momento em que esta era necessária para a concretização da política externa pós-napoleónica, que fazia adivinhar longos legados quanto à posição

⁶⁵ L. Tolstói (1943). *Guerra e Paz*. Vol. III. Lisboa: Editorial Inquérito. Apêndice [originalmente publicado na revista *As Antiguidades Russas*, em 1888].

⁶⁶ G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 137.

do poder e ao militarismo. A nova posição do Czar enquanto árbitro da Europa⁶⁷, consequente do final da guerra e da pertença da Rússia à Santa Aliança enquanto potência europeia em ascensão, não dava margem de manobra para que o Czar pudesse retomar o projecto reformista anterior à guerra: não lhe convinha melindrar os oficiais que tão determinantes eram, tanto para a afirmação da Rússia enquanto império, como para a manutenção das alianças que estavam a ser levadas a cabo na altura, bem como para a permanência do império russo no grupo das potências europeias.

O que Alexandre I desconhecia então eram as outras transformações e consequentes exigências que a guerra tinha congeminado na sociedade russa. A resistência contra Napoleão produziu muito mais do que uma ‘comunidade imaginada’: produziu os seus líderes; produziu um ‘despertar moral’ na elite, levando a uma transformação social⁶⁸ que se manifestaria como uma potencial ameaça para a Autocracia.

O efeito apresenta algumas semelhanças com os da derrota de Napoleão em Waterloo, que constituiu uma poderosa memória que ajudou a legitimar a elite aristocrática britânica⁶⁹. Mas, se na Grã-Bretanha a construção da nação foi promovida por uma proto-nação aristocrática, através do controlo dos mecanismos do Estado, da utilização de recursos e da liderança económica e cultural, o caso russo apresenta dois pólos da construção da nação que ocorreram simultânea e paralelamente: o pólo de construção aristocrático e o das comunidades locais; o primeiro operando na esfera da corte, do exército e da burocracia, e o segundo englobando a comunidade camponesa. O contraste destes dois pólos, como já vimos no caso das invasões napoleónicas, não era linear, mas o certo é que constituíam duas Rússias que, em certos momentos, se enfraqueceram de forma mútua, concomitantemente à Autocracia que, gerada pelas necessidades do império, teria de ser reforçada durante o aprofundar do conflito entre o império e a nação⁷⁰. Enquanto o processo de modernização do Estado Russo encontrava pequenos avanços e grandes impedimentos dentro de uma morfologia autocrática, certo é que também possibilitou três tipos de revoluções que começaram no Ocidente, mas que, ainda que alguns destes tipos não tenham sido tão bem-sucedidos, fizeram a sua aparição

⁶⁷ B. Simms (2014). *Europe — The Struggle for Supremacy, 1453 to the Present*. London: Penguin Books, p. 179.

⁶⁸ D. Offord (1999). *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education, p. 13.

⁶⁹ D. Lieven (2012). “Tolstoy on War, Russia, and Empire”. In *Tolstoy on War — Narrative Art and Historical Truth in “War and Peace”*, eds. Rick McPeak and Donna Tussing Orwin. New York: Cornell University Press, 12-25, p. 21.

⁷⁰ G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press, p. xxvi.

na Rússia: uma revolução na divisão do trabalho, no controlo da administração e na coordenação cultural⁷¹. Estes três tipos de ‘revolução’, como lhes chama Smith (1988), são importantes para compreender, não apenas o Estado Moderno no sentido lato, mas também a sociedade russa e as estrelas que pareceram alinhar-se no cosmos ao longo do século XVIII e no início do XIX para criar um cenário de mudança.

A abertura dos portões do império à Europa e o seu persistente abraço permitiu que, ao alinhar-se com o Ocidente, o império estivesse sujeito a mudanças que poderiam vir a ser ameaçadoras para o Estado autocrático. Relacionado com a revolução de índole económica, o controlo militar e administrativo viu alterar e complexificar os seus métodos, levando a características que são conhecidas como profissionalização e especialização e, em alguns casos, levando à tecnocracia. Na Rússia, estas tendências incorporam um elemento estrutural para a crescente divisão entre o Estado e a sociedade — no século XIX, o poder mudou das mãos da aristocracia para as da burocracia⁷², o que promoveu a transformação das atitudes da elite russa. Embora na Europa de Leste ainda houvesse resquícios de feudalismo na composição das elites do Estado e na exploração dos camponeses, o surgimento do Estado burocrático encorajou o aparecimento de uma classe ‘semi-burguesa’, que tinha estado até então desaparecida, mas permitiu, sobretudo, a ascensão de uma *intelligentsia*, muitas vezes em oposição à nobreza⁷³. Por isso, o Estado burocrático também foi determinante para a terceira ‘revolução’, como princípio activo de mudança cultural, usando a terminologia de Smith (1988), uma vez que necessitava dos conhecimentos aprendidos no Ocidente, o que pressupunha um conhecimento predominantemente secular que poderia minar a lealdade para com o Czar. E, efectivamente, os intelectuais russos fundiram-se num grupo social distinto⁷⁴, em círculos artísticos que permitiram uma maior variedade de vida social, contribuindo para o distanciamento da sociedade em relação ao Estado.

A elite deixou, então, de ser apenas uma, já que os seus membros se dispersavam em diversas organizações — uma ‘consciência’ de sociedade civil começava a aparecer na Rússia, pela mão da *intelligentsia*, composta por jovens membros da elite, que seguiam um conceito fresco e romântico de nacionalismo, que os impulsionava para uma nova

⁷¹ A.D. Smith (1988). *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell, p. 131.

⁷² D. Lieven (2012). “Tolstoy on War, Russia, and Empire”. In *Tolstoy on War — Narrative Art and Historical Truth in “War and Peace”*, eds. Rick McPeak and Donna Tussing Orwin. New York: Cornell University Press, 12-25, p. 23.

⁷³ A.D. Smith (1988). *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell, p. 132.

⁷⁴ M. Raeff (1984). *Understanding Imperial Russia*. New York and Guildford: Columbia University Press, p. 135.

visão da sua relação com o *narod*: uma ideia de nação tão artificial quanto a ideia do que era o povo russo, mas que provaria ter legados duradouros e profundas consequências históricas. O facto de o Czar não ter reconhecido um novo papel à germinante sociedade civil, condensada na liderança moral e no papel social que a *intelligentsia* queria legitimar, fez transferir o tipo de participação política observada no Ocidente para as inúmeras sociedades literárias e organizações secretas que cresciam na Rússia, cujas inspirações iam desde o espírito da Guerra Patriótica de 1812 até aos valores da Revolução Francesa. Apesar da proliferação de sociedades secretas que se opunham ao poder do Estado, descontentes com a ausência de reformas que julgavam necessárias, nenhuma ideologia coerente emergiu deste período⁷⁵, o que levou a uma crescente radicalização da oposição à ordem estabelecida.

Houve um momento que apresentou finalmente a ocidentalização como uma arma da oposição ao Czar; uma verdadeira faca de dois gumes. O Movimento Decembrista, um *coup d'état* ocorrido em Dezembro de 1825 num momento de desordem criado após a morte de Alexandre I quanto à sua sucessão, tem, pois, as suas raízes ideológicas emaranhadas entre as ideias do Iluminismo, da Revolução Francesa, da Maçonaria, do Misticismo e da filosofia idealista alemã, bem como do socialismo utópico francês⁷⁶ — portanto, não é descabido que nos recusemos a vê-lo somente como um golpe falhado contra o Estado, um momento isolado e inconsequente de hesitação do czarismo: o Movimento Decembrista é um acontecimento decisivo por três motivos.

O primeiro é apresentar os perigos da ocidentalização, uma vez que encontramos movimentos semelhantes por toda a Europa, desde o *Tagenbund* alemão até à Carbonária italiana. Este movimento enquadra definitivamente a Rússia no contexto social europeu, num momento que espelhava transversalmente o nacionalismo da época pós-napoleónica.

O segundo motivo é o facto de este ser o último movimento exclusivamente *nobre*, cujo falhanço e trágico destino dos seus líderes determinou uma lacuna na evolução política da elite russa. Neste sentido, há algumas semelhanças entre os jovens decembristas e os treze generais húngaros que se rebelaram contra o império Habsburgo durante a *Primavera dos Povos*, ficando estes conhecidos para o mito da resistência *magyar* como *Os Treze Mártires de Arad* (Cartledge 2011). Ambos ficaram na memória histórica e cultural de uma comunidade — a título de exemplo prático da tradição,

⁷⁵ M. Raeff (1984). *Understanding Imperial Russia*. New York and Guildford: Columbia University Press, p. 143.

⁷⁶ P. Dukes (1998). *A History of Russia — c. 882-1996*. London: Macmillan Press, p. 126.

destacamos que a humilhação a que os generais húngaros foram sujeitos pelos festivos oficiais austríacos em Arad determinou que os húngaros tivessem aversão a brindar com cerveja, que é um acto ainda visto como desrespeitoso ou de má-educação. A humilhação perpetrada em nome dos Habsburgo foi ainda mais profunda devido ao facto de dez destes generais terem sido condenados à morte por enforcamento — o mais desonroso dos destinos para altas patentes militares e para nobres *magyares*. O destino dos participantes na Revolta Decembrista não foi igual: os que não enfrentaram a pena de morte, enfrentariam o duro exílio na Sibéria, o que resultava também humilhante, devido à pertença dos três mil revoltosos à nobreza e ao exército — muitos deles, eram os irmãos mais novos dos gloriosos oficiais de 1812. Tal pôs fim às tentativas da elite no sentido de impôr ao Estado o papel público que tinha desenhado para si própria. Se os mártires de Arad se viram parcialmente vingados menos de duas décadas após a sua morte, com o compromisso Austro-Húngaro que conferia aos *magyares* o direito de participação política no Império Habsburgo, os decembristas providenciaram, antes, as sementes da alienação da sociedade face ao Estado, resultantes numa ‘privatização’ da vida intelectual e cultural⁷⁷. Este momento foi decisivo, ao marcar um ponto sem retorno: a separação entre a aristocracia e a *intelligentsia* em formação, ainda que, como provado pelo movimento em si, os seus ideais não fossem, então, completamente dissonantes.

O terceiro e último motivo pelo qual o Movimento Decembrista é de extrema importância para a evolução do pensamento político russo e para a constituição social do século XIX é ter marcado o tom para o reinado de Nicolau I. Ao contrário do seu antecessor, não relacionamos esta figura com inovações, reformas ou legislação, ainda que de forma algo injusta. É certo que o Movimento Decembrista deu o tom de perigo iminente, já que as cedências eram vistas pelo Czar como um sinal de fraqueza que poderia permitir involuntariamente uma emboscada à Autocracia, mas certamente a inércia não terá caracterizado o reinado de Nicolau. A época de Paulo parecia ter voltado, lançando um manto de obscurantismo sobre o desenvolvimento russo. Contudo, esse manto não foi suficientemente compacto; os desafios repressivos ofereceram, antes, outras estratégias ao desenvolvimento do programa da modernidade, que levariam à proclamação da *intelligentsia* como o grupo de oposição ao Estado czarista.

Foi a memória da Revolta Decembrista que inspirou Tolstoy para a obra *Guerra e Paz*, e nem tanto os acontecimentos da Guerra Patriótica de 1812, ao contrário do que

⁷⁷ M. Raeff (1984). *Understanding Imperial Russia*. New York and Guildford: Columbia University Press, p. 145.

seria de esperar face ao tempo e espaço da narrativa. Nos seus esboços iniciais, o autor planeava dedicar o épico aos heróis esquecidos de 1825. Porém, *habent sua fata libelli*⁷⁸ — talvez as memórias de Tolstoy do tempo em que fora militar em Sevastopol se tenham sobreposto a um hipotético ideal de aristocracia libertária. Todavia, esta obra, que na sua versão inicial tinha o título bastante shakespeariano “Tudo está bem quando acaba bem”⁷⁹, manifesta a solidariedade que Tolstoy sentiu ao encontrar os exilados de 1825, que retornavam sem esquecer os sonhos traídos e as expectativas de vida dizimadas. Apesar da felicidade ensaiada no final da obra, o leitor mais atento pode questionar-se acerca do futuro de Pierre Bezukhov como Decembrista, certamente lamentando o quão efêmera teria sido a sua felicidade junto de Natasha.

⁷⁸ Expressão latina cunhada por Terentianus Maurus: “os livros têm o seu destino”.

⁷⁹ Carta de Tolstoy a A.A. Fet, 20 de Maio de 1866. No original: “Все хорошо, что хорошо кончается”.

II

Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade

Não há nada mais susceptível do que todos esses departamentos, regimentos, escritórios, em suma, do que toda essa espécie burocrática. Hoje em dia, qualquer particular considera que insultarem a sua pessoa é insultarem toda a sociedade.

Nikolai Gógol, *O Capote*⁸⁰

Dostoiévski diria que todos os escritores do Realismo russo saíram d' *O Capote* de Gógol. Irónico é que Gógol, de ideais conservadores, tenha passado os seus anos mais prolíferos em Itália, longe da Mãe Rússia pela qual a sua personagem mais emblemática, Chichikov, deambulou, tentando comprar almas mortas. Mais irónico ainda é o facto de as obras daquele que é visto por muitos como o pai do Realismo russo terem convivido com um dos mais acentuados períodos de censura. A dissidência era a maior ameaça ao Czar e a célebre Avenida Névski encheu-se de 'funcionários', que "se destacam pela nobreza das suas ocupações e dos seus hábitos"⁸¹ — nesta longa descrição de Gógol, é interessante que a Avenida Névski, situada em S. Petersburgo, seja adjectivada de 'decente', repetindo-se o adjectivo para os seus transeuntes. Decentes transeuntes *russo*s, obedientes à *Igreja Ortodoxa* e leais ao *Czar*. Um resumo revelador da ideologia de Nicolau I é formulado pelo Conde Uvarov, Ministro da Educação, em 1833: "É nossa obrigação comum assegurar que a educação do povo seja conduzida de acordo com a intenção suprema do nosso Augusto Monarca, no espírito da Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade"⁸².

A teoria da Nacionalidade Oficial veio substituir, então, as ideias racionalistas do Iluminismo. O percurso político de Sergei Uvarov demonstra, porém, o quão ténue era a linha entre o liberalismo e o conservadorismo russo e a importância do Movimento Decembrista para a travessia entre as suas margens. Uvarov começou a sua carreira política durante o reinado de Alexandre I, como liberal, mas os eventos de Dezembro de 1825 mudaram a sua visão⁸³, sendo que as suas políticas e visões conservadoras viriam a

⁸⁰ N. Gógol (2007). *Contos de São Petersburgo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 243-285, p. 243 [Data da primeira publicação: 1842].

⁸¹ N. Gógol (2007). *Contos de São Petersburgo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 19-69, p. 22 [Data da primeira publicação: 1834].

⁸² Citado em G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press. p. 146.

⁸³ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 52.

ser reafirmadas pela insurreição polaca de 1830. Quanto à tríade Ortodoxia-Autocracia-Nacionalidade, não há consenso por parte dos historiadores quanto ao seu significado, mas podemos afirmar que esta doutrina reflecte o pensamento da época de Nicolau I⁸⁴. Todos os vectores desta ideologia parecem ter o mesmo peso para a política de Nicolau I, se bem que consideramos o da Nacionalidade como o mais relevante, visto que é aquele que mais directamente se impõe na vida da elite e que os outros vectores se imiscuem, directa ou indirectamente, na sua esfera. Enquanto que a Autocracia era vista como a forma de governo que melhor defendia os interesses do povo através de um Czar paternal, e a Ortodoxia dos russos como forma de lhe prestar lealdade espiritual, o vector da Nacionalidade é o mais inovador desta doutrina. É um princípio na linha romântica do nacionalismo, se identificarmos o romantismo com o conservadorismo, dada a oposição comum aos princípios do Iluminismo⁸⁵. Contudo, o princípio da Nacionalidade tinha pouco conteúdo político. A ideia de ‘Nacionalidade’ promovida por Uvarov tinha como pressuposto o caminho de desenvolvimento exclusivo da Rússia, diferente da Europa Ocidental, que permitiria que o império evitasse os problemas políticos e sociais com que outras monarquias semelhantes se estavam a deparar.

É importante ter em conta a ambiguidade do termo *narodnost* — aqui traduzido, seguindo o correspondente anglo-saxónico, como ‘Nacionalidade’. Segundo Weeks (2006), o princípio da Nacionalidade é um elemento doutrinário que deriva da Ortodoxia e da Autocracia⁸⁶. Se a nossa análise focasse as implicações políticas desta doutrina para o império, indubitavelmente enquadraríamos a ‘nacionalidade’ de forma semelhante; contudo, quando averiguamos a sua importância no quadro das elites políticas e sociais, a *narodnost*, enquanto ‘pertença’, apresenta-se-nos como a mais relevante, sobretudo nas lógicas de serviço, oposição e protesto. Se, por um lado, não há uma clara intenção de ‘russificação’ nas políticas de Nicolau I (Weeks 2006, 35), já que apenas podemos apontar como objectivo do governo o de manter a ordem e as hierarquias existentes, por outro lado, há duas verdades que se lhe seguem contiguamente: i) a relevância que as questões de ‘russificação’ e ‘ocidentalização’ assumiram neste período, tanto no que concerne o serviço da aristocracia como o debate encetado pela *intelligentsia*; ii) a

⁸⁴ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 53.

⁸⁵ J. Blum *et al.* (1967). *The European World Since 1815: Triumph and Transition*. London: Routledge & Kegan Paul, p. 26.

⁸⁶ T.R. Weeks (2006). “Managing Empire: tsarist nationalities policy”. In *The Cambridge History of Russia, Volume II: Imperial Russia 1689-1917*, ed. Dominic Lieven. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 27-44, p. 34.

existência de um projecto reformista por parte do governo (Polunov 2009, 44; Raeff 1984, 168).

Caminhos para a reforma, directivas de preservação

O império russo era um Estado multi-nacional e esse estatuto trouxe algumas agruras ao ‘Pai de todas as Rússias’. Depois das Guerras Napoleónicas, duas questões vieram complexificar o estatuto da ‘Nacionalidade’. O império deparava-se com duas novas províncias ocidentais: a Finlândia e a Polónia. O Czar tornara-se Grão-Duque da Finlândia e Rei da Polónia. Se no reinado de Alexandre I estas duas províncias, especialmente a polaca, gozavam de alguma autonomia, quando Nicolau I subiu ao trono, tanto o seu espírito conservador como a aura de ameaça à autocracia que permaneceu após a Revolta Decembrista, cuja ligação com as elites polacas⁸⁷ não pôde ser ignorada pelo Czar, vieram intensificar as tensões. Aquando da sua ascensão ao trono, não aboliu a Constituição polaca, mas interpretou-a no sentido mais restrito e, por isso, mais conveniente. Como o próprio Czar reconheceu “A revolução está à porta da Rússia”⁸⁸ e não tardaria que os polacos o provassem com uma revolta em 1830, liderada pela nobreza⁸⁹ e por sociedades secretas de intelectuais, que rapidamente se propagaria aos territórios lituanos⁹⁰; uma insurreição, todavia, fadada ao fracasso devido às disputas entre os seus líderes e à ausência de ajuda externa. O estatuto autónomo polaco seria, então, substituído por um estatuto orgânico que afirmava a Polónia como parte do território do Império Russo⁹¹. A insurreição polaca forçou numerosos artistas e intelectuais a fugir ou a fixar-se na Europa Ocidental, sendo Paris o destino mais frequente — um desses artistas era o famoso compositor romântico, um então jovem prodígio Fryderyk Franciszek Chopin, que nunca voltaria à Polónia.

O episódio da malograda insurreição polaca evidencia duas questões iminentes, que encontrariam consequências directas nas décadas de 1850 e 1860: em primeiro lugar,

⁸⁷ T.R. Weeks (2006). “Managing Empire: tsarist nationalities policy”. In *The Cambridge History of Russia, Volume II: Imperial Russia 1689-1917*, ed. Dominic Lieven. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 27-44, p. 33.

⁸⁸ Citado em A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 39.

⁸⁹ J. Blum *et al.* (1967). *The European World Since 1815: Triumph and Transition*. London: Routledge & Kegan Paul, p. 220.

⁹⁰ A. W. Ertl (2008). *Toward an Understanding of Europe: A Political Economic Précis of Continental Integration*. Boca Raton, FL: Universal Publishers, p. 352.

⁹¹ T. R. Weeks (2006). “Managing Empire: tsarist nationalities policy”. In *The Cambridge History of Russia, Volume II: Imperial Russia 1689-1917*, ed. Dominic Lieven. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 27-44, p. 34.

destacamos a disciplina militar sobre a sociedade (Polunov 2005, 39) e, em segundo, as dificuldades e implicações do conceito de ‘Nacionalidade’ (Hosking 1998, 147).

Para um homem militar como Nicolau I, a insurreição pôs em evidência a necessidade de um forte controlo sobre a sociedade. Contudo, tal necessidade não o opunha automaticamente a possíveis reformas, o que é demonstrativo de que o Czar estava ciente dos problemas da Rússia⁹². Não obstante, essa disposição reformista não era mais do que uma intenção de modernizar o Estado, já que o seu atraso salientava o quão imprescindível era que o império se pusesse o mais célere possível a par dos progressos dos seus semelhantes ocidentais e, simultaneamente, manter e fortalecer a autocracia. A militarização do governo significava, não só, a ocupação de cargos administrativos pelos oficiais, mas também a aplicação de práticas militares a várias esferas da vida social e da administração civil⁹³. Ora, este sistema de centralização administrativa punha as mais relevantes esferas públicas sob o controlo directo do Czar.

Três homens do seu governo personalizam enfaticamente o caminho de reforma tomado por Nicolau I: Mikhail Speransky, Pavel Kiselev e o já referido Sergei Uvarov.

Mikhail Speransky havia sido o mais próximo conselheiro do liberal Czar Alexandre I, sendo considerado por muitos dos seus contemporâneos como um ‘constitucionalista liberal’. Speransky tinha como objectivo explorar as formas e meios através dos quais se poderia dotar a Rússia de leis fundamentais estáveis, pondo fim a um sistema de administração desordenado e arbitrário⁹⁴, o que não equivale, tal como aludido por Raeff (1969), a um desejo de aplicar na Rússia uma Constituição à semelhança da Americana ou da Francesa. A tarefa da qual foi incumbido, relativa à mais importante reforma de Nicolau I — a codificação das leis da Rússia —, não lhe foi atribuída ao acaso. Foi antes uma jogada política do Czar: designar Speransky, um símbolo do liberalismo do seu antecessor, foi uma forma de fazer política e de passar a mensagem de que começavam a soprar ventos de mudança, ao procurar remover o estigma de arbitrariedade e despotismo, dotando a Rússia de uma base legal sobre a qual florescer (Polunov 2006, 43).

A tarefa de Speransky provar-se-ia um esforço hercúleo. O poder ilimitado do Czar contradizia a intenção da supremacia da lei. Basta olharmos para o primeiro artigo

⁹² J. Blum *et al.* (1967). *The European World Since 1815: Triumph and Transition*. London: Routledge & Kegan Paul, p. 219.

⁹³ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 41.

⁹⁴ M. Raeff (1969). *Michael Speransky — Statesman of Imperial Russia, 1772-1839*. The Hague: Martinus Nijhoff, p. 119.

da *Svod Zakonov Rossiskoi Imperii* (as Leis do Império Russo) para percebermos os problemas postos pela dimensão deste poder: “O Imperador de todas as Rússias é o monarca autocrático e ilimitado. Há que obedecer à Sua autoridade suprema, não só por medo, mas também em consciência, pois Deus assim ordenou”⁹⁵. Podemos considerar, então, que dois dos princípios da tríade ideológica de Nicolau I, Ortodoxia e Autocracia, estão consumados neste primeiro artigo.

No entanto, é certo que Speransky desenvolveu um sistema legal comum a todo o império e determinou a estrutura das leis, ao introduzir, pela primeira vez, critérios teóricos claramente desenvolvidos no sentido da organização da legislação⁹⁶. Aliás, muitos historiadores e investigadores baseiam os seus estudos na *Colecção Completa de Leis do Império Russo (Polnoe Sobranie Zakonov Rossiskoi Imperii)*, na qual podemos encontrar decretos aprovados pelo Czar; no entanto, a *Svod Zakonov Rossiskoi Imperii*, formulada por Speransky, constituía prática obrigatória, cuja codificação de leis esteve em vigor desde 1835 até 1917⁹⁷, apesar de poder haver, efectivamente, algumas diferenças entre as leis que constavam destes documentos. O Código de Leis, bem como a actividade de Speransky, interessa-nos, pois era a este documento que cidadãos e funcionários do Estado recorriam, funcionando como artéria principal entre o sistema autocrático e a lei escrita — no Estatuto do Senado, esta questão fica bastante clara, ao afirmar que é a *Svod Zakonov Rossiskoi Imperii* que contém a lei em vigor (Borisova 2012, 901).

Speransky resume a sua intenção para este código de leis: “[O código] tem de seguir as leis em vigor (...) e de forma constante e anual recolher e colocar por ordem todos os novos elementos adicionados. As Leis (...), apesar de todas as mudanças às suas partes que possam ocorrer, representam sempre um todo”⁹⁸. Para além de uma melhoria

⁹⁵ Tradução livre do original: “Ст. 1. Император Всероссийский есть Монарх самодержавный и неограниченный (а). — Повиноваться верховной Его власти не токмо за страх но и за совесть Сам Бог повелевает (б).” In *Svod Zakonov Rossiskoi Imperii — Tom pervii, Tshaste I*. Sanktpeterburge: Ve Tipografii Vtorava Otdeleniia Sobstvennoi Evo Imperatorskavo Velitshestva Kantseliarii, 1857, p. 1.

⁹⁶ S.V. Kodan (2007). “Svod Zakonov Rossiskoi Imperii. Mesto i role v razvitii iuridicheskoy tekhniki i sistematizatsii zakonodatelstva v Rossii v XIX — natshale XX veka”. *Iuridicheskaya Tekhnika*. 1 (2007): 178-191, p. 182.

⁹⁷ T. Borisova (2012). “The Digest of Laws of the Russian Empire: The Phenomenon of Autocratic Legality”. *Law and History Review*. 30 (3): 901-925, p. 901.

⁹⁸ Tradução livre do original: “Он должен следовать за /.../ движением законодательства и /.../ постоянно и ежегодно собирать и приводить в тот же порядок все вновь исходящее. Законы /.../ при всех изменениях в час тях их будут всегда представлять одно целое”. Citado em S. Bugaeva e A. Kozlova (2007). “Svod Zakonov Rossiiskoi Imperii v XIX — natshale XX vv. kak istoritshechskii istotshnik”. Apresentado na Conferência *Dokumente. Arkiv. Istoriia. Sovremennost*, Ekaterinburg. http://elar.urfu.ru/bitstream/10995/30640/1/dais_08_31.pdf [22 de Janeiro de 2016].

inquestionável nas técnicas legislativas, o Código diminuiu a arbitrariedade dos tribunais e da administração, o que, inevitavelmente, acabaria por tocar nas fundações legais e até morais da servidão (Polunov 2009, 44), bem como contribuir para o entendimento da sociedade quanto à lei (Polunov, 2009; Borisova 2012). Apesar de não devermos subestimar a sua importância⁹⁹, a existência e longa manutenção deste Código é demonstrativa da fraqueza das instituições formais¹⁰⁰. Como argumenta Borisova (2012), não foram criadas novas leis, apenas se ordenou as antigas, já que raramente o legislador conseguia indicar claramente que artigos do Código deveriam ser abolidos ou alterados ao propor uma nova lei. A intenção de Speransky concretizou-se: as suas leis constituíram um todo, mas apenas pela coerência em relação à autocracia, e não pela extensiva adição e ajustamento de leis. O Código de Leis, fossem quais fossem as intenções, veio, na realidade, fortalecer a autocracia em termos legais, mais que não seja pela restrição imposta ao projecto reformista pelo Czar¹⁰¹.

Todavia, o projecto de reformas abrangia a problemática questão da servidão. Se o projecto legislativo de Speransky evidencia indirectamente a necessidade de lidar com a questão dos servos e a sua relação com a sociedade, o projecto de Pavel Kiselev tocou muito mais profundamente na ferida. Admitido em 1835 no Conselho de Estado Imperial, Kiselev integrou os comités secretos nomeados por Nicolau I para averiguar especificamente a questão dos servos, tornando-se Conde ‘por serviço’ em 1839, após ter sido apontado para Ministro das Propriedades de Estado.

A servidão, apesar de uma prática com tradição, era vista como uma ameaça à estabilidade social: já o era desde o tempo de Alexandre I, mas interessante é que essa visão se tenha prolongado no reinado de um czar aparentemente mais conservador. Certo é que as reformas, em termos estritamente teóricos, foram muito mais efectivas na época de Nicolau I — a Reforma dos Camponeses do Estado (1837-41) dizia respeito a 20.050.000 servos (os servos privados eram mais numerosos, uma diferença de aproximadamente um milhão: 21.164.000)¹⁰²; em 1842, o governo decretou uma lei que possibilitava novas formas de emancipação dos servos. No entanto, como é enfatizado pela distância temporal, os resultados das reformas em torno da questão da servidão ficaram aquém do que seria expectável, não ultrapassando quaisquer tentativas anteriores

⁹⁹ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, pp. 43-45.

¹⁰⁰ T. Borisova (2012). “The Digest of Laws of the Russian Empire: The Phenomenon of Autocratic Legality”. *Law and History Review*. 30 (3): 901-925, p. 924.

¹⁰¹ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 45.

¹⁰² *Idem*, p. 45.

por parte do governo liberal de Alexandre I. A questão da servidão tinha sido, desde o início do século XIX, um tema de clivagens políticas e sociais: a ousada proposta de Kiselev para a lei de 1842 apresentara a emancipação como acção ‘obrigatória’ para os proprietários, mas os membros dos comités secretos rejeitaram as suas propostas mais relevantes e decretaram a acção como ‘voluntária’, ou seja, por iniciativa dos proprietários, o que, na prática, não traria as mudanças que Kiselev ambicionara.

Kiselev via a Reforma dos Camponeses do Estado como forma de motivar os proprietários privados a fazer o mesmo. Apesar de a visão de Kiselev não ser clara quanto ao Movimento Decembrista e às suas motivações políticas, fica claro que não partilhava das ideias de uma reestruturação revolucionária da sociedade russa¹⁰³: o caminho deveria ser reformista, com mudanças a partir *de cima*, para impedir a explosão social *por baixo*. E Kiselev foi o mais extraordinário reformista da época de Nicolau I, proporcionando mudanças sem precedentes no estatuto dos camponeses e na sua relação com o Estado, com medidas que iam desde a educação dos servos, as suas condições de vida, até à reorganização de assembleias camponesas. Temos de referir que, apesar de os planos para resolver a questão camponesa terem falhado nos territórios da Rússia central, as reformas de Kiselev encontraram grande eco nas regiões ocidentais: Lituânia, Bielorrússia, parte da Ucrânia e, sobretudo, na Polónia, o que poderá ser explicado pelo facto de não terem sido as autoridades imperiais, mas, sim, as Dietas das províncias a porem em marcha as reformas¹⁰⁴. O percurso reformista contraditório enfraqueceu, porém, a posição de Kiselev nos comités (Polunov 2005, 48), o que poria obstáculos a mudanças mais extensivas. No entanto, o projecto de Kiselev veio expôr a necessidade de encontrar novos meios de concretizar as políticas do governo, bem como trouxe mudanças à burocracia e ao seu *ethos*: a crença renovada de que o Estado deveria tomar a iniciativa em questões de mudanças sociais.

Quaisquer avanços ou projectos concernentes à questão camponesa cessariam, em definitivo no reinado de Nicolau I, devido à onda de revoluções de 1848 na Europa Ocidental e Central, que reforçou o conservadorismo do Czar e o seu medo de que tais acontecimentos contagiassem a Rússia com uma nova revolta — o regime ficava, então, sem um programa político claro (Polunov 2005, 48). As palavras do Czar concluem eficazmente a incapacidade da autocracia para continuar a lidar com mudanças sociais

¹⁰³ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 47.

¹⁰⁴ K. Lust (2008). “Kiselev’s Reforms of State Peasants: The Baltic Perspective”. *Journal of Baltic Studies*. 39 (1): 57-71.

cada vez mais urgentes: “Não há dúvida de que a servidão, na sua forma actual, é um mal óbvio para todos; mas tocá-la agora seria um mal ainda mais ruinoso”¹⁰⁵.

Os últimos anos do reinado de Nicolau I (1848-1855) ficariam, assim, marcados pela repressão severa através da qual o Czar pretendia fortalecer as defesas da Rússia contra as forças revolucionárias que tinham vindo ao de cima noutros países europeus — uma reacção que, certamente, contribuiu para a visão, não só dos seus coetâneos como da historiografia geral, de um reinado de estagnação e de esmagamento do pensamento independente¹⁰⁶. Nessa linha, este período foi baptizado como *Mrachnoe Semiletie* (‘Os sete anos de escuridão’). Porém, apesar da dura repressão, há focos de luz apontando paradoxos, no contexto social e intelectual, que se tornam ainda mais brilhantes no caminho aparentemente sombrio desta época.

Concluamos a breve exposição deste tema com a eterna questão da relação entre a Rússia e a Europa Ocidental, consubstanciada na doutrina de Sergei Uvarov, mais concretamente no vector da *narodnost* ou ‘Nacionalidade’. A sua fórmula está impregnada de conotações negativas: é claramente anti-liberal, mas, sobretudo, anti-Europeia¹⁰⁷, embora esta característica fizesse parte da própria evolução do pensamento político europeu¹⁰⁸. Uvarov ascendeu a Ministro da Educação em 1833, no rescaldo da Insurreição Polaca (1830-1), acontecimento que desafiou a visão de legitimidade do próprio czar, forçando-o a repensar o sistema político imperial (Miller 2008, 140). Uvarov rapidamente alinhou as suas visões e estratégias com as do Czar. Ambos viam a Autocracia como um factor necessário para a sobrevivência do império¹⁰⁹, tal como todos os reformistas de 1830 e 1840. De forma a mudar o frágil estado em que se encontrava o império, tanto do ponto de vista social como político, Uvarov desenvolveu a ideia de ‘Nacionalidade’, embora o tenha feito em termos vagos. No entanto, este é o vector mais ‘modernizador’ da sua doutrina, no que diz respeito à relação entre o Estado e a sociedade. Num primeiro momento, a ideia de ‘Nacionalidade’ parece contradizer o princípio funcional dos impérios continentais (Miller 2008), cujos governantes evitaram, tanto quanto lhes foi possível, questões trazidas pelo nacionalismo nos casos de impérios multi-

¹⁰⁵ Citado em G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 148.

¹⁰⁶ D. Offord (1999). *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education, p. 21.

¹⁰⁷ A. Miller (2008). *The Romanov Empire and Nationalism*. Budapest and New York: CEU Press, p. 139.

¹⁰⁸ N. Riasanovsky (1974). *Nicholas I and Official Nationality in Russia, 1825-1855*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, p. 169.

¹⁰⁹ A. Miller (2008). *The Romanov Empire and Nationalism*. Budapest and New York: CEU Press, p. 142.

nacionais e multi-étnicos. Contudo, deve ser entendida, antes, como uma ‘nacionalização’ da dinastia — ou, por outras palavras, do poder divino que a legitimava, o que teria implicações próprias para o vector da Ortodoxia — consolidando gradualmente a nação no núcleo imperial, como método de resolução do conflito entre os princípios autocráticos e os representativos¹¹⁰.

Todavia, a profunda clivagem quanto ao dogma da ‘Nacionalidade’ evidencia aspectos sociais complexos da realidade russa¹¹¹, nomeadamente a relação entre o Estado e a sociedade (Miller 2008, 154) — e isso pode ser parte da razão pela qual as políticas de Uvarov falharam quanto ao seu principal objectivo¹¹², certamente porque o debate criado quanto ao caminho ‘distinto’ da Rússia foi muito além do que o Ministro antecipara: em vez de encontrar um consenso, as discussões tornaram-se mais inflamadas, o que teve um enorme peso na formação de uma *intelligentsia* independente¹¹³. Estavam, então, criadas as condições para a oposição política, social e intelectual ao regime czarista.

Burocratização — a aristocracia faz parte do serviço ou o serviço é parte da aristocracia?

De acordo com o argumento defendido por esta análise, há uma clara diferenciação entre colapso imperial e declínio imperial, o que implica uma segunda diferenciação: aquela que distingue o declínio imperial do declínio da aristocracia. De facto, o declínio tem sido apontado ao caso do império russo como uma tendência em marcha desde o reinado de Nicolau I (Blum *et al.* 1967, 218-222). Ainda que concordemos com o conceito geral de ‘declínio imperial’ para descrever a evolução política e social do Estado czarista, há um conjunto de pressupostos de que discordamos.

O primeiro e mais problemático é a interpretação histórica comumente aceite é o de que a Rússia é um caso especial, distinto dos processos de modernização e tendências de declínio imperial europeus, sobretudo no que concerne às suas elites políticas e sociais, como é o caso da aristocracia (Dubina 2008, 81). Ora, partir deste pressuposto seria

¹¹⁰ A. Miller (2008). *The Romanov Empire and Nationalism*. Budapest and New York: CEU Press, p. 143.

¹¹¹ N. Riasanovsky (1974). *Nicholas I and Official Nationality in Russia, 1825-1855*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, p. 181.

¹¹² A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 55.

¹¹³ D. Offord (1999). *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education, p. 21.

falacioso, para além de restringir, em larga extensão, a compreensão das dinâmicas de declínio e colapso imperial, como das características e processos de protecção do estatuto tradicional e modernização do império. Correspondentemente, seria falacioso, pois, ao admitirmos este pressuposto, estaríamos deliberadamente a ignorar a capacidade de adaptação da aristocracia à modernidade, tal como as suas estratégias de preservação quanto ao estatuto tradicional, sendo que a tradição, apesar de constituir um pilar da Autocracia, não era exclusivo desta (embora possamos argumentar que era inclusivo, em termos estritamente políticos).

Um segundo pressuposto, corroborado e perpetuado pela historiografia das décadas de 1960-70, é o de que existe, efectivamente, um ‘declínio da aristocracia’. Na senda deste raciocínio, a aristocracia é vista como uma ‘classe’ que, de forma mais ou menos indirecta, impediu ou abrandou o desenvolvimento de um ‘país’, oprimindo as classes menos privilegiadas — por isso, este tipo de conceptualização tem restringido a análise da aristocracia a questões económicas e culturais, embora a época pós-soviética tenha sido pautada por um interesse crescente em relação aos temas da aristocracia¹¹⁴. Este pressuposto, se fosse tomado em consideração por esta análise, cegar-nos-ia, certamente, para as relações sociais e políticas da aristocracia, bem como para a sua relação com a *intelligentsia* e para as múltiplas visões quanto ao processo de modernização e respectivo programa cultural. Esperamos proporcionar uma resposta abrangente quanto a esta questão do ‘declínio da aristocracia’ ao longo da presente análise.

Um outro pressuposto que será particularmente aprofundado no tema deste capítulo será relativo às questões do serviço da aristocracia, frequentemente associado ao segundo pressuposto que expusemos, já que a relação entre a aristocracia e a burocracia tem sido enquadrada na lógica do argumento do ‘declínio da aristocracia’, ao desenhar a imagem estilizada de um grupo privilegiado sob a pressão asfíxiante da modernidade.

Antes de explorarmos esta questão em particular, há algumas considerações que devem ser feitas, de forma a propormos uma linha de análise coerente e definida. Noutros capítulos, tentamos retratar tanto a imagem como as posições da aristocracia, muitas vezes relacionando-as com a *intelligentsia*, sob o prisma cultural e político; contudo, neste ponto, o que se torna mais relevante é questionar o que é a aristocracia em termos sociais, pois só assim poderemos compreender as outras vertentes. Por outras palavras,

¹¹⁴ V. Dubina (2008). “The Distinction: Russian Nobility and Russian Elites in the European Context (the 18th-19th Century)”. *Social Evolution & History*. 7 (2): 80-100, p. 81.

argumentaremos que a lógica do serviço, da perspectiva da aristocracia, é predominantemente social, para além de, obviamente, se incluir nas outras esferas, sobretudo ao ter sido renovada como parte da estratégia política de Nicolau I.

No entanto, a fronteira entre a esfera social e a política é pouco clara: afinal, no império russo, o estatuto social formal derivava de definições legais impostas pelo Estado¹¹⁵. Desde o reinado de Pedro, o Grande, até à Emancipação, a Autocracia continuamente tentou legislar a estrutura social e o seu desenvolvimento de acordo com as mutáveis exigências e necessidades da construção do Estado, numa tentativa de assegurar a correspondência entre estatuto formal e função societal¹¹⁶. Segundo Wirtschafter (1994), o estatuto formal incluía três elementos básicos: a hereditariedade/nascimento (que não devemos confundir com duas componentes que a aristocracia russa não chegou a desenvolver: o vínculo da propriedade e a primogenitura¹¹⁷), a educação e a ocupação. Podemos pertinentemente adicionar o serviço (Dubina 2008, 91-93) como um quarto elemento que vem unificar os outros — tal será parte do argumento exposto na presente análise, no que concerne à ‘aristocracia de serviço’ e na forma como a entendemos. Apesar da discordância de alguns autores, há na Rússia uma elite aristocrata bem delimitada, pelo menos do ponto de vista social. Verifica-se a ideia da partilha de uma identidade nobre para a aristocracia e nobreza proprietária com carreiras bem-sucedidas no serviço civil e militar, bem como para os menos abonados nobres da Rússia¹¹⁸: uma ideia de identidade, ilustrada na obra *Guerra e Paz*, partilhada desde os Bolkonsky e Bezukhov, até aos mais empobrecidos Rostov. Argumentaremos, portanto, não haver incertezas quanto a uma identidade social da aristocracia russa, da qual o serviço fazia parte, como instrumento de distinção social. Se esta ideia de identidade comum é uma ficção ou se foi ficcionada, de forma a unificar o grupo ou a tentar modificá-lo, é algo que questionaremos no próximo capítulo.

Interessa, neste ponto, falar de um outro caso que permite a demonstração de que alguns dos pressupostos históricos sobre o caso russo são erróneos, bem como estabelecer uma ponte para a evidência das nossas considerações. Falamos, pois, da Prússia, cuja escolha como caso para estudo comparado com a Rússia já não representa, propriamente,

¹¹⁵ E.K. Wirtschafter (1994). *Structures of Society — Imperial Russia's "People of Various Ranks"*. Illinois: Northern Illinois University Press, p. 18.

¹¹⁶ *Idem*, p. 77.

¹¹⁷ R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books, p. 176.

¹¹⁸ E.K. Wirtschafter (1994). *Structures of Society — Imperial Russia's "People of Various Ranks"*. Illinois: Northern Illinois University Press, p. 71.

uma novidade na Academia (ver Lieven 1992). A saliência de algumas semelhanças será útil para identificarmos e enquadrarmos a Rússia nas práticas dos processos de burocratização, ainda que haja uma diferença crucial que devemos salvaguardar: as formas de governo local e as instituições prussianas eram, indubitavelmente, mais eficientes do que as russas¹¹⁹, devido às raízes dessas mesmas formas de governo e instituições. No caso prussiano, estas precediam o absolutismo Hohenzollern, sendo que a nobreza desenvolvera profundas lealdades locais e um serviço público nas instituições; já no caso russo, este tipo de tradição estivera ausente no Estado moscovita. Por esta razão, não são os padrões de educação ou eficácia o que pretendemos comparar nestes dois casos, uma vez que, pelo menos na primeira metade do século XIX, a burocracia central russa estava longe de igualar a prussiana¹²⁰. O que pretendemos demonstrar é o facto de o processo de burocratização e as lógicas de serviço observados na Rússia serem uma prática europeia comum (Dubina 2008, 84), bem como a existência da ideia de uma identidade própria da aristocracia.

Os processos de burocratização estão, assim, inseridos num contexto em que os valores da aristocracia retiveram a sua primazia na sociedade, política e administração pública¹²¹ por um longo período, de acordo com as necessidades de preservação da Autocracia. Apesar do potencial para a mobilidade social apresentado pelas lógicas de serviço, o estatuto nobre continuou a ter privilégios relativos ao serviço do Estado e este constituía uma condição para qualquer posição de eminência na hierarquia governamental (Rosenberg 1966, 138). Isto é, continuou a haver uma relação tradicional de influência entre o estatuto social e a autoridade pública, já que a detenção de um título, por nascimento ou serviço, era necessária para ascender aos mais altos cargos (Rosenberg 1966, 138). Olhemos por breves momentos para o caso francês, ilustrado pelas palavras de Chaussinand-Nogaret, no qual o serviço também foi prática de definição e valorização da nobreza: “Servir — et c’est là un des principes essentiels de définition de la noblesse au XVIIIe siècle — est l’ ambition de tous, ou presque. (...) Le droit au service est considéré comme un privilège essentiel du statut nobiliaire et explique en partie l’hostilité

¹¹⁹ D. Lieven (1992). *The Aristocracy in Europe, 1815-1914*. London: Macmillan Press, p. 214.

¹²⁰ *Idem*, p. 217.

¹²¹ H. Rosenberg (1966). *Bureaucracy, Aristocracy, and Autocracy — The Prussian Experience 1660-1815*. Boston, MA: Beacon Press, p. 137.

de la noblesse (...) à la roture de service. Servir le roi est à la fois un droit, un devoir, et un honneur (...)”¹²².

Estas palavras vêm confirmar a centralidade da noção de serviço e o facto de esta estar intimamente relacionada com o conceito de honra para a generalidade da nobreza europeia (Confino 1993). A adição do requisito meritocrata, durante o processo de burocratização, às lógicas de serviço e, por conseguinte, o potencial para a mobilidade social, é de efectividade questionável e dificilmente poria em risco a identidade da aristocracia enquanto ‘grupo’ prestigiado e prestigiante de serviço, muito menos enquanto ‘classe’ de serviço por excelência. Tal como o estabelecimento da nobreza Junker foi revitalizado pelo estado militar-burocrático¹²³ prussiano, na Rússia as reformas de Nicolau I consolidaram a posição da burocracia no aparelho governativo (Polunov 2005, 43). A sua concepção de ‘serviço’ era idêntica à de Pedro I, mas com uma diferença prática significativa: não era necessário recorrer à coerção para convencer os nobres a integrar o serviço ao Estado, uma vez que a estratégia de recrutamento de Nicolau I passava por aliciar aqueles com propriedades e rendimentos reduzidos¹²⁴.

Consumou-se, então, um processo de profissionalização da burocracia, em que os deveres oficiais se tornavam cada vez mais especializados (Raeff 1984, 155-7), dada a mudança da composição e do estatuto social da burocracia. Os filhos da nobreza empobrecida, e até mesmo indivíduos sem título, juntaram-se ao serviço: estes novos burocratas viam, pois, o serviço como a sua profissão¹²⁵, o que em muito diferenciava a sua visão do entendimento aristocrático ‘de serviço’. Esta nova geração de funcionários, os ‘burocratas iluminados’ (Polunov 2005, 43), não tinha como único ideal o de *servir le roi*, como exercício do seu direito, dever e honra, mas sobretudo o de servir a nação (Raeff 1984, 158). Uma evidência neste sentido é o facto de estes novos burocratas terem desenvolvido uma atitude hostil em relação ao regime de Nicolau I, apesar de serem produtos deste, compreendendo rapidamente a necessidade urgente de reformas; não obstante a sua solidariedade corporativa, os burocratas iluminados não existiam em número suficiente no reinado de Nicolau (Polunov 2005, 43) para introduzir mudanças significativas, num contexto político e intelectual que muito influenciaria as gerações

¹²² Citado em M. Confino (1993). “À propos de la notion de service dans la noblesse russe au XVIIIe et XIXe siècles”. *Cahiers du Monde russe et soviétique*. 34 (1-2): 47-58, p. 54.

¹²³ H. Rosenberg (1966). *Bureaucracy, Aristocracy, and Autocracy — The Prussian Experience 1660-1815*. Boston, MA: Beacon Press, p. 143.

¹²⁴ M. Raeff (1984). *Understanding Imperial Russia*. New York: Columbia University Press, p. 157.

¹²⁵ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, pp. 42-3.

vindouras do serviço do Estado, que se encarregariam do projecto reformista de Alexandre II. Contexto e influência que seriam sujeitos à ilustração de Turguenev quanto ao contraste geracional, filosófico e ideológico apontado entre *Pais e Filhos*, isto é, entre as gerações de 1840 e de 1860.

A diferença entre a aristocracia de serviço e os novos burocratas nicolaievnos não era apenas uma de princípio. Disto é prova o afastamento entre a esfera da nobreza por nascimento e a dos burocratas enobrecidos: os que adquiriram o estatuto nobre por serviço permaneceram afastados do *beau monde*, ficando confinados ao seu sub-grupo entre classes, evitado pelos nobres por nascimento (Dubina 2008, 88). Apesar de o enobrecimento ser o maior prémio de carreira, e o principal objectivo de muitos burocratas ambiciosos, havia um mundo de privilégios, ideias e tradições que pertencia apenas aos que partilhavam uma herança identitária e uma cultura aristocrática. Apesar de as fronteiras do grupo da aristocracia ‘por nascimento’ estarem claramente delimitadas, pode argumentar-se que as necessidades de construção e manutenção do Estado tiveram uma enorme influência para a criação de novas categorias dentro do ‘serviço’, alterando, com maior ou menor profundidade, as definições de categorias já existentes e contribuindo para a ambiguidade da delimitação dos grupos sociais¹²⁶.

A antiga elite não podia, simplesmente, ser substituída. Apesar de os processos de burocratização incluírem a transformação gradual de funcionários imperiais em funcionários civis e a tentativa de incluir o mérito e a educação na equação do serviço, e não apenas a propriedade, o certo é que a Autocracia tem como pilar fundamental a tradição. Neste sentido, a aristocracia soube adaptar-se às exigências de um Estado em processo de modernização, bem como manter a tradição através do controlo do sistema de educação e da perpetuação do tratamento preferencial que recebia das instituições educacionais de referência (Dubina 2008, 89). Transformara-se numa elite funcional que servia e apoiava o Estado, assegurando os seus privilégios e posições de topo através da sua lealdade para com a Coroa¹²⁷.

À consciência de uma identidade — uma consciência de classe ou de grupo, consoante a abordagem (política, ideológica ou económica) — subjaz a impossibilidade de o serviço substituir o *point d’honneur* da aristocracia (Dubina 2008, 92). A categoria

¹²⁶ E.K. Wirtschafter (1994). *Structures of Society — Imperial Russia’s “People of Various Ranks”*. Illinois: Northern Illinois University Press, p. 78.

¹²⁷ V. Dubina (2008). “The Distinction: Russian Nobility and Russian Elites in the European Context (the 18th-19th Century)”. *Social Evolution & History*. 7 (2): 80-100, p. 88.

do serviço não substituíra o estatuto do nascimento; foi, antes, incorporada no conceito de aristocracia, servindo como distinção (Dubina 2008, 91) e demonstrando a capacidade de adaptação desta elite: apesar do alargamento do ‘serviço’ a não-nobres, este conceito não se opunha ao conceito de ‘hereditariedade’, pelo contrário, acrescia-se-lhe como evidência de estatuto.

A despeito desta ‘apropriação’, como designa Dubina (2008), do serviço, do estatuto e da educação por parte da aristocracia como características de distinção social, e da consequente reafirmação do privilégio nobre, é inegável que a educação constituía um ameaçador potencial de mobilidade, se não de classe, pelo menos de estatuto social — prova disso é a ascensão de uma elite intelectual e artística que motivou uma miríade de reacções, não só por parte do Estado czarista, como por parte da aristocracia.

Este grupo heterogéneo de intelectuais ficou conhecido na Rússia, a partir da década de 1830, como *intelligentsia*, mas também não era um fenómeno exclusivamente russo. Voltemos ao caso prussiano, onde, para além do nascimento, do serviço, do estatuto e do título, a educação enquanto *Bildung* se tornou um importante atributo social¹²⁸. Adiante examinaremos as concepções morais, sociais e intelectuais da *intelligentsia*, em muito semelhantes às do movimento *Bildung*, mas, por agora, importa referir a sua oposição às pretensões aristocráticas que analisámos neste tema. Esta nova *intelligentsia* não tinha uma ideia de identidade comum, já que nela se inseriam sub-grupos com ideias muito variadas quanto ao caminho político e social da Rússia e quanto quem a deveria liderar, mas tinha como aspiração constituir uma nova aristocracia do mérito (Rosenberg 1966, 183), muito na linha do sentido grego clássico de aristocracia enquanto ‘o poder dos melhores’, dos mais aptos a liderar, em termos políticos e morais. Apesar da posição de intransigência que a *intelligentsia* acabaria por assumir, tanto no caso russo (Raefff 1984, 170), como no prussiano (Rosenberg 1966, 184-5), a circulação de ideias promovida por este grupo acabaria por motivar mudanças na mentalidade e nas relações sociais, levando alguns detentores de títulos aristocráticos a libertarem-se das privilegiadas amarras da sua classe para se juntarem à *intelligentsia*. Ora, esta movimentação entre grupos — e, na realidade, entre elites — constituiu, também ela, uma forma de preservação da aristocracia por novos meios.

¹²⁸ H. Rosenberg (1966). *Bureaucracy, Aristocracy, and Autocracy — The Prussian Experience 1660-1815*. Boston, MA: Beacon Press, p. 182.

Intelligentsia — um grupo de oposição ou uma ideia de protesto?

Para Confino (1972), não há evidências suficientes que suportem a consideração do grupo de intelectuais das décadas de 1830-40 como uma primeira geração da *intelligentsia*. Esta conceptualização tem, no entanto, servido tanto a análise histórica e sociológica como a literária. A obra já referida de Turguenev, *Pais e Filhos*, traduz uma imagética de colisão entre duas gerações no que diz respeito às ideias reformistas e revolucionárias que debatiam qual deveria ser o futuro da Rússia. Disto é reveladora a relação entre as personagens: os irmãos Kirsanov e Vassily Bazarov, aristocratas conservadores, em oposição aos ‘filhos’ Evgeny Bazarov e Arkady Kirsanov, representantes, ambos à sua maneira, de uma nova geração niilista. Falaremos dos ‘filhos’ nos próximos capítulos; agora impõe-se a análise da geração de 1840 e a averiguação de como esta propiciou ou incorporou a formação de uma *intelligentsia*.

As dificuldades de definição do conceito de *intelligentsia* são bem conhecidas e foram já expostas nesta análise. *Intelligentsia* como intelectuais? *Intelligentsia* como radicais? *Intelligentsia* como ambos ou, até, como nenhum deles? Defenderemos, nesta análise, que a *intelligentsia* acompanha as tendências de transformação social que já foram explicitadas no caso da aristocracia. Há, então, determinados momentos em que a *intelligentsia* é um grupo de oposição política, de carácter predominantemente reformista, constituído por intelectuais, outros em que a *intelligentsia* é, sobretudo, um grupo revolucionário de oposição ao regime e outros, até, em que a *intelligentsia* é uma sobreposição de grupos de oposição. Assim, o nosso argumento defende que, se a linha de continuidade da aristocracia ao longo do século XIX foi uma ideia de identidade, no caso da *intelligentsia*, o que liga as várias formas de oposição política é a partilha de uma ideia de protesto. Portanto, neste sentido, da *intelligentsia* fazem parte vários grupos que constituem ou pretendem constituir diferentes formas de oposição, sendo que a ideia de protesto é o principal factor de pertença a uma *intelligentsia* russa. A própria ideia de protesto político comportava também uma ideia de ‘elite’.

Há um conjunto de características que parece definir a *intelligentsia* russa, independentemente dos tipos de oposição que a pudessem incorporar: “(1) uma profunda preocupação acerca dos problemas e questões de interesse público — sociais, económicos, culturais e políticos; (2) sentimento de culpa e responsabilidade pessoal pelo estado e pela resolução destes problemas e questões; (3) uma propensão para ver as questões políticas e sociais como sendo de cariz moral; (4) um sentido de obrigatoriedade

na procura de conclusões lógicas — quer no pensamento como na vida — a qualquer custo; (5) a convicção de que as coisas não são como deveriam ser e de que algo deve ser feito”¹²⁹. É certo que os intelectuais de 1830-40 não estavam alienados de uma elite com a qual partilhavam raízes genealógicas e sociais — a aristocracia —, e prova disso é a sua presença assídua nos bailes e *salons* (Confino 1972, 126). No entanto, isto não impede a formação de uma *intelligentsia*, nem tampouco a consideração dos intelectuais de 1830-40 como integrantes da *intelligentsia*. Primeiramente, porque as raízes na aristocracia representam a sua génese cultural — o Manifesto de 1762, ao libertar a aristocracia do serviço obrigatório, enquanto *kholop*, abriu portas a um aprofundamento e actividade intelectual que seria definidor para as sementes da *intelligentsia*¹³⁰. Em segundo lugar, porque das cinco instituições que possibilitaram e promoveram o desenvolvimento da *intelligentsia*, os *salons* representam a mais antiga (Pipes 1995, 262). Prova de que estes intelectuais formavam já uma *intelligentsia*, de acordo com as características enunciadas por Confino (1972), é a importância das questões apontadas no início deste capítulo como russificação e ocidentalização e, também, aquelas concernentes ao projecto reformista que foi intentado neste período.

Este grupo, tal como a aristocracia, encontra bases e definições modernas na Revolta Decembrista de 1825 e no seu falhanço, que simbolizou a desistência do protesto por parte da aristocracia, pelo menos de uma ideia de protesto minimamente estruturado e unificado, devido à óbvia relação de dependência estabelecida com a Coroa (Pipes 1995) e inaugurou uma geração à procura de novas fontes e inspirações ideológicas (Pipes 1995, 259). A *intelligentsia* é, por isso, tanto fruto da modernização do império russo, como semente de um programa cultural de modernidade; não apenas na sua vertente de dissidência aristocrática, como também na sua vertente mais democratizada do *fin du siècle*.

Podemos argumentar que, nesta época, não houve uma ruptura visível, nem mudanças práticas consideráveis e que estes intelectuais continuaram a inserir-se num enquadramento psicológico de *grands seigneurs*¹³¹, no qual predominavam atitudes aristocráticas e, consequentemente, valores tradicionais — existia, efectivamente, uma ligação ideológica que ainda não se havia autonomizado dos princípios do Absolutismo

¹²⁹ M. Confino (1972). “On Intellectuals and Intellectual Traditions in Eighteenth- and Nineteenth-Century Russia”. *Daedalus*, 101 (2): 117-149, p. 118.

¹³⁰ R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books, p. 254.

¹³¹ M. Confino (1972). “On Intellectuals and Intellectual Traditions in Eighteenth- and Nineteenth-Century Russia”. *Daedalus*, 101 (2): 117-149, pp. 127-8.

Iluminado dos aristocratas de serviço no século XVIII, nem dos do fervor e compromisso emocional que decorreu desde as invasões napoleónicas até à Revolta Decembrista¹³². Dos pais, aristocratas de serviço no contexto supramencionado, os intelectuais desta geração herdaram uma predisposição para a formulação de teorias e absolutos (Raeff 1966, 171); dos irmãos mais velhos, homens de 1812 e 1825, receberam a inspiração para a oposição — e é precisamente nesta lógica de oposição que consideramos este como o período durante o qual a *intelligentsia* se tornou independente (Offord 1999, 21-2), não por haver uma consciência de grupo ou uma distinção clara dos seus valores sociais, mas sim, pela ideia comum de protesto que advinha de uma percepção quanto à necessidade de mudanças políticas, sociais e culturais.

Neste período abre-se, indiscutivelmente, a arena do debate, embora de forma inconsciente e involuntária. Motivada pela onda de reformas de Speransky, Kiselev e Uvarov, há uma “emancipação intelectual”¹³³. Os intelectuais não apenas se empenharam num extenso e profundo debate em torno da realidade russa e do fosso entre o Estado e o povo, como teorizaram diferentes caminhos de mudança, enquadrando-os numa de duas lógicas: russificação e ocidentalização, a primeira promovida pela facção eslavófila (*slavianofilii*) da *intelligentsia* e a segunda pelos ocidentalistas (*zapadnikii*).

No contexto da *intelligentsia*, é importante referir o quão determinante foi a *Carta Filosófica* de Chaadaev para o pensamento de ambas as facções mencionadas. Chaadaev era conhecido nos *salons* aristocráticos onde, como já dissemos, decorria a vida intelectual do período final de 1820 e início da década seguinte. Este seu escrito definiria as discussões posteriores referentes à *intelligentsia* por duas razões, que sem dúvida estão ligadas à natureza controversa das suas afirmações. Ao analisar comparativamente as histórias e civilizações da Rússia e do Ocidente (comparação, essa que, nos termos de Chaadaev, é muito desvantajosa para a Rússia), criou um enquadramento para o debate sobre as falhas e elementos distintivos da Rússia, o que leva à segunda razão que se prende no facto de ter alertado para os perigos do excessivo optimismo do regime quanto à perspectiva militarista como única forma de salvaguardar a segurança da Rússia, tanto em relação a ameaças externas quanto a tentativas revolucionárias¹³⁴, como o fora a Revolta Decembrista. Aqueles que apoiavam o regime, previsivelmente, viram a *Carta*

¹³² M. Raeff (1966). *Origins of the Russian Intelligentsia — The Eighteenth-Century Nobility*. San Diego, New York, and London: Harcourt Brace & Company, pp. 170-1.

¹³³ N.V. Riasanovsky (1972). *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 406.

¹³⁴ D. Offord (1999). *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education, p. 23.

como uma ameaça impregnada de valores perversos e de questionáveis intenções — o que explica porque Chaadaev foi considerado louco, ficando confinado a prisão domiciliária (Offord 1999, 23). Já para os seus oponentes, a *Carta* foi uma inspiração, representando a fagulha que veio reacender um fogo impossível de extinguir e que se tornaria cada vez mais flamejante.

Para Chaadaev, o povo russo vivia num vácuo moral, dado não ter contribuído para a civilização humana, tampouco fazendo parte das ‘grandes famílias’ do Ocidente ou do Oriente (Offord 1999, 23-4). Nesta visão, nada pertencia à Rússia nem a Rússia pertencia a nada, limitando-se a existir num determinado espaço geográfico, sem tempo, história ou propósito, uma vez que a própria cultura, para Chaadaev, era superficial e uma mera imitação do que outros povos faziam. Este vazio moral não poderia ser preenchido pela Igreja Ortodoxa, uma vez que esta demonstrou pouca capacidade de adaptação à demanda espiritual dos russos, sobretudo às angústias, ansiedades e dúvidas dos crentes das classes mais educadas, acabando por tornar-se, durante os séculos XVIII e XIX, num mero ramo da burocracia, falhando em encontrar uma esfera autónoma de actividade¹³⁵, para além daquela que lhe era designada pelo poder terreno — o Estado czarista —, já que a Coroa era o seu principal factor de identidade. E para Chaadaev este era precisamente o ponto: a suposta superioridade que atribui às formas de Cristianismo ocidentais releva as implicações da Ortodoxia Russa (Offord 1999, 24). É evidente que, com tal raciocínio, Chaadaev tentava apontar à Rússia uma falta de definição quanto à sua identidade colectiva, num período de distinção de povos, nações e culturas; uma crítica que cabe perfeitamente no ânimo romântico que assaltava a Europa, reflectindo as preocupações com a ‘nação’ que encontravam eco por todo o continente. Não esqueçamos que a *Carta* de Chaadaev se opõe à ideologia da Nacionalidade Oficial, defendida pelo governo, no contexto do projecto reformista. Por isso, a *Carta Filosófica* foi tão importante para a conceptualização e teorização que consumava a essência do debate da *intelligentsia*. Dever-se-ia enquadrar a Rússia num caminho Europeu ou teria esta um caminho distinto? Como deveriam ser feitas as variadas mudanças que a *intelligentsia*, no seu todo, pretendia alcançar?

Começemos por falar da posição dos eslavófilos quanto ao debate estimulado pela *Carta* de Chaadaev acerca da relação entre a Rússia e Ocidente¹³⁶, que definiu, não só os

¹³⁵ R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books, pp. 222-3.

¹³⁶ D. Offord (1999). *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education, p. 25.

termos e conceitos da discussão e dos argumentos, como as posições dos grupos da *intelligentsia* face ao debate das questões explicitadas. Este grupo da *intelligentsia* era marcado por um romantismo intelectual que, de certa forma, o opôs à *Carta Filosófica* quanto ao caminho excepcional e ao carácter da Rússia, defendendo a sua natureza superior e uma missão histórica suprema da Rússia e, por consequência, da Ortodoxia, cuja essência se resumia numa palavra, *sobornost*, cunhada por Khomiakov, que significa a associação no amor, na verdade e na justiça, uma integração harmoniosa de indivíduos que, segundo os eslavófilos, podia ser encontrada na vida social dos escravos (Riasanovsky 1972, 401-2). Este não era um grupo homogêneo (Offord 1999, 25), como aliás não o era nenhum outro grupo da *intelligentsia*, mas podemos apontar aos líderes dos eslavófilos raízes sócio-económicas comuns: pertenciam à nobreza proprietária e eram cavalheiros académicos de vasta cultura e de variados interesses intelectuais¹³⁷, dos quais destacamos os irmãos Ivan e Konstantin Aksakov, os irmãos Ivan e Piotr Kireevsky, Samarin e o já referido Khomiakov.

Apesar dos seus valores românticos e conservadores, que em muito os enquadravam numa cultura europeia, muitos assuntos houve nos quais os eslavófilos se posicionaram, se não contra a Autocracia, pelo menos contra o regime de Nicolau I (e se não de forma política, certamente de uma forma social) — basta para este efeito dizer que defendiam o retorno a uma idílica forma de vida pré-Petrina (Offord 1999, 25). A sua ideia de um povo eslavo, em muitos aspectos superior aos outros povos europeus, opunha-os a uma das grandes instituições da Autocracia até à data: a servidão. Esta oposição era meramente teórica, no que diz respeito às suas considerações humanitárias e, sobretudo, à grande admiração que tinham pelo povo eslavo, incluído na elevada cultura russa. Em termos práticos, nem o ideal de um só povo eslavo era traduzido pelo ideal de *narodnost* (Nacionalidade), nem os eslavófilos retrocederam quanto aos interesses e origens que os ligavam à ordem tradicional. Ainda assim, é imprescindível dar conta nesta análise das correntes e valores filosóficos, culturais e artísticos promovidos por este grupo da *intelligentsia*; algo que será abordado no próximo capítulo, relacionando esta temática com outras de peso semelhante para a ideia de protesto e oposição da *intelligentsia* e examinando especificamente a sua evolução sócio-cultural e artística.

Central para o Estado e para as elites políticas, sociais e culturais era a questão da modernização — considerada, de forma mais ou menos velada, necessária, mas cujas

¹³⁷ N.V. Riasanovsky (1972). *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 401.

repercussões eram temidas por todos, sobretudo se o projecto de modernização não fosse encaminhado da forma que determinado grupo presumia ser a mais proveitosa. Neste sentido, tal como argumentaremos, a *intelligentsia* deixou muito a desejar na época nicolaievna, em termos de oposição efectiva socialmente e produtiva politicamente: se a mudança não fosse feita tal como os grupos que a compunham a viam necessária ou nos termos que a sua retórica havia estipulado, consideravam-na prescindível ou até absurda e redundante, ignorando o seu potencial evolutivo.

Para os eslavófilos, as respostas ao modelo de modernização do Ocidente, que consideravam perigoso — dado ser, aos seus olhos, resultante em povos mais individualistas —, residiam na construção de um sentido de comunidade eslava (Offord 1999, 26). As influências do romantismo e do revivalismo histórico e religioso presentes nesta corrente geraram resultados contraditórios politicamente. Os eslavófilos tanto antagonizavam o governo¹³⁸, ao defenderem o carácter obrigatoriamente pré-Petrino da ordem civil russa ‘natural’ (i.e. uma separação fundamental entre o povo e o Estado), o que os levava a crer que o Estado nicolaievno se imiscuía excessivamente na vida social, sobretudo com o que consideravam ser uma intrusão burocrática, presente em quase todas as vertentes da vida social russa; como eram indiferentes ao alargamento dos direitos políticos e de governos populares (Offord 1999, 28) e opunham-se aos mecanismos constitucionais, legais e formais da Europa Ocidental (Riasanovsky 1972, 402). A justificação que ofereciam para a Autocracia era, portanto, de carácter histórico e funcional (Riasanovsky 1972, 403), nunca formulada em termos absolutos, como os que fundamentavam o poder divino do Czar.

Se os eslavófilos nos parecem compreender mais um “conjunto de atitudes do que uma doutrina coerente”¹³⁹, os ocidentalistas parecer-nos-ão ainda mais diversos, ainda que claramente se situem num campo oposto quanto aos caminhos que defendiam para a modernização e, sobretudo, quanto à sua visão do Ocidente. O que tinham em comum com os eslavófilos era a similaridade de aceções quanto à filosofia idealista alemã, entrando em debate uns com os outros, chegando, porém, a diferentes conclusões¹⁴⁰.

Para os ocidentalistas, essas conclusões frequentemente partiam de pressupostos diferentes daqueles adoptados pelos eslavófilos, sobretudo na sua visão positiva quanto à

¹³⁸ N.V. Riasanovsky (1972). *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 402.

¹³⁹ D. Offord (1999). *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education, p. 29.

¹⁴⁰ N.V. Riasanovsky (1972). *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 403.

Europa Ocidental e na crítica ao sistema russo (Riasanovsky 1972, 403). Se do núcleo ideológico dos eslavófilos é representativa a ideia de um regresso à época pré-Petrina, a ideologia dos ocidentalistas é eficientemente ilustrada pela idolatria à figura histórica de Pedro, o Grande, que abriu as portas da Rússia à Europa, aproximando a Europa da Rússia. Tal como Pedro cortara as barbas da Ortodoxia¹⁴¹, também os ocidentalistas se afastavam dos temas religiosos, muitos deles negando qualquer influência da religião no Homem e na sociedade. Apesar deste pretenso afastamento quanto à Ortodoxia, a ideia de Deus, ou até mesmo a sua negação, foi fundamental para o posicionamento e afirmação no espectro da facção ocidentalista: a maioria dos que conservaram a sua fé compunha o grupo liberal, mais moderado; os ocidentalistas mais radicais, através de uma corrente de pensamento Hegeliana, dividiam-se entre o agnosticismo e o ateísmo, desafiando e criticando a religião, a sociedade e tanto os sistemas políticos ocidentais como o russo, apelando à mudança através de uma revolução (Riasanovsky 1972, 403-4).

É difícil perceber, precisamente devido a este antagonismo, quais eram as crenças e ideias realmente unificadoras e representativas dos ocidentalistas. Há quem diga que esta facção se foi construindo meramente por oposição à eslavófila (Offord 1999), ora num espírito de improviso e rebeldia, ora no relutante acolhimento de todos os que não coubessem nas definições mais estritas dos eslavófilos. Porém, a linha do nosso argumento defende haver um forte ponto em comum que unia esta facção, tal como todas as outras do grupo da *intelligentsia*, por mais dissonantes que possam parecer as correntes religiosas e ideológicas que cabiam dentro do seu largo espectro: a oposição à ordem sócio-política estabelecida tal como esta se encontrava, construída a partir de uma ideia comum de protesto — quer esta fosse defendida com base numa ideia de liberalismo europeu contra o regime autocrático russo, apelando à mudança gradual por meios de reformas iniciadas pelo governo, quer tivesse como objectivo último uma ruptura por via revolucionária que, idealmente, traria à tona um paradigma político e social completamente novo.

Este argumento pode parecer, senão aceitável, suficiente para explicar as ligações entre estas duas principais correntes; porém, a *intelligentsia* era composta por outras

¹⁴¹ Para os cristãos ortodoxos russos, a barba era um símbolo de religiosidade, por isso, mantinham-na comprida por devoção, em imitação à imagem de Deus. No reinado de Pedro, o Grande, foi criado um imposto para todos aqueles que usassem a barba longa e os trajes tradicionais, dada a relevância e abrangência que as suas políticas de ocidentalização assumiram. Numa recepção real, o Czar, de tão desagradado com semelhante costume russo, chegou mesmo a pedir tesouras para cortar a barba de um eminente súbdito. [ver R. Bendix (1980). *Kings or People — Power and the Mandate to Rule*. California: University of California Press, p. 500.]

facções, algumas ainda mais veementes no seu conservadorismo ou no seu radicalismo. O argumento aplica-se a essas facções minoritárias, que descreveríamos como mais extremistas? Defenderemos que sim; o argumento é válido para todas as facções da *intelligentsia*, precisamente porque a oposição à Autocracia, no seu estado de então, baseada numa ideia de protesto, é a essência da pertença à *intelligentsia*. Esse é o factor que distingue a *intelligentsia* de um grupo de intelectuais. Como defenderia Isaiah Berlin (1955), há que distinguir claramente o conceito de *intelligentsia*, e tudo o que comportava, da noção de ‘intelectuais’, porque os membros da *intelligentsia* viam-se como estando “unidos por algo para além do mero interesse em ideias”¹⁴². Se, para Berlin, o factor de união era uma atitude específica em relação à vida, num sentido social e cultural, do nosso ponto de vista, a esfera política é abrangida por essa característica, na forma de oposição ao regime autocrático. Tentaremos prová-lo adicionando ao argumento uma breve exposição sobre os círculos de Petrashevtsy, uma facção mais radical — e de curta duração — no seio da *intelligentsia*, que não pode deixar de ser considerada como pertencendo à *intelligentsia*, devido à clara ideia de protesto que lhe era subjacente.

Os círculos de Petrashevtsy são demonstrativos do quão próxima a Rússia estava da Europa, no período de convulsão revolucionária que foi o decorrido entre 1845-1849. A facção dos Petrashevtsy representou um enfático prenúncio dos desenvolvimentos que a *intelligentsia* viria a sofrer após a Guerra da Crimeia, quer quanto à sua origem sócio-económica, quer quanto às suas crenças (ou ausência delas) e aos tipos de inspiração política que promovia. No seu todo, os Petrashevtsy eram originários de estratos sociais menos elevados do que os representados pelas outras facções da *intelligentsia* na década de 1840¹⁴³, revelando, talvez por essa mesma razão, um tipo de radicalismo muito diferente daquele defendido pelos ocidentalistas mais radicais. Na sua maioria eram ateus, se não na prática, pelo menos no seu programa ideológico, atraídos pela ética utilitarista, que acreditavam na perfeição humana e na possibilidade de realizar utopias (Offord 1999, 41-2). Não é de estranhar, por isso, que fossem defensores do socialismo utópico, vendo a comuna camponesa como a base para uma futura ordem socialista e vendo no esquema de *falansteria*, proposto por Fourier, o maior potencial de sucesso para remover os males morais e sociais dos desperdícios económicos associados ao capitalismo¹⁴⁴. Alguns dos

¹⁴² I. Berlin (1955). “A Marvelous Decade”. *Encounter*, 4 (6): 27-39, p. 29.

¹⁴³ D. Offord (1999). *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education, p. 41.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 42.

membros destes círculos usaram estratégias de protesto que viriam a ser utilizadas pela intelligentsia marxista do final do século XIX e início do século XX, como a impressão de panfletos e a intenção de formar organizações conspirativas na preparação de uma insurreição (Offord 1999, 41).

A descoberta, pelas autoridades czaristas, da actividade de círculos revolucionários como os de Petrashevtsy, baseados na sua oposição radical ao governo de Nicolau I (Riasanovsky 1972, 405), em pleno fervilhar revolucionário europeu dos anos de 1848-9, deu forma ao medo de Nicolau I de que a revolução estaria à porta da Rússia, precipitando a severidade da repressão do final do reinado, já visível na sentença dos Petrashetsy, condenados à morte. Entre este grupo de prisioneiros, encontrava-se o jovem Fiódor Dostoiévski, que julgou deparar-se com a agridoce desilusão da morte, no encontro com o pelotão de fuzilamento. Aquelas balas, tão perto de penetrar o seu corpo quanto o premir de um gatilho, redimi-lo-iam do crime da rebeldia, sujeitando-o a um castigo sem resolução humanamente conhecida. Mas os tiros, tão próximos naquela antecipação louca do fim, nunca chegaram a soar — as vidas dos Petrashetsy, como o nosso conhecimento da existência da extensa obra de Dostoiévski adianta, foram poupadas. Não foi na Praça Semionovsky que conheceram a personagem onnipresente em vida que é a morte, mas conheceram outro destino que se podia apresentar como igualmente obscuro: a prisão, os trabalhos forçados e o exílio. Já não pertenciam mais a eles próprios, a não ser no único lugar que, tal como uma prisão, não tem entrada nem saída: a mente.

*Onde é que eu li — ia pensando Raskólnikov (...) — que um condenado à morte, uma hora antes de morrer, dizia ou pensava que se lhe calhasse viver (...) numa superfície tão estreita que daria só para pôr os pés, e em volta os abismos, o oceano, trevas eternas, solidão eterna, tempestade eterna, que mesmo isso — um palmo de espaço, toda a vida, mil anos, uma eternidade — seria melhor do que morrer na hora! Viver, viver, só viver! Seja de que maneira for, mas viver!...*¹⁴⁵

Este excerto do romance *Crime e Castigo* pode ser demonstrativo da ânsia de viver do seu autor, Dostoiévski, a quem a ideia para a personagem do atormentado jovem Raskolnikov, protagonista da trama, surgiu quando estava preso na Sibéria. Na língua russa, ‘crime’ — *prestuplenye* — não é restrito à infracção da lei: significa, também,

¹⁴⁵ F. Dostoiévski, Fiódor (2014). *Crime e Castigo*. Barcarena: Editorial Presença, pp. 158-9 [Data da primeira publicação: 1866].

passar uma linha invisível entre o que é permitido e o que não é permitido. Dostoiévski e os seus companheiros ultrapassaram essa linha, e pelo crime pagaram com a vida, não com a morte. O fim dos Petrashevtsy parecia chegar sem qualquer possibilidade de reparação, ao contrário de Raskolnikov, que se redimiria dos seus crimes através do amor de Sónia. Porém, o legado dos Petrashevtsy demonstraria a sua presença a longo prazo, na segunda metade de um século para o qual Dostoevsky tanto contribuiu culturalmente.

A morte de Nicolau I traria novos tipos de protesto, inaugurando um período de rebelião (Offord 1999, 43) de cariz intelectual e artístico. Alexandre II responderia à turbulência do seu tempo com reformas políticas, administrativas e sociais que, apesar de terem sido de grande magnitude, deveriam ter pertencido a um tempo anterior ao seu. Na verdade, o enquadramento e os métodos reformistas foram desenvolvidos durante o reinado de Nicolau II¹⁴⁶, bem como a revitalização da burocracia profissional, que se tornaria crucial para a realização das reformas, já que, tal como iremos ver nos próximos capítulos, a elite tecnocrata russa, com tendências didáticas e autoritárias, era a responsável pela execução dos projectos reformistas (Raeff 1984, 170). Ora esta elite tecnocrata encontrou duas oposições, uma exterior ao sistema czarista e outra que lhe era mais próxima: i) uma parte da *intelligentsia* era contra o programa de reformas do governo, bem como contra os seus métodos — esta era a *intelligentsia* que via a reforma como inútil se não levasse a uma transformação radical da sociedade, incluindo a transformação do governo e da economia (Raeff 1984, 170) —; ii) alguns grupos da elite educada, quer fossem membros da aristocracia quer de facções mais moderadas da *intelligentsia*, sentiam que os seus líderes intelectuais eram também os líderes naturais da sociedade civil, o que os fazia entrar em competição por autonomia contra os poderes da burocracia.

Em outros capítulos iremos analisar pertinentemente esta relutância, tanto da parte da aristocracia como da parte da *intelligentsia*, em ver a Rússia modernizar-se sem ser nos seus termos ou pela sua iniciativa. Na verdade, tal como nos alerta Raeff (1982), há uma aliança inconsciente entre estas oposições e a burocracia, de forma a tentar controlar o potencial destrutivo do seu medo comum: as massas — o tão cantado povo, o tão versegado *narod*. O lirismo do termo *narod* em muito contrasta com a visão política, tanto da oposição como do governo, do que era o povo russo, já que ambos tentaram continuamente legitimar uma liderança do povo, mas esse é um conto para mais tarde

¹⁴⁶ M. Raeff (1984). *Understanding Imperial Russia*. New York: Columbia University Press, p. 168.

contar. A verdade pode residir tanto nas páginas gastas de um livro como nos longos corredores do tempo, porque, afinal, a epopeia é feita de heróis, mas a História é feita de homens.

III

As potencialidades das fontes literárias no estudo das elites

A arte é uma actividade humana (...) por isso, graças à capacidade do homem de ser contagiado pelos sentimentos dos outros por meios da arte, tudo o que é vivido pelos seus contemporâneos é-lhe acessível, tal como os sentimentos experienciados pelos homens de há milhares de anos, e ele também tem a possibilidade de transmitir os seus próprios sentimentos aos outros.

Leo Tolstoy, *O que é a Arte?*¹⁴⁷

‘O mundo inteiro é um palco’ — assim começa o monólogo de Jaques na comédia *As You Like It*, de William Shakespeare. As personagens entram e saem e, como diz Jaques, um homem no seu tempo representa vários papéis. Não falaremos das várias idades vividas em palco, mas, antes, do homem como criador e leitor e da importância desta característica, não só para a produção de ideias e legados, mas também para a análise histórica, no geral, e para o estudo das elites, em particular. Por mais ficcionado que possa ser, “a literatura oferece-nos (...) um modelo (...) da verdade”¹⁴⁸ e esse modelo interessa-nos especialmente porque as fontes literárias “podem funcionar (...) como um excelente telescópio sobre a sociedade, ainda que veiculem sobretudo as visões de uma elite cultural”¹⁴⁹. As fontes literárias são de inegável utilidade, mas requerem ainda uma selecção e análise extremamente cuidadosa, guiada por critérios exigentes que se prendem com a natureza específica destas fontes, que “pressupõe (...) a indagação sistemática da coerência e credibilidade das acções e factos evocados, dos seus nexos lógicos e verosímeis com o referente concreto”¹⁵⁰. Neste sentido, as fontes literárias podem induzir em erro, porventura sendo tendenciosas para uma análise que foque a sociedade num todo e não grupos específicos.

A literatura tem um poder intangível, como diria Eco (2006), porque, para além de representar uma fonte de diversão e conhecimento, “ao ajudar a criar a linguagem, a literatura cria uma sensação de identidade e comunidade”¹⁵¹. Como já foi referido, essa

¹⁴⁷ L. Tolstoy (1996). *What is Art?*. Indianapolis and Cambridge: Hackett Publishing Company, pp. 51-2 [Data da primeira publicação: 1896].

¹⁴⁸ U. Eco (2006). *On Literature*. London: Vintage Books, p. 7.

¹⁴⁹ P. Tavares de Almeida (1991). *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, p. 98.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 97.

¹⁵¹ U. Eco (2006). *On Literature*. London: Vintage Books, p. 3.

sensação é manipulada por uma elite e enquadrada numa mentalidade vigente num determinado momento histórico. Mas, precisamente por isso, pode ser tão útil no estudo das elites, como testemunho do diálogo entre os mitos e as realidades de um determinado grupo detentor de poder. A forma como a elite se vê a si própria, o que pensa, como entende o seu poder e a sociedade — o próprio contraste entre o *ser* e o *dever ser* — e a maneira como, frequentemente, se legitima pela cultura pode dizer muito do que essa elite foi, de como se comportou e por que razão actuou. Sendo que as elites que pretendemos analisar são, muitas vezes, também as criadoras das obras literárias mais marcantes do seu período e que o estilo mais comum nestas mesmas obras era o realismo, parece-nos incontornável fazer uma incursão pela literatura como possível fonte. Consideramos necessário saber como a aristocracia se retratava e era retratada e, neste contexto, só a “literatura do século XIX como guia para as mentalidades aristocráticas”¹⁵² pode possibilitar algo semelhante a uma viagem no tempo para a compreensão dos aristocratas, bem como da *intelligentsia*, dado que este grupo, a que muitos se referem como sendo composto pelos ‘intelectuais’ (Schwanitz 2012, 211), recorria à literatura como forma de passar uma mensagem social ao público da sociedade educada, em conformidade com a sua própria moralidade ‘aristocrática’.

A importância das fontes literárias num estudo sobre a aristocracia

Na presente análise, voltar-nos-emos recorrentemente para a literatura russa, para as suas personagens e personalidades como referências da época em que se enquadra o nosso estudo. Porém, não só os limites impostos ao volume desta análise como a sua própria morfologia impedem-nos de usar a literatura como uma fonte de forma mais sistemática. Ainda assim, é imprescindível que façamos uma breve reflexão sobre a importância desta fonte para o nosso caso de estudo, sobretudo por esta análise ser de cariz histórico.

Numa entrevista de 1982, Adriano Sofri fez a seguinte pergunta ao historiador Carlo Ginzburg: ‘o que aconselharia aos jovens que se querem dedicar à História?’ (Canal 2015, 13). A resposta foi: “Ler romances, muitos romances”¹⁵³. A literatura da ficção é, pois, importante num estudo histórico por três motivos. Primeiro, “porque os romances

¹⁵² D. Lieven (1992). *The Aristocracy in Europe, 1815-1914*. London: Macmillan Press, p. xviii.

¹⁵³ J. Canal (2015). “Presentación. El historiador y las novelas”. *Ayer* 97/2015 (1): 13-23, p. 13.

nos aproximam dos homens e mulheres do passado”¹⁵⁴, tendo em conta que indagar e recorrer à imaginação é vital para o estudo histórico (Davies 1997), sobretudo a imaginação moral, como lhe chamou Ginzburg. Segundo, porque “os romances têm um papel importante na História”¹⁵⁵, fazendo parte dela de forma incontornável. E o terceiro motivo pelo qual a literatura de ficção é uma fonte de informação tão legítima para a investigação histórica prende-se no facto de os romances poderem “ajudar a descrever melhor a História”¹⁵⁶, sendo que, como recordado por Marc Bloch, não existe qualquer contradição entre escrever bem e escrever de forma cientificamente séria numa investigação histórica, pois esta pode satisfazer simultaneamente a inteligência e a sensibilidade estética do seu leitor (Canal 2015, 20). É, por isso, de lamentar a separação entre a História e a Literatura, uma vez que não parece haver qualquer razão válida pela qual o historiador ou investigador de um tema histórico não possa utilizar textos literários cuja pertinência ou riqueza avalia criticamente (Davies 1997). Ainda assim, tal como defendido por Davies (1997) na introdução da sua obra sobre a História da Europa, a literatura ficcional tem sido largamente ignorada como fonte respeitável de informação histórica.

O que se pretende é, então, bastante diferente de uma análise literária: contextualizar as obras literárias na investigação histórica de uma determinada época leva-nos, antes, a “um exercício de fidelidade e respeito, embora dentro de uma certa liberdade de interpretação”¹⁵⁷, isto é, fidelidade e respeito pela estrutura e integridade narrativa; liberdade de interpretação quanto aos acontecimentos narrados.

Por exemplo, sabemos que no final de *Pais e Filhos*, de Turguenev, o niilista Bazarov morre — esta é a verdade literária e reconhecê-la é respeitar a estrutura e integridade narrativa. No entanto, no penúltimo capítulo da obra (o mesmo em que Bazarov morre), o filho pródigo regressa a casa num estado de inquietude e nostalgia; já não discutia política com o pai, mesmo quando este referia a iminente Emancipação dos servos. Nas suas deambulações pela aldeia, Bazarov começava conversas com os camponeses, dizendo que o futuro da Rússia seria deles e questionando-os sobre qual seria o mundo camponês. Bazarov começa a ajudar o pai no tratamento dos camponeses e é nesse contexto — a elaborar a autópsia de um homem que morrera de tifo — que se

¹⁵⁴ J. Canal (2015). “Presentación. El historiador y las novelas”. *Ayer* 97/2015 (1): 13-23, p. 14.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 17.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 19.

¹⁵⁷ U. Eco (2006). *On Literature*. London: Vintage Books, p. 4.

corta, apanhando a infecção que se tornaria fatal. É às portas da morte que confessa o seu amor a Anna Sergeevna, ainda que ao longo da obra mostre desprezo por tudo o que é romântico. Estes acontecimentos têm enorme potencial interpretativo numa análise histórica: Vasily Bazarov, o pai, era médico, proprietário de uma aldeia com poucos camponeses, cujo conservadorismo era criticado pelo filho, que recorrentemente fala da necessidade de progresso político; no entanto, é o pai que vê a Emancipação dos servos como ‘iminente’, enquanto o filho se dirige aos camponeses com um discurso elaborado e em tom ‘zombeteiro’. As personagens mais relevantes da obra, até mesmo o amigo de Bazarov, o outro elemento da geração dos ‘filhos’, Arkady Kirsanov, pertencente a uma família nobre, sabe que as mudanças são necessárias, embora não saiba como deveriam ser iniciadas. Mas é precisamente neste ponto que se deve contrastar a história literária e a opinião do próprio autor, encontrando na sua intersecção mais informações: afinal, a criação de personagens nobres empáticas é um instrumento de crítica social utilizado engenhosamente por Turguev, porque o romance pretendia focar, precisamente, a nobreza enquanto grupo de poder e a discussão sobre a reforma, então sem resultados, ocorrida no seu seio: “Todo o romance é dirigido contra a nobreza como a classe principal da sociedade russa”¹⁵⁸, já que Turguev escolhe os melhores representantes desta elite para provar o seu argumento — “se a nata da sociedade está assim como será o leite?”¹⁵⁹. Sendo que o seu público era, maioritariamente, privilegiado, tais subtilezas eram necessárias para transmitir a urgência de mudança, com as descrições da vida e contradições da Rússia pré-reformista e com a crítica ao modo de vida da nobreza liberal. Há quem diga que esta obra foi determinante para as reformas da década de 1860, pois o próprio Alexandre II tê-la-á lido e sucumbido ao engenho de Turguev — talvez dizer tanto constitua já um exagero, mas certamente *Pais e Filhos* demonstra que, fosse qual fosse o caminho proposto, tanto pelos ‘pais’ conservadores e subservientes como pelos ‘filhos’ radicais e pretensiosos, os grupos mais privilegiados da sociedade russa (dos quais Turguev fazia parte) estavam conscientes da necessidade de mudança à época das Grandes Reformas.

Esta vertente interpretativa é de grande importância para o estudo da aristocracia enquanto grupo que exercia influência política, social, económica e cultural, servindo também para tirar conclusões sobre a *intelligentsia*, uma vez que esta, não só nasce da

¹⁵⁸ I. Turgenev, Ivan (1983). “To K. K. Sluchevsky: 14/26 April 1862”. In *Turgenev Letters, Vol. 2*. ed. David Allan Lowe, New York: Ardis.

¹⁵⁹ *Idem*.

aristocracia, como replica ideias de aristocracia. Mais do que a aristocracia definida em termos de classe, estatuto legal e influência, este tipo de fontes permite uma análise que abrange as ‘aristocracias da ficção’, como lhes chamou Platt (2001).

E por que são estas ‘aristocracias da ficção’ importantes para o estudo da aristocracia como uma elite política e social? Precisamente porque “para as classes políticas a alta cultura era um instrumento ideológico importante”¹⁶⁰, sendo as ‘aristocracias da ficção’ um dos instrumentos mais eficientes da ‘reacção aristocrática’ para a preservação dos valores e estruturas tradicionais no contexto da modernização do século XIX e do programa cultural da modernidade (Eisenstadt 2007, 15). Este programa cultural cria uma literatura de oposições e contradições, obrigada a escolher lados, mas cuja “inclinação enfática (...) é em direcção à conservação social e cultural”¹⁶¹. Esta importância não nos parece, de todo, uma hipérbole, uma vez que a cultura literária transporta ideias que podiam ser articuladas “a favor e/ou contra sistemas de poder e padrões de autoridade”¹⁶². Este potencial também é a razão pela qual o regime czarista olhava para a literatura com particular desconfiança, pois “ao contrário da música ou da pintura, [a literatura] lidava com palavras e consequentemente podia comentar directamente matérias sociais e políticas”¹⁶³. Não é, então, de estranhar que uma certa ideia de ‘aristocracia’ e seus discursos circundantes na ficção tenha sido estimulada pela mudança da relação entre este grupo e as terras, com as reformas de 1860. Restava tanto uma posição dominante que devia ser preservada, como um sentido de superioridade cultural (Becker 1985, 54) que a aristocracia partilhava com a *intelligentsia* e que a impulsionava a adaptar-se a algumas das exigências da modernidade. A literatura representava, simultaneamente, a melhor forma de preservação e adaptação, uma vez que a “literatura é muitas vezes política atenuada e (...) [é] sempre iminentemente política”¹⁶⁴, constituindo, por isso, o meio de legitimação social e cultural por excelência da aristocracia.

Aristocracia, dizeis vós. Mas permiti-me perguntar-vos o que faz desta aristocracia de Vronsky ou de quem quer que seja — uma aristocracia da qual eu possa ser desprezado?

¹⁶⁰ A. Mayer (2010). *The Persistence of the Old Regime — Europe to the Great War*. London and New York: Verso, p. 191.

¹⁶¹ L. Platt (2001). *Aristocracies of Fiction — The Idea of Aristocracy in Late-Nineteenth-Century and Early-Twentieth-Century Literary Culture*. Connecticut and London: Greenwood Press, p. xv.

¹⁶² *Idem*, p. xv.

¹⁶³ G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 291.

¹⁶⁴ L. Platt (2001). *Aristocracies of Fiction — The Idea of Aristocracy in Late-Nineteenth-Century and Early-Twentieth-Century Literary Culture*. Connecticut and London: Greenwood Press, p. xv.

*Vós considerais Vronsky um aristocrata, mas eu não. (...) Não, perdoai-me, mas eu considero-me um aristocrata, a mim e a outros como eu, que podem apontar até três ou quatro gerações honestas no passado das suas famílias, que tinham um alto nível de educação (...), e que nunca se rebaixaram perante ninguém, nunca dependeram de ninguém (...) Nós somos os aristocratas (...)*¹⁶⁵

As palavras de Levin na obra *Anna Karenina*, publicada entre 1873 e 1877 em folhetim, evidenciam uma distinção levantada pelo processo de modernização social, cultural e política que pode ser resumida em duas perguntas: ‘quem é o aristocrata?’ e ‘quem deve ser o aristocrata?’.

O facto de a aristocracia, no seu sentido clássico, poder ser construída, destruída e reconstruída em termos estéticos, e sobretudo recorrendo a uma estética elitista (Platt 2001, xvii), permitia um conjunto de comparações entre a elite tradicional e os novos aspirantes a elite e entre legitimação moral e legitimação costumiária que em muito denunciavam aspectos tanto de lealdade como de oposição. Neste sentido, “a competição pelo amor de Anna entre o seco e conformado burocrata Karenin e o Conde Vronsky, o vibrantemente humano aristocrata e oficial da Guarda da Cavalaria, reflecte com precisão as atitudes (...) das elites sociais russas”¹⁶⁶, que tinham visto parte do seu poder político do século XVIII mudar gradualmente para as mãos da burocracia durante o século XIX, o que criou um certo ressentimento por parte dos pares de Tolstoy, a aristocracia, e aprofundou a divisão entre a sociedade e o Estado (Lieven 2012, 23).

A contraposição entre ‘quem é’ e ‘quem deve ser’ o aristocrata está presente em toda a ‘aristocracia da ficção’, quer o ‘poder dos melhores’ seja proposto pelos critérios morais da *intelligentsia* quer o seja pelos critérios de defesa do privilégio da aristocracia. Se a *intelligentsia* usaria um conceito próprio de ‘aristocracia’ para se legitimar enquanto representante do *narod*, a aristocracia tradicional também utilizaria a literatura como instrumento ideológico, na criação de mundos paralelos de ficção nos quais os aristocratas apareciam como sendo os mais adequados para a liderança do império, tanto porque se consideravam aristocratas ‘de sangue’, como por deverem ser considerados como tal pelos padrões culturais e sociais.

¹⁶⁵ L. Tolstoy (2010). *Anna Karenina*. London: Penguin Books, p. 174 [Data da primeira publicação: 1873-7].

¹⁶⁶ D. Lieven (2012). “Tolstoy on War, Russia, and Empire”. In *Tolstoy on War — Narrative Art and Historical Truth in “War and Peace”*, eds. Rick McPeak and Donna Tussing Orwin. Ithaca and London: Cornell University Press, 12-25, p. 23.

Compreender as representações literárias da aristocracia é, por isso, tão importante para o seu estudo enquanto elite, dado que estas consubstanciam uma estratégia e uma ideologia, para além de se apresentarem como fonte preciosa para formular novas questões e para extrair conclusões mais alargadas quanto às adaptações da aristocracia face à modernização do império, um fenómeno que comumente é referido como sendo o ‘declínio da aristocracia’.

IV

“Algo tem de mudar para que tudo fique na mesma”

Nós sabemos mais ou menos qual a causa dos males físicos; os males morais resultam de uma má educação, de todos os disparates com que nos enchem a cabeça desde a infância; numa palavra, da condição deformada da sociedade. Se a sociedade for corrigida, não mais padeceremos destes males.

Ivan Turguenov, *Pais e Filhos*,
Capítulo XVI [Bazarov a Anna Sergeevna]

Há uma incomensurável força advinda das ideias que, em alguns momentos, converge (ou pretende convergir) com a realidade. Platão defendeu a ideia de dois mundos; o inteligível, o ‘mundo das ideias’, e o sensorial, um ‘mundo das cópias’, já que as ideias seriam a causa de todas as coisas sensíveis. Victor Hugo, numa analogia tão poética quanto avassaladora, diz que podemos resistir à invasão de exércitos, mas não à invasão de ideias. Na Rússia da segunda metade do século XIX, podemos argumentar ter havido uma batalha constante entre ‘o que é’ e ‘o que deveria ser’, entre o ‘ser’ e o ‘pensar’, entre a ‘pertença’ e a ‘oposição’. O conhecimento é irreversível, sendo precisamente essa a sua maldição: nem a Autocracia poderia escapar incólume à invasão de ideias ocorrida no período subsequente à malograda Guerra da Crimeia.

As ideias exercem uma forte influência tanto na estabilidade como na mudança social¹⁶⁷, fazendo, muitas vezes, a diferença entre o sucesso e o fracasso das políticas. É certo que, apesar de serem parte de todas as esferas, as ideias interagem com outros factores sociais e políticos (Rueschemeyer 2006, 248). Exemplo disso é o facto de uma *idée fixe* e instituições que a sustêm poderem travar a mudança, embora as circundem ideias promotoras de uma transformação (Crawford 2006, 266). O ‘mundo das ideias’ não tem limites, por isso, é difícil estabelecer-se-lhe fronteiras políticas e sociais, e ainda mais difícil seria delimitar onde acaba a *idée fixe* e começa a ideia de inovação, porque ambas estão em permanente construção, influenciando-se mutuamente. No caso da Rússia, o período das reformas de Alexandre II é demonstrativo da característica siamesa das ideias de mudança e de persistência. Antes de prosseguirmos, é importante, porém, fazer uma ressalva sumária da distinção entre ‘ideia’ e ‘ideologia’ — se é certo que, neste

¹⁶⁷ D. Rueschemeyer (2006). “Why and How Ideas Matter”. In *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*, eds. Robert E. Goodin and Charles Tilly. Oxford and New York: Oxford University Press, 227-251, p. 230.

período, houve, na Rússia, uma proliferação de ideias e de discursos que difundiam a mudança ou a persistência, também o é que raras foram as que se consumaram numa ideologia política coerente, quer da parte do regime czarista quer da parte da oposição.

Xeque... Xeque-mate à aristocracia?

Tilly definiu o Estado como “tendo organizações mais ou menos centralizadas e diferenciadas, cujos funcionários possuem, de forma mais ou menos bem-sucedida, controlo sobre (...) os meios de violência dentro de uma população que habita um grande e contíguo território”¹⁶⁸. Weber define o Estado Moderno como uma “forma institucional de governo que lutou de forma bem-sucedida para criar um monopólio de força física legítima como meio de governo dentro de um território específico”¹⁶⁹, sendo esse o motivo pelo qual concentrou nas mãos dos seus líderes todos os recursos materiais de organização. Num contexto de modernização, o governo czarista tentou governar um imenso território a partir do centro (Bendix 1980, 524), ora travando ora moldando a seu proveito as mudanças sociais e políticas que distinguem a época moderna, como sendo: a emergência do capitalismo, os processos de industrialização e urbanização, os novos grupos sociais, como a burguesia e o proletariado, as novas categorias profissionais e novos sectores económicos, bem como a expansão das funções administrativas e coercivas do Estado, que “conduziu a maiores pressões para a extracção de recursos das populações (através dos impostos)”¹⁷⁰, que teria incentivado, por sua vez, contra-respostas colectivas a nível nacional. Contudo, a acção colectiva que progressivamente se tornara, desde os finais do século XVIII, de cariz associativista na Europa Ocidental (Fernandes 2014, 13), fora pouco efectiva na Rússia: na realidade, a sociedade civil russa apenas se começou a desenvolver a partir de 1861¹⁷¹.

O resultado da Guerra da Crimeia evidenciara as falhas da organização social russa e, sobretudo, as da instituição basilar da servidão, directamente ligada à posição militar da Rússia (Bendix 1980, 527). A derrota tornara óbvio, até para os mais

¹⁶⁸ C. Tilly (1985). “War Making and State Making as Organized Crime”. In *Bringing the State Back In*, eds. Peter B. Evans, Dietrich Rueschmeyer and Theda Skocpol. Cambridge: Cambridge University Press, 169-191, p. 170.

¹⁶⁹ M. Weber (2004). *The Vocation Lectures*. Indianapolis and Cambridge: Hackett Publishing Company. p. 38.

¹⁷⁰ T. Fernandes (2014). *A Sociedade Civil*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. p. 13.

¹⁷¹ R. Bendix (1980). *Kings or People — Power and the Mandate to Rule*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, p. 523.

conservadores, que ‘algo tinha de mudar para que tudo ficasse na mesma’, usando a significativa expressão de Lampedusa no clássico italiano *O Leopardo*. Tocar na questão da servidão demonstrara-se como incontornável desde os tempos de Catarina, a Grande, embora os seus sucessores a tenham evitado tanto quanto lhes foi possível. O temor em torno da sensível questão da servidão e de uma possível emancipação dos servos é bem ilustrada por Sergei Uvarov: “Esta árvore tem profundas raízes e tanto a Igreja como a Coroa lhe têm dado sombra. Ela não pode ser desenraizada. (...) A questão da servidão está intimamente ligada à questão da Autocracia e até à da monarquia. São duas forças paralelas que se desenvolveram juntas. Têm uma única origem histórica e a sua legitimidade é idêntica”¹⁷².

Na opinião de Uvarov, amplamente partilhada pelos seus contemporâneos, se a servidão fosse abolida, tal traria mudanças políticas tão inevitáveis quanto catastróficas. Porém, as reformas de 1860 demonstraram uma visão diferente por parte da ‘burocracia iluminada’: as consequências da abolição da servidão ficar-se-iam pelos planos sociais e administrativos, criando um sistema no qual “o poder absoluto do monarca coexistia com um poder judicial independente, com uma imprensa relativamente livre e com o governo local”¹⁷³. As contradições eram, portanto, evidentes, tanto na prática como na teoria.

A ordem tradicional russa, tal como um polvo, tinha três corações — a Autocracia, a burocracia e a aristocracia. O terceiro coração, à época das reformas, poderia ter ficado arritmico; não só a Emancipação dos servos era uma ameaça directa à sua forma de vida, como o Czar não esperou pelas deliberações às quais apelou em 1856: “Vós próprios sabeis que a ordem existente de domínio sobre outras almas viventes não pode permanecer inalterada. É melhor abolir a servidão por cima do que esperar pelo dia em que esta seja abolida por baixo. Peço-vos, cavalheiros, que considereis como tal poderia ser conseguido. Transmitem as minhas palavras a toda a nobreza para vossa consideração”¹⁷⁴.

Sabemos que o primeiro estado russo constituía uma ínfima parte da sociedade — cerca de 1,5% da população russa, em 1858 (Becker 1985, 18) — e, também, que a aristocracia era um grupo muito heterogéneo. Assim sendo, quantos aristocratas foram, efectivamente, afectados pela Emancipação dos servos?

¹⁷² Citado em A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York and London: M.E. Sharpe, p. 110.

¹⁷³ *Idem*, p. 110.

¹⁷⁴ Citado em R. Bendix (1980). *Kings or People — Power and the Mandate to Rule*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, p. 528.

De acordo com o censo de 1858-9, havia no império russo cerca de um milhão de aristocratas (*dvoriane*) de ambos os sexos, sendo que o número de aristocratas de título herdado era de aproximadamente 610,000 (Pipes 1995, 177). Para os efeitos da presente análise, ignoraremos os aristocratas não-russos (polacos, turco-tártaros, georgianos, e aristocratas provenientes das províncias do Báltico), ficando com um total de 274,000 nobres pelas 37 províncias da ‘Mãe Rússia’. De acordo com o mesmo censo, nestas 37 províncias viviam aproximadamente 90,000 proprietários de servos (Pipes 1995, 178). Usando os critérios de Pipes (1995), é possível delinear a seguinte distribuição da posse de servos, nas 37 províncias:

Tabela 1. Posse de Servos pela Nobreza proprietária de terras

Categorização por número de servos do sexo masculino ('almas')	1858-9 (número)	1858-9 (percentagem)
Grand Seigneurs (mais de 1,000 almas)	1,032	1,1
Nobreza (501—1,000 almas)	1,754	2,0
Nobreza (101—500 almas)	15,717	18,0
Nobreza empobrecida (21—100 almas)	30,593	35,1
Nobreza empobrecida (< 20 almas)	38,173	43,8

Fonte: Pipes, Richard. 1995. *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books. p. 178

Tal como é sugerido por este autor, e de acordo com os dados apresentados, dos 87,269 proprietários de servos considerados, 68,766, ou seja aproximadamente 78,9%, “não possuíam o suficiente para viver da terra, de uma maneira considerada pelas autoridades como proporcional ao seu status social”¹⁷⁵. Apenas os restantes 21,1% dos aristocratas proprietários de servos usufruíam de rendimentos suficientes para serem considerados como financeiramente independentes. Consequentemente, apenas para essa minoria a Emancipação dos servos poderia constituir uma ameaça à sua posição como ‘aristocrata’; uma ameaça única e exclusivamente relacionada com a sua ligação à terra,

¹⁷⁵ R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books. p. 178.

detendo, por isso, pouca influência quanto ao seu estatuto social e político, tal como veremos adiante.

O projecto da Emancipação também não visava responder especificamente a mudanças de cariz económico, nem desenvolver a Rússia nesta esfera, mas sim, “libertar as energias sociais de uma maneira consistente com a estabilidade e efectividade militar do Estado Imperial”¹⁷⁶, visto que estas pareciam manifestar-se no aumento de revoltas dos servos durante e depois da Guerra da Crimeia (Skocpol 1988, 88). No entanto, a vertente económica é de importância inegável para a compreensão dos factos, sobretudo no que concerne à estranha oposição falhada da aristocracia quanto ao projecto reformista de Alexandre II. Como alerta Skocpol (1988), a nobreza proprietária russa era fraca economicamente. Precisamente por isso, podemos pertinentemente perguntar: por que razão a aristocracia não tentou impedir a Emancipação dos servos de forma mais veemente, se hipoteticamente tal representaria tão duro golpe ao seu poder? Para respondermos a esta questão, tentaremos traçar brevemente o perfil económico e a sua evolução, abrangendo aristocratas russos e não-russos:

Tabela 2. Nobreza Proprietária de terras 1861-1895

Ano	Número aproximado de Famílias Nobres proprietárias de terras	% de Nobres pertencentes a famílias proprietárias
1861	114,500—115,500	78-81
1877	98,000—100,000	69-74
1895	103,000—104,500	54-55

Fonte: Becker, Seymour. 1985. *Nobility and Privilege in Late Imperial Russia*. Illinois: Northern Illinois University Press, p. 187

Ao depararmo-nos com estas estimativas, é necessário termos em conta o processo de urbanização deste mesmo grupo: se em 1858, apenas 15 a 20% da nobreza russa era urbana, em 1897, a percentagem era de aproximadamente 47,2% (Becker 1985, 28). O declínio da percentagem de nobres pertencentes a famílias proprietárias de terras foi, também, acompanhado por um decréscimo proporcional na quantidade de terra possuída por nobres com títulos hereditários (Becker 1985, 28). Estas mudanças evidenciam uma crescente separação entre a aristocracia e as terras. E se este facto poderia parecer

¹⁷⁶ T. Skocpol (1988). *States and Social Revolutions — A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, p. 85.

indicativo de um declínio do poder da aristocracia, de acordo com as tradições, sistemas e estruturas da Europa Ocidental, no caso da Rússia há que ressaltar a fraca relação entre a nobreza e as suas terras.

Discordamos, por isso, com a visão geral de que “a emancipação dos servos em 1861 privou a nobreza dessa autoridade formal [sobre parte da população camponesa] e deixou-a dependente das suas terras”¹⁷⁷. Primeiramente, porque, ao contrário de outras aristocracias europeias, a posse de terras não era a base histórica da posição social e política da aristocracia russa (Becker 1985, 30). Como vimos anteriormente, esta base de pertença era o serviço ao Estado, ao qual o acesso era privilegiado para a nobreza hereditária e cujas restrições ao enobrecimento por serviço se tornaram ainda mais frequentes durante a década de 1880 (Becker 1985, 94). Segundo, porque seria erróneo presumir que, por a aristocracia não ter capacidade de oposição efectiva, esteve completamente ausente na formulação prática do projecto reformista da Autocracia — pelo contrário, a nobreza proprietária acabou por exercer “uma influência considerável, especialmente no processo de implementação da política”¹⁷⁸. Em terceiro lugar, ainda que esta mudança nos padrões económicos russos possa ter sido espoletada involuntariamente pelo projecto reformista, é também reveladora da modernização económica: tanto evidencia a emergência e efectivação das lógicas capitalistas como os processos de urbanização. Para a aristocracia russa, a industrialização era um processo particularmente difícil de acompanhar (Lieven 1992, 52), porém “a tentação de trocar as terras por acções e títulos era enorme”¹⁷⁹. O lucro parecia ter-se estendido além do controlo aristocrático, mas isso não implicou qualquer colisão com os novos senhores do capital que iam nascendo das dinâmicas supramencionadas: os “nobres inveterados ocupavam firmemente e controlavam o acesso aos altos círculos sociais, culturais e políticos”¹⁸⁰ aos quais outros aspiravam alcançar, sendo, então, a nova burguesia a adaptar-se à dialética e aos valores aristocráticos, tentando inserir-se numa sociedade por eles dominada (Meyer 2010, 80).

A aristocracia era, assim, parte integrante desta modernização económica, perpetuando a influência dos valores tradicionais na sociedade: após a Emancipação, a

¹⁷⁷ P. Waldron (1997). *The End of Imperial Russia, 1855-1917*. London: Macmillan Press. p. 86.

¹⁷⁸ T. Skocpol (1988). *States and Social Revolutions — A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, p. 88.

¹⁷⁹ D. Lieven (1992). *The Aristocracy in Europe, 1815-1914*. London: Macmillan Press. p. 52.

¹⁸⁰ A. Meyer (2010). *The Persistence of the Old Regime — Europe to the Great War*. London and New York: Verso. p. 81.

aristocracia reteve 40% do total das terras, continuando a ter acesso fácil a mão-de-obra barata (Skocpol 1988, 89). É certo que os nobres eram os maiores vendedores de terras agrícolas, mas, comparando com os outros grupos da sociedade, eram também os maiores compradores de terras (Becker 1985, 33). Alguns aristocratas contribuíram para as dinâmicas de profissionalização, sendo que, no início da década de 1880, 15% dos nobres moscovitas que se sustentavam a si mesmos eram homens profissionais (Waldron 1997, 87); em 1880, cerca de 20% dos professores universitários russos pertenciam à nobreza hereditária (Waldron 1997, 87); e há que referir os aristocratas que enveredaram de forma bem-sucedida pelos negócios, sendo que a fortuna destes magnatas desmente a ideia de que a aristocracia russa estivesse falida nas vésperas de 1914 (Lieven 1992, 49-52).

Se há uma tendência de declínio quanto à posição da aristocracia no período pós-Emancipação, será enquanto grupo proprietário de terras e não em termos de influência e/ou poder político e social. Para além do que foi exposto, a nobreza começava a desenvolver, paralelamente ao incremento da sociedade civil e à modernização económica, um poderoso sentido corporativista, que se expressou através de organizações formais e de atitudes comuns (Waldron 1997, 88), das quais falaremos adiante.

Todavia, é inegável que a década de 1860 significou a perda da função social tradicional da nobreza, bem como do seu estatuto legal privilegiado (Becker 1985, 54). Ora tal marca um momento de convergência, senão moral, pelo menos teórica, entre a aristocracia e a *intelligentsia*, durante o qual os nobres procuraram uma nova identidade económica, social e política, de forma a legitimarem o seu poder, influência e privilégios nestas esferas. Restou, porém, uma posição social e política dominante, bem como a partilha de um sentido de superioridade cultural (Becker 1985, 54).

Estas transformações podem ser interpretadas como ‘o início do fim’, o declínio irreversível; em suma, como o início do último acto de uma tragédia à espera de acontecer. No entanto, esta interpretação, tão em voga na historiografia das décadas de 1960 e 1970, parece-nos algo redutora, porque escolhe ignorar a ‘adaptação criativa’, como lhe chamou Becker (1985), da aristocracia às mudanças sociais e políticas. A aristocracia participou nas jogadas da Modernidade, ainda que fosse tanto veículo quanto objecto de mudança. Ao soar o *xequé* à tradição, a aristocracia conseguiu fugir do *xequé-mate* ao seu poder e privilégios; um *xequé-mate* que, embora aparente dirigir-se a um alvo fácil se visto a mais de século e meio de distância, não era tão evidente para os seus coetâneos.

Para a geração da *intelligentsia* da década de 1840, houve uma dicotomia entre ‘pensamento’ e ‘acção’, sendo que essa é a razão avançada por alguma literatura como base para a ausência de ruptura ou de grandes mudanças, em relação a uma *intelligentsia* ligada, mais do que por uma amizade espiritual ou admiração intelectual, por ‘ideias’ (Confino 1972, 126). Um espectro de ideias, de resto, muito extenso, uma vez que abrangia desde o hegelianismo liberal até ao socialismo; ideias essas que eram comumente de oposição ao regime, tanto no tempo como no modo das reformas, quanto na rejeição das “tradições estabelecidas nas esferas político-institucional (Autocracia e governo pela burocracia) e na sócio-cultural (a servidão e as suas consequências)”¹⁸¹. A oposição, e até o escapismo dos homens de 1840 (sendo que muitos destes emigraram e, os que continuaram na Rússia, criaram uma realidade ficcionada através da literatura ou de outras formas de expressão de ideias), era baseada numa ideia de pertença marginal, que foi, porém, claramente enquadrada e pensada como ‘aristocracia’. Importa aqui referir que os homens de 1840 que saíram da Rússia, por motivos bastante diferentes entre si, emigraram como ‘aristocratas russos’, permanecendo no Ocidente como ‘exilados políticos’ (Confino 1972, 127).

Aquela que é considerada como a segunda geração da *intelligentsia* — a geração de 1860 — tem como fenómeno central o niilismo, representado pela personagem Bazarov em *Pais e Filhos*, o que, tal como na obra, estabelece uma aparente clivagem entre a nova *intelligentsia* e os velhos intelectuais, entre a revolta e a oposição intelectual. Mas como surge tal mudança, precedente às reformas de Alexandre II? As novas tendências e ideias da *intelligentsia* surgem simultaneamente a uma mudança na origem social e na composição do próprio grupo, que em muito se deve ao alargamento da educação:

¹⁸¹ M. Confino (1972). “On Intellectuals and Intellectual Traditions in Eighteenth- and Nineteenth-Century Russia”. *Daedalus* 101 (2): 117-149, p. 127.

Tabela 3. Composição Social dos Estudantes nas Escolas Secundárias Russas 1853-1885 (em percentagem)

Ano	Aristocracia (<i>dvoriane/chinovniki</i>)	Clero	Outros grupos
1853	79,7	2,3	18,0
1863	72,3	2,8	24,9
1874	57,7	5,5	35,7
1885	49,1	5,0	43,8

Fonte: Pipes, Richard. 1995. *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books. p. 262

Tendo em conta que entre 8 e 9 de cada 10 estudantes do ensino secundário prosseguiam estudos numa instituição de ensino superior (Pipes 1995, 262), torna-se claro que a composição social dos estudantes russos se ‘democratiza’, ficando cada vez menos ‘aristocrática’. A ‘classe educada’ russa, condição para recrutamento e pertença à *intelligentsia*, cresce de forma gradual, diversificando, consequentemente, o perfil dos seus membros. Tal é claramente visível no período de revolta intelectual que atinge o seu auge na década de 1880, quando havia já um número considerável de ‘proletariado intelectual’ (Pipes 1995, 262). Não obstante, até ao final do regime czarista, os descendentes da prestigiada classe de serviço continuaram a marcar o ritmo e a dar o tom à *intelligentsia* enquanto grupo de oposição: a maioria dos seus líderes era originária da aristocracia (*dvoriane/chinovniki*) dos altos cargos do serviço ao Estado. Foi, afinal, esta minoria privilegiada que “formulou a ideologia das massas ressentidas com a *intelligentsia*”¹⁸².

O sentido de identidade da sociedade educada (*obshchestvennost*) baseava-se numa “percepção de que a ‘nação’ russa diferia do ‘Estado’ russo: (...) o futuro da Rússia dependia da realização de um equilíbrio harmonioso entre a iniciativa social autónoma e o poder do Estado”¹⁸³ ou, por outras palavras, na oposição à autocracia. Daí o papel crucial da *intelligentsia* (Pipes 1995, 273): estava verdadeiramente entre o Czar e as

¹⁸² R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books. p. 262.

¹⁸³ S.D. Kassow; J.L. West; E.W. Clowes (1991). “Introduction: The Problem of the Middle in Late Imperial Russian Society”. In *Between Tsar and People — Educated Society and the Quest for Public Identity in Late Imperial Russia*, eds. Edith W. Clowes, Samuel D. Kassow and James L. West. Princeton, NJ: Princeton University Press, 3-14. p. 3.

massas, vendo-se como principal promotor do progresso, quer este fosse incorporado por uma aristocracia idealizada, quer pelas massas guiadas pelos líderes da *intelligentsia*.

É na década de 1860 que o conceito de *intelligentsia* começa a ser aplicado, desde logo com inúmeros significados, começando por ‘sociedade educada’ e estendendo-se aos radicais. Os homens de 1860 — e, até certo ponto, os da geração de 1840 — definiam *intelligentsia* como um grupo de pessoas que consideravam estar separadas e alienadas do resto da sociedade, devido ao seu alto nível de educação e à progressiva aceitação de uma determinada ideologia¹⁸⁴. Também por isso, a *intelligentsia*, enquanto força política e social e instrumento de modernização, bem como elemento fomentador do movimento revolucionário (Kochetkova 2010, 12), foi “o maior contributo russo para a mudança social no mundo”¹⁸⁵.

O acesso à educação, em alargamento durante a segunda metade do século XIX (Tabela 3), levantou grandes questões em relação ao sentimento de pertença e de classe, sobretudo após as evidências de desigualdade que os debates em torno da Emancipação apontaram (Bendix 1980, 547). Se as mudanças em relação à educação eram benéficas para a esfera económica e militar, também se revelariam problemáticas quanto à rígida hierarquia social russa, uma vez que estabeleciam um ponto de partida para a mobilidade social: a agitação parecia ser uma característica endémica das universidades e escolas secundárias¹⁸⁶.

Como vimos em capítulos anteriores, havia uma enorme componente moral da qual a *intelligentsia* se imbuía — a educação era, pois, parte incontornável dessa componente, uma vez que representava a dívida desta ‘sociedade educada’ para com o mais humilde *mujik*. Neste binómio assenta a “contradição básica entre interesse próprio e o bem comum”¹⁸⁷ inerente à *intelligentsia*, que muitas vezes impediu as suas facções mais radicais de cumprir os seus objectivos. A actividade de um destes grupos — *A Vontade do Povo* — ficaria para a História como uma viragem para meios mais sanguinários, cuja base de legitimação assentava no argumento de que o governo falhara em realizar aquela que consideravam ser a vontade do *narod*. Aqui usamos o termo

¹⁸⁴ I. Kochetkova (2010). *The Myth of the Russian Intelligentsia — Old Intellectuals in the new Russia*. London and New York: Routledge. p. 12.

¹⁸⁵ I. Berlin (1994). *Russian Thinkers*. London: Penguin Books. p. 116.

¹⁸⁶ R. Bendix (1980). *Kings or People — Power and the Mandate to Rule*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, p. 546.

¹⁸⁷ S.D. Kassow; J.L. West; E.W. Clowes (1991). “Introduction: The Problem of the Middle in Late Imperial Russian Society”. In *Between Tsar and People — Educated Society and the Quest for Public Identity in Late Imperial Russia*, eds. Edith W. Clowes, Samuel D. Kassow and James L. West. Princeton, NJ: Princeton University Press, 3-14. p. 4.

literário para ‘povo’ — *narod* — porque o “equívoco sobre o que o povo queria e o que a elite revolucionária interpretava como sendo o interesse popular continuou a caracterizar os movimentos revolucionários que se seguiram”¹⁸⁸. O documento que este grupo endereçou a Alexandre III, justificando o atentado que resultou na morte do seu predecessor, retrata com precisão o espírito do momento, opondo o governo aos revolucionários que:

*(...) tentaram de muitas formas diferentes agir em nome do povo. No início da década de 1870 escolhemos viver como trabalhadores, divulgando pacificamente as nossas ideias socialistas. O movimento era completamente inofensivo. Mas como acabou? (...) Um movimento sem mácula de sangue e que repudiava a violência foi esmagado. (...) O curto tempo que vivemos entre o povo mostrou-nos quão teóricas e doutrinárias eram as nossas ideias. Decidimos, então, agir em nome dos interesses criados pelo povo (...). Este era o carácter distintivo do Populismo. Da metafísica e dos sonhos mudámos para o positivismo e mantivemo-nos perto do solo. (...) Ao invés da difusão das ideias socialistas, demos primazia à nossa determinação em despertar o povo (...).*¹⁸⁹

Estas fervorosas palavras demonstram que a oposição era claramente política, na busca de um mandato popular que legitimasse o poder que estas facções tanto ambicionavam como julgavam ser dignas de atingir. Todavia, demonstram também que os revolucionários não estavam satisfeitos com o que o povo — de maioria camponesa, cuja lealdade ao ‘Pai da Rússia’, o Czar, assentava no mito *Tsar Dast*, ‘o Czar dará’ (Pipes 1995, 162) — desejava para si mesmo. A *intelligentsia*, tanto nas suas facções mais conservadoras como nas ‘socialistas revolucionárias’, inventou para si própria uma forma de liderança aristocrática (no sentido em que a justificavam como sendo ‘o poder dos melhores’) e para o povo uma imagem romantizada de *narod*. Nada disto é uma novidade desta época em particular. Em 1825, com a Revolta Decembrista, observara-se a semente de todas estas imagens, ideias e identidades, se bem que, com a derrota na Guerra da Crimeia, posteriores reformas e com o assassinato de Alexandre II, estes movimentos se diversificaram e complexificaram.

Diversificaram-se porque os líderes deste grupos “eram homens com origens, perspectivas e capacidades muito dissimilares”¹⁹⁰, o que fica patente no alargamento da

¹⁸⁸ R. Bendix (1980). *Kings or People — Power and the Mandate to Rule*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, p. 564.

¹⁸⁹ Citado em R. Bendix (1980). *Kings or People — Power and the Mandate to Rule*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, p. 563.

¹⁹⁰ I. Berlin (1994). *Russian Thinkers*. London: Penguin Books. p. 210.

‘sociedade educada’ russa, devido à amplificação das oportunidades de educação já referidas. Complexificaram-se porque, embora partilhassem determinadas ideias fundamentais e se opusessem à autocracia, os vários grupos da *intelligentsia* diferiam quanto aos meios e fins da mudança (Berlin 1994, 210): entre a reforma e a revolução, entre o Ocidente e um ‘caminho exclusivo’.

Estas facções eram herdeiras directas dos círculos de Petrashevtsy, pelo menos no respeitante à sua oposição radical ao regime. No entanto, eram também herdeiras do seu tempo, partilhando com os seus semelhantes europeus o arquétipo da luta de classes como factor político determinante (Berlin 1994, 210). Todavia, tal como os Petrashevtsy, basearam as suas ideias nos socialistas franceses, e não no marxismo, mantendo a comuna camponesa como imagem ideal. Mas tal como Marx, tinham o sonho utópico que é resumido da seguinte forma por Berlin (1994): “(...) partilhavam um vasto pressuposto apocalíptico: uma vez que o reino do mal — Autocracia, exploração, desigualdade — fosse consumido no fogo da revolução, iria surgir natural e espontaneamente das suas cinzas uma ordem natural, harmoniosa e justa, que precisava apenas da liderança gentil dos revolucionários iluminados para atingir a sua perfeição própria”¹⁹¹.

Se o que até aqui foi descrito começa a parecer uma ideologia — no sentido em que aparenta incorporar uma doutrina que guia (ou visa guiar) um determinado grupo, de cariz iminentemente *político*, de acordo com um plano *social e político* previamente estabelecido — é altura de esclarecermos: não há uma ideologia que una qualquer das facções da *intelligentsia*. O niilismo poderia prometer ser um factor unificador desta geração, mas, na verdade, “é paralelo à organização e actividade política, não idêntico a estas”¹⁹², não constituindo, por isso, um movimento político. Aqueles tidos como os ‘homens de 1860’ não alteram qualquer paradigma, não trazem uma verdadeira ruptura e, ainda que o Czar tenha sido assassinado, não há uma guilhotina, nem literal nem metafórica. Por isso, tal como os ‘homens de 1840’, representam uma fase da ‘revolta moderna’, nas palavras de Confino (1972), e partilham com os seus ascendentes uma ideia clara de oposição, ainda que esta se venha a radicalizar gradualmente.

Afinal, a que se deveu a radicalização crescente da *intelligentsia*? Não haverá apenas uma resposta, muito menos queremos limitar-nos à da ‘democratização’ da base social da *intelligentsia*, porque, efectivamente, está longe de explicar tudo o que foi

¹⁹¹ I. Berlin (1994). *Russian Thinkers*. London: Penguin Books, p. 217

¹⁹² M. Confino (1972). “On Intellectuals and Intellectual Traditions in Eighteenth- and Nineteenth-Century Russia”. *Daedalus* 101 (2): 117-149, p. 133.

mencionado anteriormente. Se serve esta análise para, mais do que respostas, encontrar perguntas pertinentes, apontamos — em vez de qualquer teoria de ruptura — o *continuum* histórico, cultural e até espiritual da *intelligentsia* como possível chave. A diversidade de ideias abrangida por este *continuum* talvez reflita “a fragmentação da elite educada e profissional, que a impediu de desenvolver uma identidade comum capaz de proporcionar uma coesão política”¹⁹³, mas para considerações mais profundas e assertivas teríamos de examinar a sociedade civil enquanto uma atitude em relação ao poder (Kassow *et al* 1991, 6), alargando consideravelmente o conceito de ‘sociedade educada’ (*obshchestvennost*) ou, até, substituindo-o pela categoria de *raznochintsy*, que significa ‘pessoas de várias posições sociais’ ou ‘pessoas de diversas origens’ (Wirtschafter 1994, xi). Averiguar a ‘burguesia desaparecida’, como lhe chama Pipes (1995) e Hosking (1998), também poderia dar outro tipo de respostas quanto a esta radicalização. As evidências “sugerem fortemente que (...) as atitudes burguesas eram não-existentes ou fracas na elite corporativa russa antes de 1905”¹⁹⁴, como já havia sido proposto aquando da descrição da persistência de uma lógica e sistema de valores aristocráticos, sendo que dificilmente se possa apontar às hipotéticas atitudes burguesas qualquer influência nas instituições políticas e económicas do império na década anterior à Primeira Guerra Mundial (Owen 1991, 77). No entanto, as mudanças sociais advindas do processo de modernização — sobretudo as relativas à emergência do capitalismo e à profissionalização — poderão dar pistas para além de uma burguesia ‘desaparecida’: uma burguesia em prolongado estado embrionário ou, talvez até, escondida; quiçá camuflada pelo manto diáfano da ordem tradicional. Encontrar esse *missing link* na evolução da sociedade — e da oposição — russa parecer-nos-ia, então, fundamental num estudo que propusesse compreender a radicalização (ou a diferenciação do radicalismo da segunda geração) da *intelligentsia*. Ainda que nos pareçam hipóteses interessantes, alguma restrição é necessária na presente análise, que almeja compreender a *intelligentsia* como um todo, como um grupo de várias vozes de oposição ao regime, sejam estas de carácter conservador ou radical. Aprofundar a radicalização neste contexto seria, por isso, um exercício que, embora certamente fascinante, se revelaria infrutífero na sua pormenorização. Interessa-nos, antes, analisar

¹⁹³ W.G. Wagner (1991). “Ideology, Identity, and the Emergence of a Middle Class”. In *Between Tsar and People — Educated Society and the Quest for Public Identity in Late Imperial Russia*, eds. Edith W. Clowes, Samuel D. Kassow and James L. West. Princeton, NJ: Princeton University Press, 149-163. p. 162.

¹⁹⁴ T.C. Owen (1991). “Impediments to a Bourgeois Consciousness in Russia 1880-1905: The Estate Structure, Ethnic Diversity, and Economic Regionalism”. In *Between Tsar and People — Educated Society and the Quest for Public Identity in Late Imperial Russia*, eds. Edith W. Clowes, Samuel D. Kassow and James L. West. Princeton, NJ: Princeton University Press, 75-89. p. 77.

de que forma as vozes de mudança e de persistência conviveram neste período, quer da parte do regime, quer da aristocracia e da *intelligentsia* — e isso é, precisamente, o que estará sob o nosso foco adiante.

Cavalheiros e Filisteus na Sociedade — Leões e Raposas na Política?

Analisámos já a ‘democratização’ ou alargamento da base social da *intelligentsia* — que tal tenha sido conseguido através da educação, é significativo, mas não é de estranhar, uma vez que o Estatuto Universitário de 1863 fizera por conservar as liberdades tradicionais das universidades. O número de estudantes universitários cresceu significativamente, de 4,125 em 1865, para 8,045 em 1880, 12,804 em 1885 e 16,294 em 1899 (Hosking 1998, 329). No entanto, é interessante que, quando utilizada uma categorização mais pormenorizada, constatamos o seguinte:

Tabela 4. Origem Social dos Estudantes Universitários Russos 1880-1895 (em percentagem)

	1880	1895
Nobres e funcionários	46,6	45,5
Clero	24,1	5,0
Comerciantes e cidadãos honorários	9,0	7,7
Meschchane e outros moradores urbanos	12,0	33,2
Camponeses	2,9	6,8
Estrangeiros e Outros	5,4	2,0

Fonte: Hosking, Geoffrey. 1998. *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press. p. 329

Ora, tal é inesperado de duas formas: i) um considerável número de nobres enviava então os seus filhos para as universidades, em vez de optar pelas instituições de ensino superior tradicionais da nobreza (que exploraremos no sexto capítulo); ii) o grupo cuja presença nas universidades mais cresceu em 15 anos (*Meschchane* e outros moradores urbanos) era um grupo exclusivamente urbano e particularmente desprestigiado na rígida hierarquia social russa — *abaixo* deles, apenas os camponeses,

imediatamente *acima*, pessoas de várias origens sociais (*raznochintsy*) e uma hipotética burguesia. Interessante, também, é a drástica diminuição de estudantes originários do clero; anteriormente, tinham tido bastante facilidade em aceder ao ensino superior, porém, dada a sua proeminência como activistas radicais, o governo restringiu as entradas de seminaristas nas universidades em 1879¹⁹⁵. Estas percentagens demonstram, também, que a aristocracia continuou a dominar os espaços e instituições de referência para o recrutamento da *intelligentsia*. Se este também é um factor promotor da radicalização de algumas facções, como forma de diferenciação das ideias de tradição, é uma questão que levantamos, mas que não abordaremos. Estas informações preambulares servem apenas para completar o cenário de uma sociedade em mudança — uma sociedade em que, pela primeira vez, os cavaleiros se encontram com os filisteus.

Ousamos usar esta designação, não com a pretensão de recorrer à imagem de um David contra Golias e muito menos de usar o significado corrente de ‘filisteu’, como um homem bruto e atrasado, mas, sim, com a intenção de delinear uma oposição de ideias, assente na dicotomia entre a defesa do privilégio e a mudança revolucionária.

“Esforçai-vos, e sede homens, ó filisteus, para que, *porventura*, não venhais a servir aos hebreus (...); sede, pois, homens e pelejai”. A imagem bíblica dos filisteus, ao ser resumida nesta passagem (1 Samuel 4:9), providenciaria, efectivamente, um excelente coro da tragédia, ainda que numa linha narrativa com diferentes actos e desfechos. Não é, todavia, isso que pretendemos — ao usarmos uma imagem de filisteu, referimo-nos ao homem não-aristocrata cativo de uma sociedade em que as ideias predominantes eram “conservadoras, não-democráticas e hierárquicas”¹⁹⁶. Tal seria, pois, muito diferente do cativo dos filisteus bíblicos. Neste contexto, a palavra ‘filisteu’, em contraposição ao termo ‘cavaleiro’, pretende, antes, descrever a época imediatamente anterior ao *fin du siècle*, que daria origem ao decadentismo e ao regresso ao passado aristocrata.

Feito este esclarecimento, voltemo-nos para os ‘cavaleiros’ e a sua resposta a esta radicalização crescente da *intelligentsia* e às demais mudanças políticas e sociais — ou, por outras palavras, a sua defesa do privilégio.

Comecemos por contextualizar as falhas do aparelho burocrático, no que diz respeito à providência de serviços sociais nas províncias, que evidenciaram a necessidade de introduzir alguma forma de governo local, na época das Grandes Reformas (Polunov

¹⁹⁵ G. Hosking (1998). *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press. p. 329.

¹⁹⁶ A. Meyer (2010). *The Persistence of the Old Regime — Europe to the Great War*. London and New York: Verso. p. 275.

2005, 111). Nas décadas de 1850 e 1860, o movimento constitucionalista atingira o seu auge, não só entre nobres que se incluíam na *intelligentsia* liberal, como entre elementos exclusivamente nobres. Estas novas ideias em circulação nas altas esferas eram uma ameaça visível à Autocracia, que, mais uma vez, introduziu mudanças para que o todo permanecesse intacto: um grau seguro de autonomia nos assuntos económicos e sociais parecia o suficiente para desviar as atenções da esfera política (Polunov 2005, 111). As assembleias locais (*zemstvos*) foram acolhidas entre a aristocracia como alicerce deste constitucionalismo, embora nada tivessem a ver com ele, uma vez que davam primazia ao primeiro estado, considerando-o como o mais abastado e educado (e, por isso, mais capaz). Ainda assim, este tipo de poder local asseguraria uma posição substancial aos camponeses e anteciparia a sua própria transformação numa instituição representativa de todos os estados¹⁹⁷, o que demonstra o papel político que estas assembleias passaram a desempenhar. O seu presidente tinha inequivocamente de ser nobre, o que revela a continuação do domínio nobre (Polunov 2005, 112-3). Todavia, este “sector de serviço controlado por corpos governativos eleitos cresceu ao lado, e não dentro, da hierarquia do poder político societal”¹⁹⁸, visto que as *zemstvos* não desafiavam o controlo central nem a capacidade de feitura de políticas da burocracia imperial.

Em vez de demonstrar a fraqueza da aristocracia, tal é antes representativo da força da Autocracia russa, que podia criar órgãos semi-representativos completamente circunscritos (Skocpol 1988, 90). É também demonstrativo de uma divisão parcial entre a aristocracia e a Autocracia, o que não significou o seu afastamento: o Estado imperial continuou a ter o poder e iniciativa para moldar ou refazer a sociedade russa, mesmo quando isso se revelava prejudicial à aristocracia (Skocpol 1988, 90). No entanto, as *zemstvos* provariam ter um poder político bastante substancial durante períodos de falha do Estado, como provado em 1905 e nos anos seguintes¹⁹⁹. A crescente profissionalização dos membros das *zemstvos* também pode ter sido um factor para este poder político, provando constituir um “solo fértil para tendências anti-governo de vários tipos”²⁰⁰.

A oposição à ordem tradicional espalhava-se, alastrando a sombra da modernidade, e a aristocracia — sob a forma dos seus privilégios tradicionais — parecia cada vez mais isolada. O liberalismo, crescente entre 1848 e 1873, poderia ter contribuído

¹⁹⁷ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York and London: M.E. Sharpe, p. 112.

¹⁹⁸ T. Skocpol (1988). *States and Social Revolutions — A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, p. 90.

¹⁹⁹ P. Waldron (1997). *The End of Imperial Russia, 1855-1917*. London: Macmillan Press. p. 88.

²⁰⁰ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York and London: M.E. Sharpe, p. 115.

para este isolamento, no entanto, para além de nunca ter atingido um grau considerável de maturidade, “o liberalismo (...) era inerentemente fraco e dividido, mas também se deparou com uma oposição forte e activa incomum”²⁰¹. Os liberais, tal como vimos no segundo capítulo, a partir da visão dos ocidentalistas, aprovavam a evolução social russa e o declínio da aristocracia, sendo que a Rússia seguiria o mesmo caminho do Ocidente (Becker 1985, 55). Outros defendiam a mesma ideia, enfatizando o caminho exclusivo da Rússia, como o tinham feito os eslavófilos — porém, a partir da geração de 1860, estas facções defendiam que os “estados sociais eram uma instituição estranha à Rússia, emprestada pelo Ocidente no século XVIII, e que nunca conseguiria estabelecer fortes raízes devido a uma incompatibilidade básica com a tradição igualitária russa”²⁰².

A ‘questão nobre’ surge no início de 1880 e a sua aparição assusta todas as facções da *intelligentsia*, que, na generalidade, via a evolução russa como necessariamente afastada do privilégio hereditário (Becker 1985, 57). O surgimento desta questão em torno da aristocracia dá-se por um conjunto de razões, que passamos a enumerar como sendo: i) o já abordado monopólio restrito do poder político da Autocracia; ii) as também já referidas origens da aristocracia, com carácter predominantemente de serviço (Becker 1985, 57); iii) o sentido corporativista desenvolvido pela nobreza durante a segunda metade do século XIX (Waldron 1997, 88); iv) o isolamento, da aristocracia e da *intelligentsia*, como forma de preservação dos seus valores críticos (Mayer 2010, 281); e v) a ‘remobilização’ da velha ordem (Mayer 2010, 282) através de um conjunto de ideias dominantes e a reconversão de discursos aristocráticos.

O sentido corporativista da nobreza está directamente relacionado com os pontos iv) e v), dado que esta — sobretudo a nobreza das províncias, que se sentia particularmente ameaçada pelo processo de modernização — se começou a organizar, reunindo-se em grupos que pretendiam debater as suas preocupações²⁰³ e possíveis soluções. É certo que esta organização da nobreza por interesses de *classe*, motivada por um sentido corporativista, começou por volta de 1890; porém, só após Fevereiro de 1905 estes grupos discutiram abertamente questões *políticas* (Waldron 1997, 89). Por esta mesma razão, ainda que a relação com a terra tenha diminuído, até os nobres das províncias russas pretendiam preservar a sua autoridade tradicional (Waldron 1997, 89).

²⁰¹ A. Meyer (2010). *The Persistence of the Old Regime — Europe to the Great War*. London and New York: Verso. p. 277.

²⁰² S. Becker (1985). *Nobility and Privilege in Late Imperial Russia*. Illinois: Northern Illinois University Press, p. 56.

²⁰³ P. Waldron (1997). *The End of Imperial Russia, 1855-1917*. London: Macmillan Press. p. 89.

A Coroa já mostrara dar prioridade a outras questões, por isso, a aristocracia, mais do que uma aliada, procurou unir-se internamente.

O isolamento da aristocracia e da *intelligentsia*, a partir da década de 1880, nos seus valores e doutrinas — muito afastados das massas e mais longe ainda de as representar — explica por que motivo determinadas ideias como ‘a sobrevivência do melhor’, quando aplicada ao regresso a um passado de aristocratas guerreiros, ou como ‘a vontade do povo’, que já vimos ter sido usada pelas facções mais radicais da *intelligentsia*, entraram nos discursos destes dois grupos. O que os unia nesta época não era tanto um sentido de oposição, nem uma predisposição bipolar para a mudança ou manutenção da ordem nos seus termos, mas antes um conjunto de ideias e atitudes “anti-progressivas e anti-liberais”²⁰⁴. Neste sentido, e na época em análise, a *intelligentsia* foi a imagem viva de um tema tão em voga na literatura europeia deste período: um verdadeiro *doppelgänger* da aristocracia que, embora pretendesse representar o oposto, era como um reflexo no espelho.

O período das décadas de 1880 e 1890 foi marcado por um “recuo significativo dos princípios que as Grandes Reformas tinham introduzido na vida russa nos anos de 1860 e 1870”²⁰⁵. Consequentemente, a ‘remobilização’ da velha ordem significou um contra-ataque tradicionalista à modernidade, sendo promovida tanto por Alexandre III como por Nicolau II, cujos reinados tentaram reverter as consequências da aplicação de um programa modernizador. Essas serão considerações a fazer adiante; o que interessa neste contexto é apontar o conjunto de ideias que povoavam este cenário.

O que é certo é que esta foi uma época em que os ânimos se começaram a exaltar e as ideias a extremar. As facções mais radicais da *intelligentsia* — os populistas e os marxistas — assumiam uma liderança ‘inventada’ das massas na sociedade, cujo “maior dos males era a desigualdade”²⁰⁶, sendo necessário, por isso, treinar os homens e mulheres, dos mais simples aos mais eruditos, para fazer a revolução e destruir um sistema que, do seu ponto de vista, impedia a igualdade social e o governo democrático. Apesar das divisões profundas entre os populistas (Berlin 1994, 218), estes concordavam em aspectos decisivos, como a crença de que a base a partir da qual a sociedade futura seria desenhada repousava na comuna camponesa, e, embora houvesse divergências ainda

²⁰⁴ A. Meyer (2010). *The Persistence of the Old Regime — Europe to the Great War*. London and New York: Verso. p. 282.

²⁰⁵ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York and London: M.E. Sharpe, p. 124.

²⁰⁶ I. Berlin (1994). *Russian Thinkers*. London: Penguin Books. p. 220.

mais difíceis de reconciliar com os marxistas, partilhavam entre si uma “perspectiva revolucionária (...) unidos pela inabalável fé na revolução”²⁰⁷. O tempo encarregar-se-ia rapidamente de fazer do grupo populista um movimento obsoleto na sua própria época: o desenvolvimento industrial da Rússia a partir da década de 1890 parecia, então, vir dar razão à tese marxista (Berlin 1994, 234). Para além disso, os acontecimentos sociais dramáticos do *fin du siècle* marcariam um ponto de viragem tanto para as facções mais radicais como para os tipos de oposição mais moderados da *intelligentsia*.

O futuro chega inexoravelmente e rapidamente se metamorfoseia em História. Se estes momentos de fôlego revolucionário nos parecem definidores das dinâmicas do processo de declínio imperial é, certamente, porque já sabemos o final desta história. É, pois, interessante como as ideias das elites, numa visão genérica e superficial, nos podem parecer tão mais determinantes na Inglaterra do Vitorianismo tardio do que na Rússia dos últimos czares, ainda que ambas recorressem aos mesmos instrumentos ideológicos, entre eles, a cultura (Mayer 2010, 191). Este instrumento, em si, tem também as suas fases próprias, embora nunca possa ser separado da realidade social — o que, de resto, o torna tão poderoso, tanto para a aristocracia enquanto guardiã da tradição, como para uma *intelligentsia* inovadora, nas suas críticas sociais.

A perspectiva da aristocracia, nesse momento, era também de crítica, mas de crítica à modernidade, o que demonstra que o conservadorismo também pode ter elementos radicais, como o era o ‘aristocratismo’ enquanto ideologia. Assim se compreende o contexto da disseminação do Darwinismo Social — que daria origem às perigosas teorias da degeneração, das quais Cesare Lombroso foi pioneiro — como ideia dominante das classes dirigentes (Mayer 2010, 282). Este ‘evolucionismo’ social crescia do mesmo solo fértil do elitismo (Mayer 2010, 285), sendo que novas teorias, filosofias e ideias nasciam desta base — supostamente científica, mas que, na verdade, tinha mais a ver com o aproveitamento de uma fé esquecida — que pretendia servir como arma contra a modernização (e, consequentemente, contra a ‘democratização’) política e social.

A estas ideias subjazia o medo de um encontro inevitável entre cavalheiros e filisteus, sendo que as fórmulas e estruturas Darwinianas e Nietzchenianas lhe ofereceram uma base pseudo-científica, extremando tanto a visão do que deveriam ser os ‘cavalheiros’ como julgando os ‘filisteus’, numa dialética que havia chegado para ficar, permanecendo como parte da História do século posterior. Na época em análise, estes

²⁰⁷ I. Berlin (1994). *Russian Thinkers*. London: Penguin Books. p. 223.

elementos comporiam, não só o sistema de crenças das classes dirigentes, como a semi-independência da aristocracia face ao Estado observada no início do século XX, que levaria também a formas de oposição variadas. Do ‘tradicionalismo irreflectido’, como lhe chama Mayer (2010), a aristocracia conseguiu criar uma verdadeira ‘reacção’ à modernidade — uma reacção consciente, assente no que se julgava ser a sua identidade ‘superior’.

Vilfredo Pareto diria que a História é um cemitério de aristocracias, uma vez que a sociedade sofre constantes mutações. É, então, neste contexto específico do final do século XIX que nasce o estudo moderno das elites, através do seu paradigma clássico: o da minoria dominante, cujo poder escapa ao controlo das massas. Pareto observa, também, que o “estrato mais alto da sociedade, a elite, contém nominalmente certos grupos de pessoas, nem sempre muito bem definidos, que são chamados aristocracias”²⁰⁸. Os comentários de Pareto quanto a conceitos como ‘democracia’ e ‘progresso’ são, de certa forma, reveladores desta primeira fase do estudo das elites, também ela fruto do seu tempo — inaugurava-se a época do elitismo como ciência e ideologia (Parry 2005, 19).

O recrutamento, na lógica de Pareto, era imposto pela necessidade de as elites governantes se harmonizarem entre os ‘leões’ e as ‘raposas’ — os primeiros como elemento feudal, ‘aristocrático’, garante da tradição e resistente à mudança; os segundos como “incarnação da ambição burguesa”²⁰⁹. Com algum pesar, Pareto apontava para o aparecimento de mais ‘raposas’ e para o surgimento de ‘leões’ com ambições de ‘raposa’. Porém, se a reacção aristocrática foi tão efectiva durante o tempo que restava de vida ao império, tal devia-se ao facto de a burocracia do Estado partilhar tanto das suas “origens sociais, *ethos* e visão do mundo”²¹⁰. Na época que esteve sob o nosso foco neste capítulo, poderia ser prematuro falar das ‘raposas’, mas, certamente, a última década do século XIX viria a deixar um sabor amargo a despedida — os ‘filisteus’ tinham chegado à ‘sociedade educada’: certamente, as ‘raposas’ rondavam o poder político, sendo ora a presa ora o predador. Mas se algo teve de mudar para que a Autocracia permanecesse, transformações houve que se provariam difíceis de converter ou reverter. Não foram, porém, as Moiras que teceram tal destino na roda da fortuna, mas sim, o curso do programa de modernização.

²⁰⁸ Citado em T. Bottomore (1993). *Élites and Society*. London and New York: Routledge. pp. 3-4.

²⁰⁹ A. Meyer (2010). *The Persistence of the Old Regime — Europe to the Great War*. London and New York: Verso. p. 296.

²¹⁰ *Idem*, p. 303.

V

A Valsa Inacabada

Os crimes e crueldades cometidos na Rússia são terríveis, mas eu estou firmemente convencido que esta revolução terá maiores e mais benéficos resultados para a Humanidade do que a grande Revolução Francesa.

Tolstoy a Ernest Crosby, Carta de 6/19 de Julho de 1905 [original em inglês]²¹¹

Uma valsa. Tanto mais do que um agradável conjunto de notas musicais em compasso ternário... Dançaram-na príncipes, condes e barões nos maiores salões da Europa. Tudo parece começar naquele levitar dançante, numa troca de olhares tão secreta quanto as promessas futuras de quem se tem nos braços. Foi assim que começou para Natasha Rostova e Andrei Bolkonsky, no baile de Ano Novo de 1809, o *début* de Natasha²¹². O começo de uma história de amor geralmente influencia o seu final, mas a valsa de Natasha e Andrei é eterna e cena obrigatória de qualquer adaptação ao grande e pequeno ecrã. É obrigatória precisamente por ser representativa de uma época.

A valsa de que falaremos ao longo deste capítulo, embora metafórica, é também reveladora da sua época, ainda que, contrariamente à partilhada por Natasha e Andrei, seja uma valsa relutante. Uma valsa entre a ‘Tradição’ e a ‘Modernidade’, entre a ‘Estabilidade’ e a ‘Revolução’, entre o ‘Poder’ e a ‘Oposição’, entre o ‘Império’ e a ‘Mudança’. Não podemos deixar de referir que os processos-chave que constituem a crise do império russo eram comuns aos impérios modernos, sendo, pois, de difícil resolução. Todos os impérios europeus tiveram de lidar com a ameaça do nacionalismo, por exemplo, sendo que as taxas de sobrevivência no final da segunda década do século XX eram reduzidas ou nulas (Lieven 2015). Como observado anteriormente, as ideias conservadoras e hierárquicas mantiveram-se na Rússia, dominando a política, a cultura e a sociedade, e estando presentes na maioria das áreas abrangidas pelos tentáculos do governo entre o assassinato de Alexandre II, em 1881, e a Revolução de 1905.

Mas por que razão damos, então, primazia ao estudo dos acontecimentos de 1905 no contexto da nossa análise e não olhamos para os desenvolvimentos ocorridos desde 1914 até (pelo menos) 1917? É certo que os aristocratas russos “dominaram a política

²¹¹ R.F. Christian (ed.) (1978). *Tolstoy's Letters, Volume II: 1880-1910*. London: Athlone Press, p. 649.

²¹² L. Tolstoy (2006). *War and Peace*. London: Penguin Books, p. 500.

antes de 1800 e retiveram a sua importância até 1917”²¹³ e que, correspondentemente, a Revolução de Outubro de 1917 “viu a nobreza desintegrar-se”²¹⁴. Contudo, pretendemos explicar os processos de declínio e não de colapso, que são distintos, ainda que o colapso pareça a continuação lógica do primeiro. Para além disso, como mencionado por Lieven (1992), 1917 parece dominar tudo, ainda que, claramente, não explique tudo. Os acontecimentos de 1917 devem ser vistos, por isso (e em certa medida), como resultado do que tentamos explicar e não como explicação *per se* dos hipotéticos contributos dados pelos dois actores em foco para o declínio do império — e essa é uma das razões pelas quais não julgamos ser de relevância para o argumento incluí-los na nossa análise. Outras razões para abolir 1917 da cronologia da nossa análise prendem-se com a própria estrutura do império. O vácuo de poder inaugurado nos tempos de guerra promoveria, caso integrado nesta análise, o estudo de duas coisas totalmente diferentes. Voltamos, mais uma vez, às questões do declínio e do colapso, uma vez que a causalidade de um e outro tem de ser traçada de forma diferente. A nossa análise tem um ponto final em 1914, precisamente, porque “*No First World War, no October Revolution*”²¹⁵: se a Revolução de 1905 é parte do processo de declínio imperial, 1914 marca o início de processo de colapso do império, que culminaria em 1917.

Porém, é pertinente ver o início do século XX na Rússia como um período de contínua crise revolucionária, ainda que ‘revolução’ dificilmente tenha o mesmo significado nos vários momentos da crise. Quais foram, então, os factores ‘objectivos’ e ‘subjectivos’ — usando a dialéctica de Trotsky — dessa crise? Mais importante ainda: como começa e qual a sua importância para as dinâmicas da aristocracia e da *intelligentsia*?

A fome da mudança

Na segunda metade do século XIX na Rússia houve um compromisso reformista, de forma a evitar acções revolucionárias que pareciam ter entrado em força na sociedade — ou, por outras palavras, introduzir a mudança *por cima*, impedindo que esta surgisse da oposição violenta *por baixo*. A partir de 1881, com o assassinato de Alexandre II, esta

²¹³ D. Lieven (1992). *The Aristocracy in Europe 1815-1914*. London: The Macmillan Press, p. xv.

²¹⁴ M. Rendle (2010). *Defenders of the Motherland — The Tsarist Elite in Revolutionary Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 10.

²¹⁵ R. Service (2009). *The Russian Revolution, 1900-1927*. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, p. 16.

forma de lidar com as tensões em ebulição altera-se, ditando a maneira como o regime e os seus apoiantes olhavam para as cedências e para os perigos das ‘massas’ até 1905. Uma viragem conservadora impunha-se, como já vimos, para a defesa do privilégio, bem como do império. Por isso, todas as cedências no sentido de encorajar a iniciativa pública fora do controlo da burocracia passaram a ser vistas como auxiliares daqueles que “procuravam dismantlar o império e destruir a ordem social estabelecida”²¹⁶.

Porém, a mudança instala-se quando a ineficiência do governo evidencia a necessidade de acção pública. Não podemos culpar apenas as catástrofes meteorológicas de um ano particularmente difícil para um império que os historiadores classificam como ‘agrário’ (Lieven 2015). Ainda que Perséfone possa ter ficado retida por Hades no submundo, é preciso mais do que a ira de Deméter para causar uma fome com as dimensões da ocorrida em 1891 no império russo. Depois da fome, surgiram a cólera e a tifo. O governo, incapaz de lidar com esta situação cujas proporções escalavam a cada momento de inoperância, pediu a ajuda e solidariedade do público que tinha querido silenciar a todo o custo.

Ora, tal inaugura um momento que seria histórico: a estimulação da actividade e debate público, que rapidamente transitou da filantropia para a política (Figs 2014). Efectivamente, a fome começou a perigosa tarefa de politização da sociedade russa como um todo unido contra a miséria humana e a tragédia social. A partir deste ponto, a oposição tornou-se cada vez mais organizada. Todavia, se os factores ‘objectivos’ da crise revolucionária estão já explicados, resta-nos alertar que os ‘subjectivos’ não foram postos em marcha por marxistas nem populistas. O que tornou a fome numa crise revolucionária não foram as revoltas camponesas — que nem estiveram presentes neste período e, ainda que tivessem estado, não representariam uma ameaça real ao czarismo (Figs 2014) — mas, antes, as expectativas das classes altas e a incapacidade de compromisso do governo em relação a estas.

Olhando para trás, numa história que, sendo parte da nossa, não é a nossa, é sempre fácil apontar falhas ou dizer o que devia ter sido feito — com o conhecimento cumulativo da História, todos nós, olhando para trás no tempo com o olhar do nosso século, podíamos ter sido Cristóvão Colombo, Galileu Galilei ou Darwin — e, nessa perspectiva, é talvez simplista dizer que esta teria sido a época ideal para a cedência do caminhar aparentemente lógico para o constitucionalismo. Porém, apesar da politização

²¹⁶ J.F. Hutchinson (1999). *Late Imperial Russia, 1890-1917*. London and New York: Longman, p. 10.

da sociedade, ainda teria sido possível, mesmo com a crise levantada pelas questões sociais que a fome evidenciou, satisfazer os liberais e isolar os revolucionários, como defende Figes (2014). As tensões existiam por todo o espectro político e social, mas a verdadeira promotora do declínio imperial era a tensão entre a cultura pública — ainda que dominada pelos ideais conservadores dos ‘cavalheiros’, como vimos no capítulo anterior — e a Autocracia fechada na sua tradição, recusando uma resposta para as novas exigências políticas que surgiam da ‘sociedade educada’, mais concretamente, dos trabalhos das assembleias locais.

Contudo, “o império sofria tanto de tradicionalismo como de modernidade”²¹⁷: por um lado, a autoridade coerciva do Czarismo era replicada em todos os cantos da grande Rússia, sendo que o governo das localidades permanecia como a maior fraqueza do sistema (Figes 2014); mas, por outro, o sistema em si não conseguia lidar com os ventos de mudança trazidos pelos programas de modernização — o adoptado pelo regime de forma a pôr-se a par das inovações das outras potências europeias e o programa cultural da ‘sociedade educada’.

A rápida modernização ocorrida na década de 1890 tornou este dilema ainda mais evidente. O império precisava de uma economia de mercado moderna, ainda que não soubesse lidar com as mudanças sociais que esta inaugurava, nem com as ameaças que punha ao *status quo*; o império precisava de se industrializar, mas não sabia lidar com os problemas levantados pela urbanização e, muito menos, com as exigências sociais e o potencial de oposição e protesto político que os novos trabalhadores urbanos representavam. A título de exemplo, podemos dizer que o caminho de ferro Trans-Siberiano, figura simbólica da industrialização promovida por Sergei Witte enquanto Ministro das Finanças, tal como o seu programa económico modernizador, “derivavam do seu derradeiro propósito político, a salvação da Autocracia”²¹⁸.

Não só esta mudança social trazida pela industrialização quebrava os laços com o campo que tão importantes eram para a legitimação do Czar, enquanto mito e enquanto figura paternal, como o impacto da modernização trouxe uma nova geração de camponeses mais literada e, por isso, mais propensa à revolta contra a ideia da aldeia patriarcal. Não esqueçamos que, tal como relevado por Figes (2014), as grandes revoluções da Europa contemporânea tomaram lugar em sociedades nas quais a taxa de

²¹⁷ R. Service (2009). *A History of Modern Russia — From Tsarism to the Twenty-First Century*. Cambridge and Massachusetts: Harvard University Press, p. 22.

²¹⁸ J.F. Hutchinson (1999). *Late Imperial Russia, 1890-1917*. London and New York: Longman, p. 21.

literacia rondava os 50%, permitindo a difusão de novas ideias e a aprendizagem de novas capacidades. Também é possível argumentar que os trabalhadores urbanos mais literados eram, tendencialmente, os mais revolucionários, isto porque, sendo as greves a forma de protesto industrial adoptada na década em análise, necessitavam de uma capacidade de liderança e organização que só os mais literados podiam oferecer. Quando as multidões enfurecidas atacaram o pessoal médico no fervor dos problemas levantados pela fome de 1891-2, foi o exército que suprimiu a violência popular, levando os russos mais prósperos, para quem a experiência da fome fora motivadora de oposição face ao regime, a concluir que era a “educação, e não a força bruta, a única forma de parar estas reacções no futuro”²¹⁹. A educação das ‘massas’, ainda que promovida por intenções de preservação e estabilidade, não demoraria muito a revelar os seus perigos para o regime e para a ordem tradicional — saber é poder, e o novo poder adquirido através das ideias transformava-se, inevitavelmente, em oposição.

A fome deu força renovada aos partidos revolucionários, sendo que a capacidade de protesto dos trabalhadores industriais face às suas condições de vida abriu a porta ao marxismo. Porém, é a fome que alarga a base de suporte social destes partidos a profissionais liberais e a alguns elementos da *intelligentsia*, unidos por um compromisso moral. Neste sentido, o marxismo era especialmente apelativo para determinadas facções da *intelligentsia*, que viam no Ocidente um exemplo a seguir e que queriam integrar a Rússia nessa cultura social e política. O marxismo oferecia-lhes uma base de argumentação quase científica, como que uma evolução lógica. É certo que a base de pertença à *intelligentsia* já se tinha ‘democratizado’ nas décadas anteriores, mas, no cenário da fome, isso dificilmente explica a larga conversão a ideais marxistas. A adesão de algumas facções da *intelligentsia* ao marxismo encontra dois paralelos: o período de oposição das *zemstvos* ao governo czarista e a mudança abrupta do realismo para o decadentismo na literatura russa, que entrava na sua ‘Época Prateada’. Estes dois paralelos oferecem, do nosso ponto de vista, melhores explicações para esta adesão ao marxismo de algumas facções ocidentalistas do que, propriamente, a anterior ‘democratização’ ou alargamento da base social da *intelligentsia*.

As assembleias locais (*zemstvos*) já tinham sido uma das forças de oposição ao governo no período das grandes reformas e da sua implementação; porém, na década de 1890 e início do século XX, houve “uma explosão da oposição da *zemstvo*”²²⁰. O governo

²¹⁹ J.F. Hutchinson (1999). *Late Imperial Russia, 1890-1917*. London and New York: Longman, p. 16.

²²⁰ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 208.

pretendia reduzir as potencialidades e possibilidades de governo local, enquanto as mais proeminentes figuras das *zemstvos* procuravam formas de influenciar as políticas do governo, sendo que as suas actividades se expandiram e a sua base financeira se fortaleceu (Polunov 2005, 208). Ainda que a nobreza retivesse uma posição dominante, as *zemstvos* juntavam diversas visões políticas, tendo sido a sua oposição também ela variada. O grupo de oposição mais importante neste contexto é surpreendentemente tradicional; e, se o seu programa parece inicialmente *apolítico*, visto que respeitava os pilares sagrados do Czarismo, certo é que tinha vasto potencial de politização, que se efectivaria no início do século XX. Realçamos o cariz *apolítico* deste grupo de oposição conservador porque defendia a criação de legislação e de um corpo representativo (meramente consultivo) de forma a promover as liberdades *não-políticas* (Polunov 2005, 209) e, ainda que rejeitasse o domínio da burocracia — uma rejeição, de resto, transversal aos grupos detentores do privilégio ‘tradicional’ e reveladora dos medos e aspirações da alta-nobreza e aristocracia hereditárias —, defendia o poder ilimitado do Czar. Sendo o marxismo tão apelativo para os elementos ocidentalistas da *intelligentsia*, o programa exposto por este grupo conservador das *zemstvos* aliciava, não apenas (nem exclusivamente) os membros da *intelligentsia* com raízes nobres, mas, sobretudo, aqueles com uma visão sócio-cultural e política mais de acordo com as ideias eslavófilas.

O protesto aparecia, assim, em forma de petições ao Czar; porém, nem estas nem os círculos informais de debate das *zemstvos* apresentaram resultados satisfatórios e, durante os primeiros anos do reinado de Nicolau II, esta oposição “começou a formar organizações semi-legais e ilegais a uma escala nacional”²²¹, de cariz predominantemente constitucionalista e liberal. Não só esta estratégia conspirativa relembra os jovens (e nobres) ‘heróis’ da Revolta Decembrista, como o seu ideário se deve, sobretudo, à liderança de uma ‘*intelligentsia* liberal’. Esta, surpreendentemente, tendo a mesma base social dos grupos que aderiram aos partidos marxistas: professores, médicos, advogados, engenheiros e outros profissionais liberais (Polunov 2005, 209). Não nos parece, portanto, ser a origem nobre de uns que determina a atracção gravítica pelo marxismo de outros, nem os ideais de uns e outros. É certo que o eslavofilismo era, por excelência, a visão tradicional, mas, como provado pela evolução do movimento liberal e pela mudança da relação entre as *zemstvos* e o governo (Polunov 2005, 209), as ideias eslavófilas podiam ser adaptadas por novos grupos políticos e sociais com propósitos de oposição ao regime.

²²¹ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 209.

Tal como a atracção pelo marxismo não era exclusiva dos membros menos abastados ou de ascendência turva. Basta-nos olhar para Lenine, cujo pai era, nas palavras de Figes (2014), o típico cavalheiro liberal; e também Lenine se voltou para o marxismo aquando da fome. O que nos parece determinar o liberalismo de uns e o marxismo ou radicalismo de outros é, precisamente, o caminho que propunham para a mudança, dividido entre o eslovofilismo e o ocidentalismo; mas, ainda que a sociedade se comesçasse a transformar, certo é que “a estrutura das relações económicas no império russo eram de tipo tradicional”²²² e era nesse contexto que ocorria tanto a oposição como a crise revolucionária desta época.

Tal como defendido, as ideias de mudança em si eram o que determinava a adopção de uma ideologia — sendo que as ideologias só se tornaram coerentes neste período —, mas a estrutura tradicional manteve-se e era dentro dela que os grupos que defendiam as variadas ideologias operavam. Nenhum deles esqueceu a importância dessa estrutura, nem de onde vinha, por mais contrário que pudesse parecer à sua ideologia. Isto porque as ideologias tinham sido criadas ou adaptadas de forma a caberem no espectro de ideias russo, cujos extremos eram, de um lado, o eslavofilismo e, do outro, o ocidentalismo. Até o marxismo foi adoptado de forma a caber nesse espectro, não representando inicialmente uma ruptura com a estrutura tradicional, ainda que promovesse uma mudança revolucionária. Era tudo uma questão de discurso e foi assim que as ideologias se consolidaram na Rússia.

O que queremos dizer com o não rompimento da estrutura tradicional é que, tal como observado no capítulo anterior, estas formas de oposição se enquadram num conceito proto-aristocrático de ‘poder dos melhores’; os mais adequados para liderar as ‘massas’, que incluíam uma ideia específica de ‘povo’ nos seus discursos e lógicas na tentativa de legitimar um mandato popular: uma ideia de povo que, tal como a ideia de nação, é invariavelmente uma ideia da elite, no sentido em que esta “articula interesses que atribui ao povo”²²³. É isso que torna a politização destes grupos, qualquer que seja a sua posição no espectro de ideias russo, e a sua crescente capacidade de organização perigosas para a ordem tradicional e, consequentemente, para o império: a sua dialéctica não rompia com a estrutura tradicional, porém, era iminentemente *moderna*. Essa

²²² R. Service (2009). *A History of Modern Russia — From Tsarism to the Twenty-First Century*. Cambridge and Massachusetts: Harvard University Press, p. 8.

²²³ R. Bendix (1980). *Kings or People — Power and the Mandate to Rule*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, p. 564.

modernidade era impossível de conter, mas, ainda mais problemático, era ser muito difícil para o governo i) perceber que devia oferecer-lhe competição e renovar o seu discurso, de forma a reforçar a base de legitimação do regime, e ii) fazer-lhe frente recorrendo aos mesmos mecanismos, discursos e táticas *modernas*. A Autocracia estava fechada numa ilusão de perpetuidade que já era velha nos tempos de Pedro, o Grande, enquanto que para todos os grupos da sociedade o futuro parecia ser o ‘agora’. A crítica da modernidade pelos aristocratas, tanto como a promoção da modernidade pela via revolucionária, recorria, como já constatámos anteriormente, a ideias *modernas*, adaptando os seus discursos a essa realidade em constante mudança. Os conservadores optavam por estratégias menos violentas, as únicas legais (como as petições), possivelmente pelo facto de estarem, na essência, a favor da Coroa e da tradição e discordarem antes com a forma como algumas linhas do programa de modernização estavam a ser seguidas. Mas, de resto, as estratégias políticas pouco mudavam: até a intelligentsia liberal adoptou “algumas das táticas dos radicais, sendo essa uma característica que a distingue do antigo liberalismo da *zemstvo*”²²⁴.

“Senhores jurados, tendes diante de vós um crime característico deste fim de século, por assim dizer, com todos os traços peculiares da triste decomposição em que se acham hoje em dia os elementos da nossa sociedade”²²⁵, diz o delegado do Ministério Público durante o julgamento que Tolstoy narra no seu último romance, *Ressurreição*, publicado em 1899. O delegado não se fica por aqui e, durante o seu longo discurso de uma hora e um quarto, “falou de hereditariedade e de instintos criminais inatos, Lombroso e Tarde, evolução e luta pela vida, hipnotismo e sugestão, Charcot e a decadência”²²⁶. Um dos acusados era o protótipo do homem russo, outro sofria de uma forma de atavismo, produto da antiga escravidão, outra acusada era ‘vítima da hereditariedade’ e Maslova, a mulher que fora seduzida pelo protagonista Nekhliudov, um cavalheiro, era exemplo da decadência social. Nesta obra, cuja inspiração surgiu a Tolstoy na forma de uma conversa com um amigo juiz, o autor fala da injustiça das leis feitas pelo Homem, descrevendo uma viagem de redenção das personagens principais.

Como constatamos, Tolstoy estava perfeitamente enquadrado nas questões e temas literários da sua época. Apesar da diferença de estilo, que deve ser salvaguardada, já Stevenson tinha abordado a teoria de *l’uomo delinquente* de Lombroso, em *The Strange*

²²⁴ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 211.

²²⁵ L. Tolstoi (1973). *Ressurreição*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, p. 106.

²²⁶ *Idem.*, p. 106.

Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde, numa variação do problema literário do ‘duplo’, sobre o qual também Dostoevsky já tinha escrito. Se olharmos para estes exemplos literários integrados num contexto imperial, vemos que os percursos narrativos traçados pelos autores e o próprio desenho psicológico das suas personagens — não raras vezes representativas da sua ‘classe’ — consubstanciam “o poder do império, mas também a sua vulnerabilidade”²²⁷. As representações da injustiça social, da desordem política e da ‘degeneração’ que envolvem a sensação de mal-estar e declínio (Walkowitz 2003, 142) são especialmente reveladoras tendo em conta que são centrais no último romance de Tolstoy, que foi também um dos últimos ‘romances’ da vaga realista do império russo. Era o fim da ‘Era Dourada’.

A arte e a cultura, argumentavam os precursores da ‘Era Prateada’, devia estar livre dos fardos que a tinham caracterizado até então: a literatura não tinha de ser informativa, não tinha de ser útil e podia ser independente de qualquer moralidade ou compromissos sociais e políticos — *l’art pour l’art*, uma expressão que, embora não tenha sido cunhada por ele, deve a Walter Pater o seu significado comum, graças aos seus *Studies in the History of the Renaissance* (1873). Em suma, esta corrente literária, que tanto é influenciada como influencia o seu tempo, opunha-se à filosofia utilitarista do cenário cultural e literário vigente até então. A ‘Era Prateada’ era, então, dominada por artistas “que viam menor necessidade de abordar questões sociais na sua arte e que, em vez disso, se concentravam em experiências com a forma e em lidar com temas universais da arte”²²⁸.

Esta mudança dos critérios — e sobretudo do estilo — literários não deve ser desvalorizada no contexto da presente análise. O romance social do realismo ‘dourado’ é substituído pela poesia e novelas ‘prateadas’, pois começava a entranhar-se a crença de que “*There is no such thing as a moral or an immoral book. Books are well written, or badly written. That is all*”²²⁹. Talvez por isso, depois de *Ressurreição*, Tolstoy se tenha dedicado até ao fim da sua vida a ensaios e a outros escritos — o romance já não servia o seu propósito moral e social, visto que toda a arte era inútil (Wilde 2007, 4). Ora, tal afectava directamente a *intelligentsia* porque i) uma das ferramentas que tinha utilizado para evidenciar o seu papel social de liderança havia sido, precisamente, a literatura; e

²²⁷ J.R. Walkowitz (2003). “London in the 1880s”. In *Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, ed. Katherine B. Linehan. New York and London: W.W. Norton & Company, 141-145, p. 142.

²²⁸ P. Waldron (1997). *The End of Imperial Russia, 1855-1917*. London: Macmillan Press, p. 100.

²²⁹ O. Wilde (2007). “The Preface”. In *The Picture of Dorian Gray*, ed. Michael Patrick Gillespie. New York and London: W.W. Norton & Company, 3-4, p. 3.

dado que ii) o compromisso moral sempre tinha sido um factor importante de pertença e de união da *intelligentsia*, que via então um dos seus laços mais fortes (o artístico e cultural) esvaziar-se de pretensões morais ou requisitos educativos e sociais.

Defendemos que este ‘vazio moral’ da viragem para o decadentismo e esteticismo promoveu a procura de um novo papel social por parte de algumas facções da *intelligentsia*, sendo que, em parte, nos parece explicativo da atracção pelos ideais marxistas num momento de profunda crise, em que a mudança era necessária e já não seria possível alcançá-la pelos mesmos meios ou ferramentas até então utilizados com engenho e talento. É certo que poucos destes elementos seriam escritores, mas também o é que a literatura realista tinha, como já vimos, legitimado a liderança de uma *intelligentsia*. Era necessário procurar uma nova base, com um potencial tão alargado quanto a literatura o fora, para a legitimidade destas facções. Que a nova base de legitimação tenha sido para alguns grupos a desagregação e a formação de uma facção bolchevik só “demonstra quão agudas se tinham tornado as tensões sociais e políticas”²³⁰. No entanto, é óbvio que esta facção apelava a determinados grupos da *intelligentsia* também, e sobretudo, pelos elementos que incorporava e pelas características que lhe eram inerentes, como a preservação de uma certa tradição populista conspirativa e a crença na capacidade de liderança da *intelligentsia* na senda da noção marxista de desenvolvimento social (Polunov 2005, 218).

1905 – annus mirabilis ou annus horrendus?

O século XX começa mal para a generalidade dos impérios europeus, em parte, devido aos problemas e mentalidades herdados do século XIX. A sensação de mal-estar e declínio (Walkowitz 2003, 142) presente nas obras literárias finiseculares, traduzia-se, então, na instabilidade política e social crescente, acumulando desafios à predominância da elite tradicional (Rendle 2010, 12).

O governo tentou aliviar as tensões do final do século com reformas sociais: em 1897, novas leis laborais que reduziram o dia de trabalho nas fábricas para onze horas e meia; em 1901, a criação de pensões de invalidez para os trabalhadores incapacitados de empresas estatais; a legislação de 1903 responsabilizava os patrões pelos acidentes dos seus trabalhadores, criando novos meios de intermediar as relações entre trabalhadores,

²³⁰ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, p. 218.

padrões e as autoridades (Polunov 2005, 215). Estas medidas não tiveram os resultados esperados pelo governo e este, ao centrar-se nos assuntos dos trabalhadores urbanos, ignorou os problemas do campo, onde ainda se faziam sentir os legados da servidão, sendo que as leis escritas do Estado ainda colidiam com os costumes dos camponeses (Figes 2014, 29).

A animosidade social tinha-se acumulado ao longo de décadas e a incapacidade do governo para lidar com as tensões transformaria um momento agudo de oposição numa revolução. Mas tudo começa antes da agitação sem precedentes tomar o governo de surpresa (Polunov 2005, 219): começa logo no início do prodigioso ano de 1905.

As petições de Janeiro de 1905 pediam ao Czar Nicolau II para destruir o muro que o separava do seu povo. É justo considerar que os milhares de pessoas, lideradas pelo padre ortodoxo Gapon, protestavam em S.Petersburg pelas suas condições de vida, e não por ideais políticos. O líder do protesto era um admirador de Zubatov, responsável policial dos sindicatos, que queria integrar os trabalhadores numa Rússia patriótica, ortodoxa e monárquica, pois considerava que a grande vantagem da Autocracia, quando comparada ao Estado burguês, era que estava acima da classe social e, por isso, não tomava partido na luta de classes (Hosking 1998, 406). O padre Gapon considerava que a Igreja servia melhor os trabalhadores para os seus propósitos sociais do que a polícia. Com este enquadramento, percebe-se que o que estava em jogo neste fatídico dia de 1905 era apelar à bondade e à preocupação do Czar, como Pai do povo russo, e não tentar fazer uma revolução que o afastasse do trono. No entanto, esta manifestação não era completamente desprovida de objectivos políticos: esperava o apoio do Czar, mas não se harmonizava com o governo, considerando que “nenhuma melhoria vinda do governo burocrático conseguiria atingir o seu objectivo (...) os trabalhadores devem lutar para adquirir direitos civis e participação na administração do Estado”²³¹, exigindo uma Assembleia Constituinte com representação popular. Os direitos políticos eram apenas uma forma de atingir o seu objectivo primordial, visto que de outro modo ele parecia impossível de alcançar.

O Domingo Sangrento foi o confronto determinante para a percepção do quão irreconciliáveis eram os dois elementos de construção da nação: o ‘povo’ e o ‘império’. O ‘povo’ — isto é, os trabalhadores e os camponeses — tentou entrar no mundo moderno e urbano da cidadania e da representatividade política, sendo brutalmente detido pelas

²³¹ G. Hosking (1998). *Russia: People and Empire 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 407.

forças imperais. O massacre deste dia simboliza, ainda, o início da queda de um Czar que, ainda que não tenha caído do trono, certamente teve a sua imagem de ‘Pai Misericordioso’ danificada. E mais, o massacre de Janeiro de 1905 representa o início da violência e dos extremos que viriam a ser provados em 1917: os trabalhadores e os camponeses não mais alinhariam em protestos pacíficos, voltando-se para os partidos radicais e revolucionários na demanda da verdadeira resposta às suas ansiedades políticas. Como recordaria um trabalhador de S.Petersburg: “neste dia, nasci uma segunda vez, já não como uma criança que tudo perdoa e esquece, mas como um homem amargurado, preparado para lutar e triunfar”²³².

Os legados de 1905: ‘Deus não mais existe! Já não há Czar!’

A partir deste ponto, é inevitável regressar àquela multidão, àqueles homens e mulheres comuns cuja visão do Czar como um Pai justo e misericordioso, com um poder que emanava directamente de Deus, estava prestes a mudar. O padre Gapon liderava o cortejo, carregando uma cruz que depressa ganharia uma aura de mítica *Excalibur*.

Tiros de advertência soaram da infantaria, enquanto corações batiam em uníssono na adrenalina da mudança. O cheiro a pólvora entorpeceu o sol de inverno daquele domingo. As espingardas estavam voltadas para os manifestantes que se aproximavam do Palácio de Inverno. O Pai a que queriam apelar não se encontrava no palácio, mas como não sabiam disso, com a determinação de quem está protegido pelo desígnio divino, avançaram. O exército abre fogo à multidão e o sangue mancha a razão, incitando a paixão. Perante a surpresa da morte, as pessoas tentaram fugir e a infantaria, em pânico com toda a comoção, continuou a disparar. O padre Gapon, admirado com a reviravolta dos eventos, terá bradado: “Deus não mais existe! Já não há Czar!”²³³.

Embora tal reconstituição pareça verosímil, é certo que não podemos ter certezas quanto às palavras que se atribuem ao padre Gapon. Ainda assim, elas parecem-nos simbólicas, na medida em que transmitem o tom da descrença e da ruptura que marcou o ano de 1905. Os mitos são, por vezes, tão poderosos quanto a realidade e, na Rússia, tal já tinha sido provado anteriormente.

²³² Citado em G. Hosking (1998). *Russia: People and Empire 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 409.

²³³ W. Sablinsky (2014). *The Road to Bloody Sunday: The Role of Father Gapon and the Petersburg Massacre of 1905*. New Jersey: Princeton University Press, pp. 241-3.

Assim, na presente análise, as palavras supostamente ditas por Gapon no meio do massacre do Domingo Sangrento significam que i) o Czar já não tem legitimidade para reinar (Deus, a origem do seu poder, ‘não mais existe’) ii) ao deixar de ser visto como o representante dos interesses do seu povo (as ‘massas’ começavam a descrever no mito *Tsar Dast*, visto que não lhes eram garantidos os direitos que exigiam; desabado este mito, ‘já não há Czar’ como pai justo e misericordioso).

Estes significados explicam, então, as “greves [que] irromperam em muitas partes do país; a agitação camponesa”²³⁴; os soviets de trabalhadores cada vez mais radicais; a maior divulgação de propaganda radical; o terrorismo e os motins, até na Marinha (Blum *et al.* 1967, 229). Para piorar a situação, as “tentativas de suprimir os distúrbios pela força não tiveram êxito inicialmente porque o governo não tinha tropas suficientes ao seu dispor até à conclusão da guerra com o Japão”²³⁵ e as autoridades também não estavam totalmente seguras da lealdade das tropas que estavam em território russo. O fim da Guerra Russo-Japonesa (1904-5) traria largos números do exército russo de volta, mas a humilhação da derrota mudou a sua relação com o governo, ao qual apontavam o dedo por incompetência. A derrota não só transformou esta relação, como ainda acentuou mais o descrédito da monarquia: “o mito da invencibilidade do regime dissipava-se”²³⁶, fazendo emergir das sombras a oposição radical que se mantivera na clandestinidade e que encontrava, então, ainda maior adesão. A Autocracia parecia estar cercada por todos os lados: depois de 1905, nada permaneceria igual.

Os eventos de 1905 também “politizaram as elites”²³⁷, motivando uma maior capacidade de organização e uma mudança de mentalidades, sobretudo no que concerne à acção política. Há três eixos que justificam a urgência que 1905 trouxe a uma ‘reacção’ aristocrática: a) as altas patentes do exército eram, frequentemente, nobres e estavam tudo menos satisfeitas com a derrota frente ao Japão, defendendo que o governo estava a reagir muito lentamente tanto às exigências constitucionalistas e liberais como na supressão dos revolucionários (Rendle 2010, 13); b) a agitação camponesa tanto prejudicava os rendimentos como ameaçava os grandes proprietários aristocratas e, sobretudo, a nobreza proprietária que já se debatia pelo seu modo de vida desde a Emancipação, sendo que

²³⁴ J. Blum *et al.* (1967). *The European World Since 1815: Triumph and Transition*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, p. 229.

²³⁵ A. Polunov (2005). *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe, pp. 219-20.

²³⁶ R. Service (2009). *A History of Modern Russia — From Tsarism to the Twenty-First Century*. Cambridge and Massachusetts: Harvard University Press, p. 14.

²³⁷ M. Rendle (2010). *Defenders of the Motherland — The Tsarist Elite in Revolutionary Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 12.

algumas estimativas sugerem que a propriedade de terras pela nobreza desceu cerca de 14-19%, de 1907 a 1910 (Rendle 2010, 14), como consequência da agitação camponesa; c) pondo-se em causa a legitimidade do Czar, também se ameaçava a tradição, base dos privilégios da aristocracia, por isso havia que mobilizar para defender o regime, sendo criados novos partidos e organizações monarquistas: havia que “unir os nobres para defender os seus principais interesses”²³⁸. Ora, esta união era difícil de concretizar porque, apesar de uma visão geral conservadora em relação ao império, à sociedade e ao *status quo*, a aristocracia, mas sobretudo a nobreza, diferia nas ideias do ‘que’, ‘como’ e ‘quando’ implementar reformas ou responder às exigências populares. Só isso pode explicar o facto de haver mais do que um partido conservador/monárquico e de a nobreza não constituir a maioria percentual dos membros activos desses grupos partidários neste momento em particular (Rendle 2010, 13), o que, certamente, deixaria legados para o período constitucional que se seguiria.

Profundas mudanças sociais tomavam lugar na Rússia, como é evidenciado por Figes (2014): um novo sistema social dinâmico começava a ganhar corpo. A elite, por sua vez, não negou a necessidade de adaptação, com respostas *modernas*, desde a criação de organizações, como a Nobreza Unida, até à de partidos. O carácter ‘moderno’ das suas respostas às transformações e exigências políticas e sociais foi precisamente a sua maior desvantagem. A diversidade de soluções propostas limitava a capacidade de acção da sua organização representativa: a Nobreza Unida. E, ainda que esta não estivesse relacionada com nenhum partido, não podia ser considerada como verdadeiramente independente na representação dos interesses de todo o espectro da classe privilegiada, uma vez que os seus líderes tinham estreitas relações com o regime (Rendle 2010, 16), o que garantiu a sua influência sobre as acções e debates da Nobreza Unida.

O ano de 1905 seria marcante, não apenas como auge da crise revolucionária que assombrava a autocracia desde 1890, mas também para a criação e efectivação dos métodos políticos da elite que, devido à relação de proximidade com a Coroa, mais depressa adoptava estes métodos (organizações, reuniões, publicações) da política e oposição de pós-1905 do que novas ideologias (Rendle 2010, 17). A ausência de uma ideologia pode ser justificada pela diversidade de formas como a elite reagiu aos acontecimentos de 1905: os seus membros tanto criticaram como apoiaram o regime (Rendle 2010, 16). A inexistência de uma ideologia unificadora do grupo privilegiado da

²³⁸ M. Rendle (2010). *Defenders of the Motherland — The Tsarist Elite in Revolutionary Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 14.

sociedade russa — que, à excepção de uma percepção de partilha de identidade, pouco tinha que a pudesse unificar — também pode ter sido motivada pela “omnipotência da polícia política, que se tinha tornado a essência da monarquia russa”²³⁹. Afinal, a aristocracia sempre se ressentira do poder que a burocracia ganhara ao longo do século XIX e, neste período em específico, o olhar atento da polícia política pode ter minado a capacidade (ou vontade) de acção das camadas mais elevadas da nobreza e aristocracia, que tanto tinham a perder caso fossem apanhadas nas teias da oposição ideológica. Nem a aristocracia escapava ao controlo das autoridades, ninguém estava livre de suspeitas: esta forma de segurança imperial tornava-se cada vez mais profissional e sofisticada, afectando a política e, sobretudo, as formas de oposição ao regime czarista através de uma “minuciosa e continua vigilância dos vários aspectos da vida social e política [de forma a] (...) impedir as conspirações para derrubar a ordem estatal existente”²⁴⁰.

Por outro lado, o facto de não haver a adopção de uma ideologia por parte da nobreza pode estar relacionado com a sua forte e essencial dependência quanto à Coroa e a sua necessidade de preservar o *status quo* num contexto de crise revolucionária, que fazia com que os grupos do privilégio tradicional vissem a Autocracia como “a única forma de manter o império multi-nacional russo”²⁴¹, permanecendo leais ao Czar. Esta relação só se alteraria com a Primeira Guerra Mundial, sendo transformada pela percepção por parte da aristocracia e nobreza de que a criação de um Estado mais liberal era crucial para a vitória militar e para a sua própria preservação enquanto elite política e social, o que explica a posterior cooperação com o Governo Provisório (Rendle 2010, 10).

Seja qual for a explicação para a inexistência de uma ideologia unificadora da nobreza e da aristocracia, quer na oposição ao governo quer na sua lealdade intrínseca ao Czar, a mobilização para a criação de partidos e organizações no apoio à monarquia e a entrada no novo cenário constitucional “demonstra a sua falta de confiança no regime”²⁴² como guardião da ordem tradicional.

²³⁹ R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books, p. 307.

²⁴⁰ J. Daly (1999). “The Security Police and Politics in Late Imperial Russia”. In *Russia Under the Last Tsar — Opposition and Subversion, 1894-1917*, ed. Anna Geifman. Oxford and Massachusetts: Blackwell, 217-240, p. 217.

²⁴¹ M. Rendle (2010). *Defenders of the Motherland — The Tsarist Elite in Revolutionary Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 17.

²⁴² *Idem*, p. 17.

Face aos acontecimentos de 1905, o governo de Nicolau II foi “finalmente forçado a reconhecer a imensidão da oposição”²⁴³. A redefinição da identidade política russa (Hosking 1998, 425) era, então, principiada pela percepção cada vez mais clara do perigo de desintegração que dava tom à crise revolucionária. Aconselhado por Witte, o Czar garante um conjunto de direitos civis, anuncia a criação da Duma, com a efectiva função legislativa de aprovar ou rejeitar as leis propostas (e não apenas como órgão consultivo, como tinha determinado em Agosto de 1905) e promete uma expansão gradual desta nova ordem na Rússia (Riasanovsky 1969, 452), no que ficou conhecido como o Manifesto de Outubro. Ora, tais inovações eram completamente contrárias à tradição política russa, para além de serem demasiado ambiciosas; afinal, pretendiam fazer em alguns meses o que outras nações europeias tinham demorado séculos a conseguir (Hosking 1998, 425) – uma monarquia constitucional.

Este novo sistema político denotava sérios problemas do início (Polunov 2005, 223), mas um dos objectivos de tamanha concessão foi desde logo atingido, uma tática tão velha quanto o tempo: dividir para reinar. Os liberais e moderados estavam satisfeitos; os radicais consideravam esta concessão uma ‘esmola’ para acalmar as ‘massas’ e não um compromisso sério de criação de uma Assembleia Constituinte (Riasanovsky 1969, 452). Dividida, a oposição perdia muito do poder que tinha tido até então.

A ideia de uma Assembleia Constituinte não era nova nem o sistema da Duma foi criado à pressa, de forma a acalmar os ânimos. Pode ter sido com essa intenção que foi instituída, porém, a estrutura e o papel atribuídos à Duma foram “o culminar bem-sucedido de um longo processo de debate e discussão dentro das elites social e burocrática da Rússia”²⁴⁴, dado que as ideias modernas do constitucionalismo tinham começado a ser difundidas pela sociedade educada russa desde o final do século XVIII e que o movimento constitucional tinha crescido rapidamente desde a última década do século XIX, em grande parte promovido pelas *zemstvos*.

E a ‘Modernidade’ continuava a valsar nos braços da ‘Tradição’: a 6 de Maio de 1906, o governo promulgou as Leis Fundamentais, que visavam definir juridicamente a

²⁴³ N.V. Riasanovsky (1969). *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 452.

²⁴⁴ J. Morison (1999). “The State Duma: A Political Experiment”. In *Russia Under the Last Tsar — Opposition and Subversion, 1894-1917*, ed. Anna Geifman. Oxford and Massachusetts: Blackwell, 137-152, p. 137.

estrutura do novo sistema político (Riasanovsky 1969, 453). À Duma eram atribuídos importantes funções e direitos legislativos e orçamentais, embora estes fossem circunscritos (Riasanovsky 1969, 453): 1) quase 40% do orçamento de Estado, abrangendo o exército, a corte imperial e os empréstimos do Estado, permanecia fora do alcance da actuação da Duma; 2) os Ministros e todo o ramo executivo só tinham de responder ao Czar, o que gerava falhas na capacidade de responsabilização; 3) o Conselho de Estado, criado por Alexandre I como órgão consultivo, tornava-se — algo inesperadamente — a Câmara Alta da nova Assembleia, tendo exactamente os mesmos direitos e prerrogativas da Duma, o que lhe oferecia um “contra-peso conservador”²⁴⁵. Talvez mais importante ainda fosse o facto de a palavra ‘Autocracia’ ter permanecido nas Leis Fundamentais, o que criava uma confusão conveniente na interpretação da Constituição (Hosking 1998, 426).

O império passava, então, de não ter qualquer representação popular para a prática do sufrágio universal masculino (Riasanovsky 1969, 454), embora o sistema fosse altamente complexo, tendo múltiplos estágios de voto discriminatórios (Hosking 1998, 427). Ainda assim, “os trabalhadores fabris e os camponeses *eram* representados”²⁴⁶.

A Primeira Convenção da Duma, com 497 membros, contraria todas as expectativas optimistas do governo. Os eventos de 1905 já tinham dado pistas suficientes sobre quais seriam os partidos mais votados, caso houvesse eleições livres. Os partidos mais liberais, como os Kadets, já tinham “reconhecido as limitações da sua própria popularidade e respondido com a adopção de políticas de reforma agrária radical”²⁴⁷, apresentando-se-lhes a dificuldade de igualar a atractividade dos Revolucionários Socialistas, dos Mencheviks e Bolcheviks para a maioria do eleitorado (Service 2009, 20). Esta radicalização do programa dos democratas valeu-lhes o maior número de assentos (184) na Primeira Duma (Riasanovsky 1969, 454), seguidos imediatamente por diferentes grupos da esquerda, que detinham 124 assentos parlamentares (Riasanovsky 1969, 454); os restantes dispersavam-se entre a Direita, os grupos nacionais e religiosos e os não-afiliados. Considerando que o grande apoio do governo vinha dos partidos de Direita e dos Outubristas, não é surpreendente que “o governo e a Duma não conseguissem trabalhar juntos”²⁴⁸: as clivagens eram demasiado profundas para que

²⁴⁵ N.V. Riasanovsky (1969). *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 453.

²⁴⁶ G. Hosking (1998). *Russia: People and Empire 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 427.

²⁴⁷ R. Service (2009). *A History of Modern Russia — From Tsarism to the Twenty-First Century*. Cambridge and Massachusetts: Harvard University Press, p. 20.

²⁴⁸ N.V. Riasanovsky (1969). *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 455.

pudessem funcionar de forma produtiva e sem ameaçar o difícil equilíbrio da monarquia. Após setenta e três dias de vida, Nicolau II dissolve a Primeira Duma.

A Segunda Duma também não duraria muito tempo. Era ainda mais esquerdista no seu alinhamento partidário do que a que lhe antecederia (Walsh 1949, 113); o número de deputados camponeses manteve-se e o número de trabalhadores subiu, ainda que também se tenha notado um aumento de deputados de origem nobre (Walsh 1949, 113). Estas características são demonstrativas da polarização das opiniões políticas, um dos aspectos mais impressionantes desta segunda eleição: a Direita e a Esquerda ganhavam terreno ao Centro (Riasanovsky 1969, 456).

O que fazer? Aparentemente, “nenhum sistema político-partidário maduro emergiu da Duma”²⁴⁹ e, dada a desconfiança do governo e do seu par, a câmara alta, quanto às iniciativas reformistas, a Duma apresentava-se como ineficiente (Morison 1999, 150). Havia três hipóteses: abolir a Duma, reduzi-la a um estatuto consultivo ou alterar a lei eleitoral de forma mais vantajosa para o governo. A primeira poderia provar-se fatal para a nova relação que o regime tentava criar com a sociedade, bem como poderia danificar a reputação internacional da Rússia perante os seus aliados e financiadores (Morison 1999, 147). A segunda agitaria calamitosamente os partidos. Sendo que continuar com a mesma lei eleitoral teria tornado uma “relação produtiva entre o regime e a Duma inalcançável”²⁵⁰, só restava a última hipótese, da qual falaremos no próximo capítulo.

A tensão entre as forças de tradição e de modernidade foi como uma valsa por todo o século XIX; uma valsa que permaneceu inacabada porque, na inauguração do século XX, nenhum elemento do par conseguiu liderar os próximos passos, já que ambos se queriam impôr. Na aurora de um novo século, a Rússia “continha uma mistura altamente volátil de riqueza ostensiva e pobreza opressiva; poder e debilidade; atraso e modernidade; despotismo e exigências urgentes de mudança”²⁵¹. Era cada vez mais difícil para a monarquia conciliar, harmonizar e delimitar os elementos ‘modernos’ da sociedade, tal como lhe era cada vez mais difícil influenciar e direccionar os seus apoiantes ‘tradicionais’ (Service 2009, 16).

²⁴⁹ J. Morison (1999). “The State Duma: A Political Experiment”. In *Russia Under the Last Tsar — Opposition and Subversion, 1894-1917*, ed. Anna Geifman. Oxford and Massachusetts: Blackwell, 137-152, p. 149.

²⁵⁰ *Idem*, p. 147.

²⁵¹ A. Wood (2003). *The Origins of the Russian Revolution 1861-1917*. London and New York: Routledge, p. 7.

‘Tradição’ e ‘Modernidade’ — da graciosidade metódica da valsa à dureza estratégica do duelo, representando com precisão a crise dupla com que o império se deparava: “uma crise produzida pelas forças hostis da assertiva modernidade e uma crise produzida pelas forças enfurecidas dos antigos costumes”²⁵². Ainda restava saber se o duelo seria disputado até ao primeiro jorro de sangue ou até à morte, mas o desafio já estava lançado.

²⁵² R. Service (2009). *The Russian Revolution, 1900-1927*. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, p. 16.

VI

No Fim da Linha

Não é possível que, numa sociedade de homens mutuamente unidos, um grupo se possa sentir confortável (...) se é a maioria que sofre. Ajudai, então, a melhorar a posição dessa maioria, e ajudai no que é mais importante: no que diz respeito à sua liberdade e iluminação. Só então a vossa posição poderá ser assegurada e realmente forte.

Carta de Tolstoy ao Czar e aos seus assistentes, 15 de Março de 1901²⁵³

No início do século XX, o povo russo e a *intelligentsia* criaram uma relação de dependência mútua (Hosking 1998, 405). Os acontecimentos de 1905 abalaram profundamente o mito *Tsar Dast*, no qual assentava a legitimidade patrimonial do Czar. O Domingo Sangrento teve, por isso, um enorme impacto na identidade política russa: no limite, levou à necessidade de criar novas instituições. Já abordámos a Primeira e a Segunda Duma. Entre a dissolução da primeira e a eleição da segunda, Stolypin ascendeu ao cargo de Primeiro-Ministro, tendo objectivos claros quanto à Assembleia Legislativa. Este concordava com o constitucionalismo a nível formal, porém, foi-lhe difícil pô-lo em prática de modo benéfico para o seu projecto político. Tentou pressionar o processo eleitoral (Hosking 1998, 432), tencionando enfraquecer a esquerda, contudo, esta acabou por sair fortalecida das eleições para a segunda convocação da Duma. Perante uma Duma radical e hostil às suas reformas, Stolypin acabou por dissolvê-la, tomando precauções para o futuro: mudou a lei eleitoral de forma a garantir a representação desproporcional dos grupos cooperantes com o seu projecto político. Este capítulo pretende, então, averiguar as relações entre a Duma e o Conselho de Estado, no período delimitado entre 1907 e 1914, atravessando a Terceira Duma e um breve período da Quarta, face às novas leis eleitorais e à situação conturbada em que o império se encontrava.

As mutações que descrevemos ao longo dos anteriores capítulos, ocorridas dentro do grupo da *intelligentsia*, representavam um grande perigo no contexto da Monarquia Constitucional e de uma Assembleia Legislativa, sobretudo face às sucessivas respostas da aristocracia no sentido de preservar o seu poder. A base social da *intelligentsia* foi-se alargando e as suas visões radicalizando. Contudo, há questões que exigem clarificação,

²⁵³ L. Tolstoy (1922). *Essays and Letters*. London: Humphrey Milford, Oxford University Press, p. 276.

se pretendermos transpor esta aparente incompatibilidade entre a *intelligentsia* e a aristocracia para o período constitucional russo imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial. É necessária uma descrição do perfil dos membros do Conselho de Estado, bem como averiguar qual a relação entre o *background* pessoal dos representantes na Duma e as suas convicções políticas. Servirá a análise das relações entre a Duma e o Conselho de Estado para caracterizar o último momento da sociabilidade da *intelligentsia* e da aristocracia no contexto de dois processos: o de modernização e o de declínio imperial.

Ignoramos nesta breve análise o Conselho de Ministros, já que os seus valores sociais e políticos estão, de certa forma, representados no Conselho de Estado, pois, como veremos, a Câmara Alta fazia parte do seu percurso.

Repensar a Duma

Tabela 5. As Convocações da Duma

Convocações da Duma	Período de actividade
Primeira Duma	Abril a Junho de 1906
Segunda Duma	Fevereiro a Junho de 1907
Terceira Duma	1907-1912
Quarta Duma	1912-1917

Fonte: Elaboração própria, baseada em informação de Walsh, Warren B. 1949. “The Composition of the Dumas”. *Russian Review*, 8(2): 111-116.

Alguns autores defendem que as mudanças da lei eleitoral estavam previstas pelo Artigo 87º das Leis Fundamentais do Império e outros vêem a alteração da lei por Stolypin como uma violação destas. Para os últimos, as mudanças eleitorais do Primeiro-Ministro podem ser consideradas como um “verdadeiro *coup d’état*”²⁵⁴. Não nos debruçaremos, certamente, nas questões legais, mas, sim, nas alterações que estas provocaram na composição das Dumas subsequentes. Apesar de não se poder afirmar que as duas primeiras convocações da Duma foram verdadeiramente representativas do povo russo, podemos com certeza dizer que estiveram muito mais perto de sê-lo do que a terceira e quarta convocações, resultados de uma assembleia feita por medida através de uma “redução das categorias de sufrágio”²⁵⁵ e de um enredado sistema de *gerrymandering*,

²⁵⁴ W.B. Walsh (1949). “The Composition of the Dumas”. *Russian Review*, 8 (2): 111-116, p. 114.

²⁵⁵ *Idem*, p. 116.

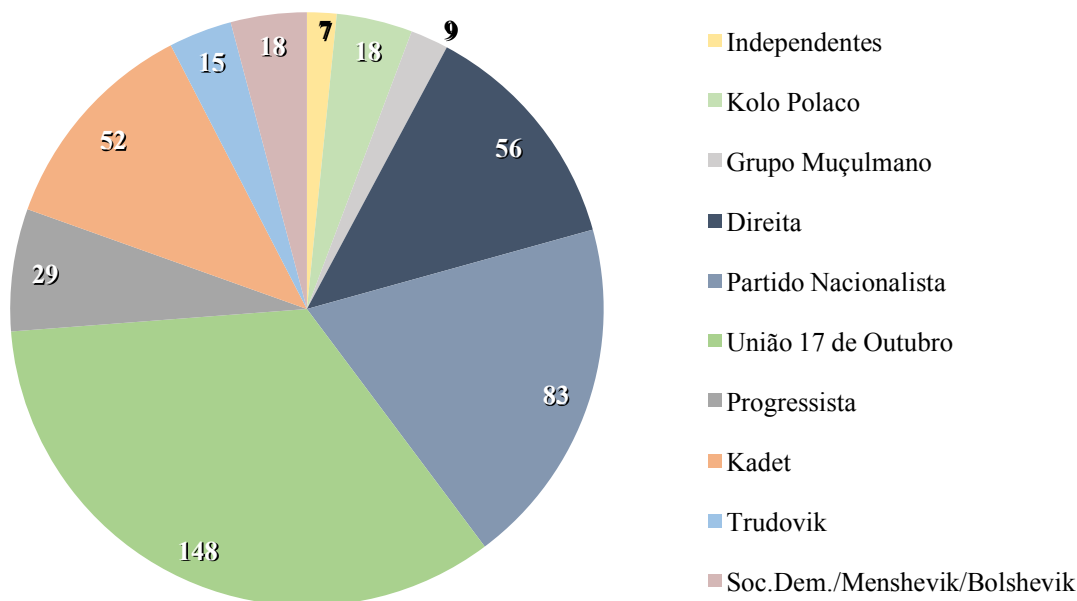
tendo o governo “muitas maneiras de eliminar votantes ou candidatos indesejáveis”²⁵⁶, quer quanto à classe como à etnia (Hosking 1998, 436).

Por isso, relativamente ao período em análise, podemos definir um perfil geral da maioria que integrava a Duma: indivíduos de nacionalidade oficial russa, membros da Igreja Ortodoxa Russa, casados, com idades compreendidas entre os quarenta e sessenta anos e relativamente inactivos quanto à sua participação na Duma (Walsh 1979, 344). Apesar de a delineação deste perfil nos dar algumas informações gerais que são úteis como ponto de partida, são necessárias informações adicionais que exploraremos nos próximos pontos.

Uma vez que nas eleições de 1907 e de 1912, da Terceira e Quarta Duma respectivamente, as práticas eleitorais foram muito semelhantes, iremos explorar a composição da Terceira Duma, pois consideramos que o perfil se manteve, ainda que tenha havido algumas variações, das quais apenas serão referidas as mais significativas.

Origens socioeconómicas dos representantes e preferências partidárias

Gráfico 1. Configuração partidária da Terceira Duma



Fonte: Smith, C. Jay. 1958. “The Russian Third State Duma: An Analytical Profile”. *Russian Review*, 17(3): 201-210, p. 202

²⁵⁶ E.A. Goldenweiser (1914). “The Russian Duma”. *Political Science Quarterly*, 29 (3): 408-422, p. 419.

Representantes talvez não seja a melhor palavra para definir o conjunto de indivíduos que integrava a Duma, uma vez que não representavam o povo, nem num sentido alargado nem num sentido poético de *narod*: os deputados representavam, antes, a “minoría educada russa”²⁵⁷. Esta classe educada dominava a Duma, ainda que houvesse um total de 96 representantes do povo (68 camponeses e 28 trabalhadores urbanos). Esta disparidade pode ser facilmente justificada pela mentalidade camponesa em oposição à do povo citadino: o *mujik* pensava em termos simples e concretos, sendo monárquico no sentido patriarcal do termo. Era, por isso, tradicionalmente mais leal do que os trabalhadores urbanos e, conseqüentemente, menos ameaçador ao novo equilíbrio da Assembleia. Os trabalhadores urbanos perderam interesse na Duma depois das eleições de 1906-7, já que esta não conseguiu estar ao nível das suas expectativas quanto às mudanças sociais que promovia. Todavia, este número de representantes do povo não era, de todo, irrelevante, quando aliado a outras minorias, como os 7 deputados independentes, os 18 membros do Kolo Polaco e os 9 membros do grupo Muçulmano.

No entanto, o total de representantes na Duma era de 435 deputados. Ignorando as minorias étnicas e os independentes, era esta a disposição partidária dos restantes 401 deputados: Direita (56), Partido Nacionalista Russo (83), União do 17 de Outubro (148), Progressistas (29), Kadet (52), Trudovik (15), Sociais-Democratas/Menshevik e Bolshevik (18). Destes, 341 usufruíam de algum tipo de privilégio, mas este número pouco significaria se não ocorressem entre as categorias algumas interpenetrações interessantes: 173 eram detentores de um título hereditário, mas, como já vimos, ter um título e ser proprietário de terras havia deixado de ser sinónimo, e o facto de, no século XX, muitos nobres também terem tido a necessidade de adicionar ao título uma profissão ou ligação aos negócios (Smith 1958, 203) criou algumas sobreposições de categorias interessantes – apenas 7 homens de negócios não possuíam títulos nem propriedades; já 38 dos homens profissionais não tinham terras nem título. Outro grupo bastante significativo era o do clero: 53 padres ortodoxos e um católico, o que demonstra o conservadorismo da Duma.

Apesar de poder ser “conceptualmente útil abandonar a imagem convencional de direita e esquerda”²⁵⁸, consideramos que as diferenças entre estas concepções do espectro

²⁵⁷ C. J. Smith (1958). “The Russian Third State Duma: an Analytical Profile” *Russian Review*, 17 (3): 201-210, p. 201.

²⁵⁸ W.B. Walsh (1979). “Changing Perceptions of the State Duma: Some Personal Retrospections”, *Russian Review*, 38 (3): 339-47, p. 344.

político ajudam a encontrar uma moldura ideológica dentro da qual colidiam as forças de ruptura e de continuidade do império: a Direita, tradicionalmente, agia como força de apoio ao governo czarista, o Centro definia-se pela defesa de um progresso moderado associado às reformas de Stolypin, já a Esquerda era a força de ruptura por excelência, como se viria a constatar entre 1915-17 (Smith 1958, 202). Por isso, julgamos ser relevante para este contexto uma breve análise das preferências partidárias dos grupos acima referidos.

Os nobres que obtinham o grosso dos seus rendimentos a partir das suas propriedades, tendiam, de forma algo surpreendente, para o Centro, contando com 55 membros na União do 17 de Outubro, embora a sua representação nos partidos de Direita (10) e Nacionalista (29) também fosse considerável. Os deputados sem propriedades, homens de negócios e profissionais tinham uma presença quase exclusiva na Esquerda, uma vez que constituem o único grupo não representado nem na Direita nem no partido Nacionalista. Já os camponeses, curiosamente, eram o grupo melhor distribuído na Duma: tanto os poderíamos encontrar no partido da Direita como no partido Trudovik. O clero, pelo contrário, era, previsivelmente, o grupo mais concentrado na Direita. Os 28 trabalhadores urbanos dispersavam-se da seguinte forma: 3 deputados no partido de Direita, 6 no partido Nacionalista, 5 na União do 17 de Outubro, 1 Progressista, 12 Sociais-Democratas e 1 Trudovik. Assim, é interessante constatar que a União do 17 de Outubro era o partido mais heterogéneo, sendo apelativo à maioria dos grupos sócio-económicos.

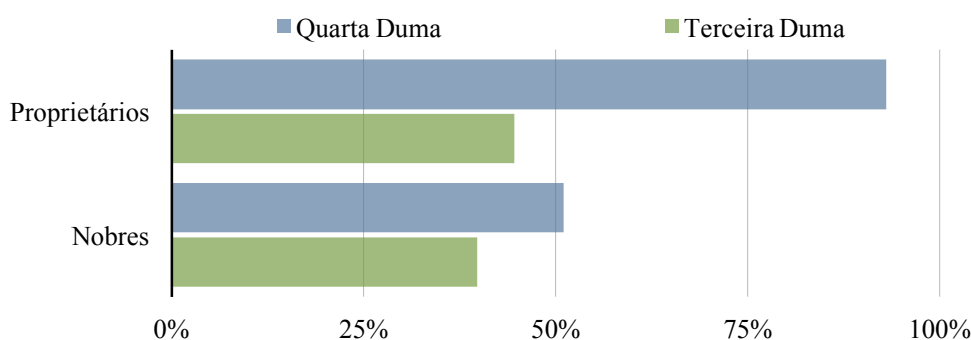
É possível, então, chegarmos a duas conclusões imediatas: i) se *intelligentsia* significar uma relação entre educação formal e pertença a uma profissão, “então claramente a *intelligentsia* russa estava muito dividida nas suas visões políticas”²⁵⁹, o que era previsível tendo em conta as dinâmicas e alterações sofridas pela *intelligentsia* ao longo do século XIX; ii) tanto o serviço na burocracia imperial não fazia com que um deputado fosse deterministicamente nacionalista ou de direita, como a experiência em instituições de governo local não produzia somente Outubristas, Progressistas, Kadets ou Socialistas (Smith 1958, 209). Ao perspectivar estas duas conclusões, é interessante considerar a hipótese posta por Smith, alvitrando que o factor geográfico seja de todos o mais homogéneo: os representantes mais radicais da Terceira Duma vieram das províncias asiáticas do império; foi das províncias ocidentais que vieram os deputados

²⁵⁹ C. J. Smith (1958). “The Russian Third State Duma: an Analytical Profile” *Russian Review*, 17 (3): 201-210, p. 209.

mais conservadores, e as províncias metropolitanas proporcionaram os moderados. Talvez os termos em que esta hipótese foi formulada sejam demasiado genéricos e simplistas, mas não deixa de ser interessante ponderar a importância das preocupações e motivações das províncias deste vasto império para o desenho parlamentar.

A Quarta Duma – uma tendência de continuidade

Gráfico 2. Representação de Nobres e Proprietários na terceira e quarta convocações da Duma



Fonte: Elaboração própria, baseada em informação de Smith, C. Jay. 1958. “The Russian Third State Duma: An Analytical Profile”. *Russian Review*, 17(3): 201-210; e de Walsh, Warren B. 1949. “The Composition of the Dumas”. *Russian Review*, 8(2): 111-116.

Quanto às mudanças entre a Terceira e a Quarta Duma, realçamos primeiramente o enfraquecimento dos deputados camponeses e o “aumento da importância da nobreza e do clero”²⁶⁰. Tal não é surpreendente face às leis eleitorais vigentes: a acentuação da presença das elites tradicionais enfatiza o controlo cada vez mais apertado das forças autocráticas perante o projecto constitucional.

A última convocação da Duma imperial tinha mais representantes da nobreza do que qualquer uma das suas antecedentes - uma maioria absoluta de 51% de deputados pertencia à aristocracia, o que constituía mais do dobro da sua presença na Primeira Duma (Walsh 1949, 115). A propriedade também foi um factor com importância crescente: 93% dos deputados da Quarta Duma declararam ser proprietários de terras, embora o seu valor e dimensão pudessem variar consideravelmente. Foi também a Duma com mais altos níveis de educação: cerca de metade dos representantes possuía um elevado grau de instrução e nenhum dos seus membros era iletrado, o que é facilmente explicado pelo facto de esta convocação ter sido constituída maioritariamente por *le beau monde* russo.

²⁶⁰ E.A. Goldenweiser (1914). “The Russian Duma”. *Political Science Quarterly*, 29 (3): 408-422, p. 420.

As modificações observadas na composição da Terceira e da Quarta Duma, fruto tanto das mudanças reformadoras de Stolypin como das forças de continuidade da tradição, poderão facilmente explicar por que é necessária uma “percepção mudada de quanta cooperação na verdade tomou lugar entre os membros da Duma e a administração”²⁶¹. Todavia, fica provado a partir do ardil eleitoral e da experiência parlamentar que, por mais cuidadosa que fosse a escolha dos deputados da Duma, dificilmente haveria uma classe na qual o governo pudesse confiar uma inquestionável obediência. Um parlamento feito por medida apenas permitia que não houvesse clivagens tão acentuadas entre a Duma e o Conselho de Estado, como veremos no próximo ponto.

O Conselho de Estado

Difícilmente conseguimos responder à questão que permanece: se a Duma era “um verdadeiro corpo legislativo ou meramente consultivo”²⁶². Pode ser considerada como uma instituição híbrida, devido ao imbróglio legislativo. Teoricamente, nenhuma lei era passada sem o seu consentimento, mas a Duma não legislava sem a aprovação daquela que pode ser considerada como uma Câmara Alta, o Conselho de Estado. E, ainda assim, o Czar era o maior e mais constante *veto player*: podia vetar, com toda a liberdade que a Autocracia lhe reservava, as leis propostas. Já os Ministros não eram escolhidos pela Duma nem responsáveis perante esta, havendo uma desresponsabilização do governo, que consumava recorrentes impasses políticos. O governo era, então, “apontado por Nicolau e individualmente responsável apenas perante o Czar”²⁶³, ainda que a *balance of power* entre o monarca, a burocracia, a aristocracia e pequena nobreza não fosse imutável (Lieven 1990, 26).

O Conselho de Estado foi, até ao fim do regime, a mais alta e prestigiada instituição da burocracia russa (Mosse 1979, 240) e é importante, neste contexto, esclarecer que a “relação entre a burocracia e o monarca era de mútua dependência”²⁶⁴. Os membros do Conselho de Estado faziam parte das elites burocrática e militar do

²⁶¹ W.B. Walsh (1979). “Changing Perceptions of the State Duma: Some Personal Retrospections”, *Russian Review*, 38 (3): 339-47, p. 346.

²⁶² C.J. Smith (1958). “The Russian Third State Duma: an Analytical Profile” *Russian Review*, 17 (3): 201-210, p. 201.

²⁶³ M.S. Conroy (ed.) (1998). *Emerging Democracy in Imperial Russia: Case Studies on Local Self-Government (The Zemstvos), State Duma Elections, the Tsarist Government, and the State Council before and during World War I*. Niwot: University Press of Colorado, p. 13.

²⁶⁴ D. Lieven (1990). *Russia's Rulers Under the Old Regime*. New Haven and London: Yale University, p. 26.

império, eram nomeados pelo Czar no final da carreira pública activa, tanto com funções políticas como honoríficas, sendo que a posição de membro era vitalícia²⁶⁵. Apesar do compromisso vitalício, a idade avançada dos membros do Conselho assegurava um *turnover* rápido, ainda que o perfil pouco mudasse.

Como esta breve descrição faria prever, 90% dos membros do Conselho de Estado pertenciam à nobreza hereditária (Lieven 1990, 27). Ainda que esta esmagadora maioria denuncie imediatamente uma visão política conservadora e homogénea, há outros elementos que poderão explicar com maior rigor um Conselho avesso à mudança.

O perfil da elite

Dos 215 membros do Conselho de Estado, apenas 28, o equivalente a 13%, não pertenciam à Igreja Ortodoxa, o que não seria de admirar, pois a Ortodoxia era indissociável da Coroa, tendo-se tornado, desde o *Dukhovnyi Reglament* de Pedro, o Grande, “um ramo comum da burocracia do Estado”²⁶⁶. Por isso, professar este credo indica, não só, a importância inegável que o serviço ao Estado teve para a elite tradicional, como algo ainda mais profundo e intangível: a lealdade que tinha para com o Czar. Não é, então, de estranhar que estes 13% correspondessem a uma minoria étnica das províncias mais críticas do império. Quanto aos grupos étnicos, seria interessante averiguar quais não tinham representação, mas tal afigura-se-nos impossível e irrelevante na presente análise. No entanto, realçamos que a minoria nobre mais indistinta da elite tradicional era a ucraniana, uma vez que partilhava laços que dificultam o apuramento quantitativo: eram também eslavos e ortodoxos, embora não-russos.

Se a Terceira e a Quarta Dumas foram constituídas por uma franja considerável do *le beau monde* russo, o Conselho de Estado era *la crème de la crème* da alta-sociedade, uma vez que, ao pressupor um outro estatuto, tinha uma percentagem muito maior de membros da antiga nobreza russa. Os nobres de famílias cuja antiguidade remonta a tempos anteriores a 1600 representavam entre 32% a 35% do Conselho de Estado. Apesar de a hereditariedade russa ser muito diferente da que se verificava na aristocracia da Europa Ocidental, na prática, havia uma relação entre antiguidade e riqueza, sendo estes nobres mais ricos e possuindo mais terras do que outros membros da *ruling élite* do

²⁶⁵ W.E. Mosse (1979). “Aspects of Tsarist Bureaucracy: Recruitment to the Imperial State Council 1855-1914”. *The Slavonic and East European Review*, 57 (2): 240-55, p. 240.

²⁶⁶ R. Pipes (1995). *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books, p. 222.

império²⁶⁷. Ora, tal evidencia que o poder político continuava a estar intimamente relacionado com o título.

Podíamos considerar um príncipe como um magnata aristocrata, porém, o mesmo não acontecia com outros títulos. Se um príncipe pertencia à aristocracia hereditária e normalmente possuía vastas propriedades e riquezas; se um conde, mesmo que oriundo de uma família recentemente enobrecida, tinha em seu favor uma íntima relação com o serviço ao Estado; um barão ou qualquer nobre que fizesse anteceder o apelido por *von* estava condenado ao estatuto de não-russo. Todavia, ignorando os membros provenientes das províncias do Báltico, os príncipes e condes do Conselho de Estado podiam indicar a antiga e ilustre ascendência, bem como a pertença a uma elite política, social e económica a que chamamos aristocracia russa.

Tal como na *House of Lords* do parlamento inglês a formação preponderante era a de Oxbridge, também no Conselho de Estado russo podemos encontrar quatro instituições onde os jovens da elite eram educados – “Corps des Pages e a Escola de Alferes da Guarda e *Junkers* da Cavalaria, ambas instituições militares, juntamente com o Lycée Alexander e a Escola de Leis, que eram internatos civis”²⁶⁸. O ingresso nestas prestigiadas instituições pressupunha, de facto, um estatuto social herdado, mas, para os que não o tinham e ainda assim conseguiam entrar nestas escolas, tal constituía uma fórmula garantida de ascensão social. Tanto os membros de famílias nobres antigas como os filhos dos altos funcionários do Estado frequentaram estas escolas – 52,9% dos membros da antiga nobreza presentes no Conselho de Estado frequentaram estas prestigiadas instituições e 60,7% dos funcionários ao serviço do Estado também lá estudaram. Porém, se nos pontos anteriores encontrávamos uma correlação entre a propriedade, a antiguidade da família, os títulos e a pertença a uma elite de serviço (Lieven 1990, 52), é interessante constatar que esta não se verifica quanto à questão da educação, uma vez que os grandes proprietários do Conselho de Estado claramente se distinguem por não terem entre os seus membros tantos alunos destas instituições de referência. Uma resposta pode ser avançada resumidamente. Não nos esqueçamos que estes homens, como todos, eram fruto do seu tempo. Desde os anos de 1830 que muitas escolas profissionais e técnicas foram sendo fundadas e, como resultado, na década de

²⁶⁷ D. Lieven (1990). *Russia's Rulers Under the Old Regime*. New Haven and London: Yale University, p. 45.

²⁶⁸ D. Lieven (1990). *Russia's Rulers Under the Old Regime*. New Haven and London: Yale University p. 52.

1890 havia já 52 instituições de ensino superior por todo o Império, frequentadas por cerca de 25.000 estudantes (Pipes 1995, 263). Os proprietários poderiam não frequentar as instituições das elites militares, intelectuais e sociais, mas podiam facilmente ter estudado nas Universidades de St. Petersburg ou de Moscovo. É essa a conclusão de Mosse (1979), apurando que estes membros estudaram maioritariamente Direito nas novas Universidades.

Tabela 6. A Burocratização do Conselho de Estado

Serviço	Membros CE
Ministério do Interior	65
Departamento Judicial	55
Ministério das Finanças	19
Chancelarias	30
Ministros e Ex-Ministros	63

Fonte: Elaboração própria com base na informação de Lieven, Dominic. 1990. *Russia's Rulers Under the Old Regime*. New Haven and London: Yale University Press, pp. 68-80

Quanto às carreiras dos membros do Conselho de Estado encontramos “um número de grupos distintos, embora sobrepostos”²⁶⁹. Apesar de duas instituições prestigiadas terem um cariz militar, constatamos que uma das maiores tendências desde os tempos do Czar Alexandre II foi de declínio do número de nobres militares, ou seja, houve uma crescente desmilitarização do Conselho (Mosse 1979, 242), que poderá ser explicada pelas transformações na entrada e progressão na carreira militar, introduzidas aquando da derrota na Guerra da Crimeia, e subseqüentes reformas legais e administrativas. A experiência de governo local e a carreira diplomática eram, por isso, populares entre os mais ilustres membros do Conselho de Estado. Observa-se, todavia, uma crescente ‘burocratização’ do Conselho: para além dos 65 membros que trabalharam no Ministério do Interior, podemos encontrar 104 membros que serviram no Departamento Judicial (55), no Ministério das Finanças (19), bem como aqueles cuja carreira transitava entre a Chancelaria do Estado e a Chancelaria do Conselho de

²⁶⁹ D. Lieven (1990). *Russia's Rulers Under the Old Regime*. New Haven and London: Yale University, p. 64.

Ministros (30). Dos 55 membros do primeiro, a média do tempo de serviço era de 23,6 anos, o que demonstra que eram especialistas, podendo passar toda a sua carreira num único ministério (Lieven 1990, 72-83); quanto ao Ministério das Finanças, o grau de especialização era equivalente. Mas é o sub-grupo daqueles que andavam entre Chancelarias que se aproxima de um “verdadeiro mandarinato da Rússia imperial”²⁷⁰ – eram funcionários altamente especializados, que desempenhavam um papel determinante para a burocracia do Estado.

Não obstante, os membros do Conselho de Estado mais significativos a nível político eram os 63 indivíduos que passaram pela carreira ministerial. Detinham as pastas ministeriais por um tempo, em média, inferior a 4 anos, e a sua idade quando nomeados ministros era de 53,7 anos, muitos deles pertencendo ao Conselho de Estado *ex officio* (Mosse 1979, 251). Há uma “proporção quase estática de proprietários hereditários entre os ministros”²⁷¹ e a dimensão das propriedades possuídas é maior do que a média dos restantes membros do Conselho, ainda que o seu estatuto social fosse ligeiramente inferior ao da maioria dos 215 membros (Lieven 1990, 80-1).

Podemos deduzir, então, que a elite burocrática do Conselho de Estado era constituída por um grupo heterogéneo. Para isso contribuíram as políticas de nomeação individual pelo monarca, bem como os efeitos da Revolução de 1905.

O Nacionalismo (1909-1914)

Para este último ponto, consideramos pertinente referir a ‘russificação’ crescente dos membros da Duma e do Conselho de Estado. Este ponto é crucial para compreender a convergência para a qual ambos caminharam, tendo Stolypin como guia. Este dependia da União do 17 de Outubro na Duma e, em maior escala, do bloco central do Conselho de Estado para legislar, ou seja, para concretizar os seus abrangentes planos de reforma. Ao constatar que o Conselho de Estado tinha posições cada vez mais conservadoras, com o objectivo de preservar o seu estatuto e poder tradicional, “(...) Stolypin abraçou o nacionalismo russo como estratégia de governação novel e necessária para um império

²⁷⁰ D. Lieven (1990). *Russia's Rulers Under the Old Regime*. New Haven and London: Yale University, p. 83.

²⁷¹ W.E. Mosse (1979). “Aspects of Tsarist Bureaucracy: Recruitment to the Imperial State Council 1855-1914”. *The Slavonic and East European Review*, 57 (2): 240-55, p. 252.

moderno”²⁷², de forma a promover um conjunto de políticas que se enquadravam no programa de modernização do regime. Estas políticas “criaram efectivamente uma nova maioria no Conselho de Estado”²⁷³ e também na Duma, apesar da importância desta ser menor, dados os trâmites legislativos que já explorámos. A questão do nacionalismo permitiu que tanto a Duma como o Conselho de Estado se organizassem como uma legislatura efectiva (Korros 1998, 371), sendo que as políticas defendidas por Stolypin eram representativas de “um número substancial de russos que possuíam o direito de voto”²⁷⁴.

Ainda que se tentasse antecipar às teorias da conspiração, algumas reais e outras mera sensação persecutória, Stolypin foi assassinado em 1911, em Kiev. A crise política já se manifestava há algum tempo, porém acentuou-se depois do desaparecimento deste elemento unificador (Rogger 1966, 96). Uma nova oportunidade de aproximar a sociedade educada e o regime viria apenas com o começo da Primeira Guerra Mundial, que “tornou mais importante que nunca induzir a cooperação entre os vários estratos sócio-económicos”²⁷⁵ – período durante o qual se apelou ao patriotismo de todos os cidadãos do império. Mas, como diria Milan Kundera, relativamente à teoria do eterno retorno, “há uma enorme diferença entre um Robespierre que apareceu uma única vez na História e um Robespierre que eternamente voltasse para cortar a cabeça aos franceses”²⁷⁶ – no caso do império russo, certamente não se repetiria uma Guerra Patriótica como a que criara mitos e heróis em 1812.

A falha do Constitucionalismo russo como o princípio do fim?

Alguns autores, sobretudo os primeiros a tratar o tema da Monarquia da Duma, perspectivam o constitucionalismo russo como uma experiência que poderia ter resultado, caso o destino não tivesse empurrado a Rússia para a Primeira Guerra Mundial. Se é verdade que o grande malogro deste sistema não era previsível até 1912 (Walsh 1979,

²⁷² J. Sanborn (2014). “Capítulo 5: O Império Russo”. In *Impérios em Guerra 1911-1923*, eds. Robert Gerwarth e Erez Manela. Lisboa: D. Quixote, p. 185.

²⁷³ A.S. Korros (1998). “Nationalist Politics in the Russian Imperial State Council: Forming a New Majority 1909-1910”. In *Emerging Democracy in Imperial Russia: Case Studies on Local Self-Government (The Zemstvos), State Duma Elections, the Tsarist Government, and the State Council before and during World War I*, ed. Mary Schaeffer Conroy. Niwot: University Press of Colorado, p. 368.

²⁷⁴ A.S. Korros (2003). *A Reluctant Parliament: Stolypin, Nationalism, and the Politics of the Russian Imperial State Council, 1906-1911*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, p. 179.

²⁷⁵ G. Hosking (1998). *Russia - People and Empire 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 449.

²⁷⁶ M. Kundera (1986). *A Insustentável Leveza do Ser*, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 7.

345), também o é que “o novo sistema constitucional tinha já por 1914 demonstrado a sua incapacidade para induzir uma cooperação duradoura entre o governo e a sociedade ou para realizar sérias reformas”²⁷⁷. Por isso, perceber as suas falhas implica compreender, para além das ligações entre os membros da Duma e do Conselho de Estado, as relações estabelecidas entre a aristocracia e a *intelligentsia* durante os períodos da crise revolucionária e as alterações trazidas pela Monarquia Constitucional – a segunda tendo sido eliminada da Duma, de forma subtil em 1907 e de forma mais explícita em 1912, permitindo, assim, *le grand finale* da concorrência destes dois elementos. Na prática, nenhum deles se mostrou eficiente em matérias de representação, formal ou informal, dos povos do império, sobretudo no crepúsculo da Primeira Guerra Mundial. Em vez de permitir um diálogo, a Duma enfraqueceu a relação de dependência que a *intelligentsia* tinha estabelecido com o povo, o *narod* que clamava representar.

Apesar de o parlamento russo constituir um ajustamento entre o que Arno Mayer (2010) designa como ‘elementos feudais’ e a modernidade, percebemos que a aristocracia reteve enorme importância na implementação do programa de modernização do governo; já a *intelligentsia* não conseguiu adaptar-se às mudanças que os acontecimentos de 1905 provocaram: o *narod* impulsionado pela *intelligentsia* no século XIX não era o povo de 1905, nem representava as suas aspirações e preocupações. As mudanças sofridas nas formas de protesto da *intelligentsia* no início do século XX são reveladas por uma diminuição da produção intelectual e literária no mesmo período. Tolstoy denunciaria esta incapacidade, no final da década de 1890: “A literatura foi outrora uma folha em branco, que agora está toda escrita. É preciso virá-la ou arranjar outra”²⁷⁸. Esta inaptidão é visível na política através das acusações de Struve, na colecção de artigos *Vekhi*, de que a acção da *intelligentsia* foi uma inegável “contribuição para a falência política do país”²⁷⁹, sobretudo no que diz respeito às questões levantadas pela Primeira Guerra Mundial. Esta é mais uma prova de que a abordagem da *intelligentsia* foi inadequada, tendo em conta a polarização política da sociedade, ocorrida desde a Primeira Duma: utilizar a guerra como meio de união entre si e o *narod*, bem como de afirmação da nação, não resultaria novamente, mais de cem anos após o confronto entre Kutuzov e Napoleão.

²⁷⁷ G. Hosking (1973). *The Russian Constitutional Experiment: Government and Duma, 1907-1914*. London: Cambridge University Press, p. 215.

²⁷⁸ [Tradução livre do original: “Литература была белый лист, а теперь он весь исписан. Надо перевернуть или достать другой”] L. Tolstoy (1953). *Obra Completa*, Vol. 53, Moscovo, p. 307/ Толстой Л. Н. Полн. собр. соч., т. 53. М., 1953, с. 307.

²⁷⁹ G. Hosking (1998). *Russia - People and Empire 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 446.

Não devemos, porém, desprezar a intervenção política da *intelligentsia* leviamente. Apenas constatamos que, mesmo havendo Duma, este grupo continuou a ter uma oposição marginal, já que continuou a não ocorrer nas instituições políticas. Num contexto formal, o confronto entre os diversos (e, por vezes, contraditórios) programas de mudança da *intelligentsia* e a defesa da tradição da aristocracia não aconteceu até à Primeira Guerra Mundial, já que, de uma forma deliberada, a composição da Duma, na terceira e quarta convocações, foi convergindo com a do Conselho de Estado. Ainda que este tenha sofrido alterações estruturais aquando da primeira convocação da Duma, considerámos pertinente analisar as informações referentes ao Conselho de Estado desde o início do reinado de Nicolau II, uma vez que essa delineação geral enfatiza que, apesar das transformações na forma, o perfil dos seus membros, tirando pequenas variações, se manteve.

Tal como Anna Karenina não compreendeu que vislumbrava o seu trágico destino quando um simples trabalhador pereceu na linha férrea aquando da sua chegada a Petersburgo²⁸⁰, também os membros da assembleia imperial não entenderam que a ausência dos seus oponentes contribuiria para acelerar o declínio do Império, representando, paralelamente, o vazio que estaria reservado à elite tradicional czarista num novo regime. O último comboio para a modernidade seria, então, tomado de assalto, na estação do fim de linha do império.

²⁸⁰ L. Tolstoy (2010). *Anna Karenina*. London: Penguin Books, pp. 64-5.

Conclusão

“Vós sois a Rússia de ontem. Eu sou a Rússia de hoje. Mas nem vós nem eu podemos dizer o que será a Rússia de amanhã”²⁸¹, declarou o delegado soviético, Gorotchenko, ao grão-duque, antigo assessor do Czar, em 1933. De facto, Gorotchenko dificilmente saberia que a 17 de Julho de 1998 se celebraria o funeral da família real na Catedral de Pedro e Paulo, em São Petersburgo. Ou que nos anos 1950 o mito imperial ecoava em Ingrid Bergman como a princesa Anastasia desaparecida. Ou sequer que a geração nascida na última década do século XX viveria já com a verdade e com o mito — enquanto as celebrações fúnebres fizeram voltar o Czar, a sua família e o seu mundo à história oficial russa, um filme de animação retomava a narrativa da *Anastasia* interpretada por Bergman, aproximando uma nova geração de um tempo, ideias e personalidades que pareciam já tão distantes.

A aristocracia e a *intelligentsia* deram diferentes contributos ao seu tempo e ao futuro, embora a sua origem fosse a mesma. Nos tempos de Pedro, o Grande, a aristocracia ficou dependente da figura do czar, através de uma lógica de serviço, que passou a incorporar a sua distinção enquanto grupo privilegiado e que, embora fosse abolida entretanto, continuou a ter um papel fundamental para uma identidade aristocrática. A incapacidade de transformar esta aristocracia de serviço numa classe nobre, não só perpetuou a sua dependência face ao Estado, como, simultaneamente, trouxe um vazio momentâneo ao papel social que pretendia ou se via desempenhar. A sua redefinição, no final do século XVIII e no início do XIX, promoveu entre a aristocracia uma sensação de dever moral, uma percepção de que o objecto do seu serviço deveria ser “transferido do Estado para o povo ou nação russos”²⁸², o que se provaria como um terreno fértil para o crescimento de uma *intelligentsia* de origens nobres, que se via como representante do povo e em oposição à Autocracia. Tanto a base do carácter de oposição da *intelligentsia* como a percepção de uma necessidade de protecção da ordem tradicional por parte da aristocracia residem, como constatámos ao longo desta análise, na verdade e no mito da Revolta Decembrista, de 1825.

O potencial de oposição política da *intelligentsia* ganharia forma durante o reinado de Nicolau I, devido a i) um programa reformista que, embora cauteloso e limitado,

²⁸¹ Citado em J. des Cars (2015). *La Saga des Romanov*. Paris: Perrin, p. 27.

²⁸² D. Smith (2013). *Gente do Passado — Os Últimos Dias da Aristocracia Russa*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, p. 39.

iniciou o debate sobre as mudanças necessárias e a sua possível execução; ii) à ambiguidade das políticas do governo e à disciplina militar imposta à sociedade; iii) ao processo de burocratização. No entanto, como observámos, os caminhos e resoluções que os vários grupos da *intelligentsia* propunham para a mudança variavam bastante entre si, desde a reforma até à revolução.

Assistimos a uma transformação significativa aquando da época das Grandes Reformas. Estas foram pensadas pela ‘burocracia iluminada’ que nascera do processo de burocratização, no entanto, a aristocracia manteve uma grande influência, não só na criação das reformas, como na sua implementação. As reformas, bem como o processo de crescente profissionalização da burocracia, são vistos por outros autores como evidências para o declínio da aristocracia. Todavia, tal como defendemos, a aristocracia soube adaptar-se às transformações sociais e políticas através da retenção de poder e influência, sobretudo, nas esferas da educação e da cultura: se há uma tendência de declínio quanto à posição da aristocracia no período pós-Emancipação, será enquanto grupo proprietário de terras e não em termos de influência e/ou poder nas esferas referidas. A aristocracia era, assim, parte integrante desta modernização económica, perpetuando a influência dos valores tradicionais na sociedade. O referencial ‘aristocrático’ continuaria, então, a servir os discursos e ideias de liderança da *intelligentsia*, mesmo quando a sua base social se alargou e ‘democratizou’. No entanto, o alargamento da *intelligentsia* e a sua presença na ‘sociedade educada’ gerou uma reacção aristocrática, bem como o facto de os espaços por excelência da ‘sociedade educada’ serem dominados por valores e lógicas aristocráticas levou, em parte, à radicalização dos discursos de determinadas facções da *intelligentsia*. Ambos criticavam o processo de modernização levado a cabo pela burocracia e o governo czarista, uns pelo facto de este pôr em risco elementos da ordem tradicional e outros por defenderem transformações mais profundas.

A última década do século XIX marca o começo de um alargamento do protesto à aristocracia, que duraria por toda a crise revolucionária do início do século XX. Este protesto não era, porém, suportado por qualquer ideologia, muito menos se opunha à autocracia; no entanto, demonstra que a aristocracia também criou novas exigências em relação ao Estado, o que evidencia a sua adaptação aos tempos e a um programa da modernidade paralelo ao Estado autocrático. Com os acontecimentos de 1905 as elites politizaram-se (Rendle 2010, 12) e a sua mobilização para a criação de partidos e organizações de apoio à monarquia e de defesa do privilégio, ainda que distantes de

unificar a aristocracia, “demonstra a sua falta de confiança no regime”²⁸³ como guardião da tradição, o que viria a alterar a sua relação com a monarquia no crepúsculo da Primeira Guerra Mundial. Na transição para a Monarquia Constitucional, as opiniões também se dividiram, correspondentemente às diferentes mudanças defendidas por grupos e partidos — os liberais e moderados estavam satisfeitos²⁸⁴, os conservadores desconfiados e os radicais descrentes na Duma como caminho para a transformação efectiva da sociedade e da política russa. Todavia, este passo para a Monarquia Constitucional, que constituiu um alargamento do programa de modernização oficial, conseguiu deter temporariamente o programa modernizador da oposição, uma vez que, dividida, esta perdeu muito do poder (Riasanovsky 1969, 452), o que é exemplificado pelo boicote recomendado pelo Partido Socialista Revolucionário à participação camponesa nas eleições da Primeira Duma²⁸⁵. Apesar deste boicote, a representação camponesa na Primeira e na Segunda Duma evidenciou a incapacidade de harmonizar o regime — que se mantinha autocrático na sua essência (Hosking 1998, 426) — com uma assembleia representativa. No esforço para preservar a Autocracia e manter a ideia de Monarquia Constitucional, a lei eleitoral foi alterada de forma a que a Assembleia Legislativa representasse “desproporcionalmente aquelas classes sociais dispostas a cooperar com o seu programa de reformas”²⁸⁶, medida que foi apoiada pela organização da Nobreza Unida, uma vez que, com a lei da representatividade restringida em seu favor, a aristocracia podia dominar ambas as câmaras da Assembleia (Hosking 1998, 432).

O novo perfil dos membros da Duma, o conservadorismo do Conselho de Estado e a ausência de representantes da oposição à Autocracia na Terceira e na Quarta Duma marcaria a última etapa do declínio imperial. Com a mudança eleitoral, o governo tinha uma Duma cooperante (Riasanovsky 1969, 457), mas, graças a isso e às dissoluções da Assembleia representativa, tinha também polarizado a opinião política, aumentando o descontentamento do povo e daqueles que se consideravam como os seus representantes — uma grande parte da *intelligentsia* moderada e toda a *intelligentsia* radical — face ao retrocesso para a falta de representatividade do povo, e do que era considerada como sendo a sua vontade, nas instituições políticas.

²⁸³ M. Rendle (2010). *Defenders of the Motherland — The Tsarist Elite in Revolutionary Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 17.

²⁸⁴ N.V. Riasanovsky (1969). *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press, p. 452.

²⁸⁵ G. Hosking (1998). *Russia: People and Empire 1552-1917*. London: Fontana Press, p. 427.

²⁸⁶ *Idem*, p. 432

O potencial de oposição que a aristocracia havia demonstrado no período pós-napoleónico culminou numa revolta exclusivamente nobre; contudo, o seu fim e esmagamento levaria à formação de uma elite cultural — a *intelligentsia* — que, embora partilhasse as suas raízes e grande parte de valores e mentalidades com a aristocracia, se autonomizava desta através da sua ideia de protesto, em clara oposição ao regime autocrático e à ordem tradicional. Porém, o potencial de oposição da aristocracia continuou a ter ecos quer no programa de modernização do governo como no programa cultural da modernidade promovido pela *intelligentsia*. Na nossa análise, evidenciámos este potencial através da descrição da reacção da aristocracia ao programa reformista de Nicolau I, ao seu papel na aplicação das Grandes Reformas e na sua crítica à modernidade que visava preservar a tradição e contrariar as propostas de mudança defendidas por diversas facções da *intelligentsia*. Esta, tanto na sua visão ocidentalista como eslavófila, via a aristocracia tradicional como estando destinada a desaparecer para ser substituída por uma nova aristocracia do mérito e com legitimidade na representação dos interesses do povo.

A reacção aristocrática foi, por tudo o que descrevemos, uma reacção totalmente integrada na modernidade, surgindo devido i) ao monopólio restrito do poder político da autocracia; ii) às próprias origens da aristocracia, com carácter predominantemente de serviço (Becker 1985, 57); iii) ao sentido corporativista desenvolvido pela nobreza durante a segunda metade do século XIX (Waldron 1997, 88); iv) ao isolamento, da aristocracia e da *intelligentsia*, como forma de preservação dos seus valores críticos (Mayer 2010, 281); e v) à ‘remobilização’ da velha ordem (Mayer 2010, 282) através de um conjunto de ideias dominantes e a reconversão de discursos aristocráticos.

Impõe-se, então, uma resposta à pergunta com que guiámos esta análise: ‘De que forma as relações entre a aristocracia e a *intelligentsia* e as suas reacções face ao processo de modernização política e social, no contexto de um Estado czarista autocrático, contribuíram para o declínio do império russo?’. Como constatámos, o programa de modernização do Estado czarista visava manter a posição do império russo como potência europeia, promovendo as inovações necessárias para que este pudesse competir com os seus semelhantes europeus. Ora, esse programa originou novas exigências sociais e políticas, porque os avanços técnicos, económicos, legais e administrativos criavam novas necessidades e aspirações numa ordem tradicional que parecia estar desfasada dessa modernidade. O que a *intelligentsia* propôs foi, precisamente, um alargamento da modernização às esferas sociais e políticas, assumindo para si o papel moral de liderança

na luta pela concretização das ideias de mudança que articulava como sendo representativas da ‘vontade do povo russo’. Este(s) programa(s) de modernização que decorriam em paralelo ao oficial vieram acentuar as contradições que coabitavam no cenário social e político russo — os seus elementos tradicionais e modernos, os seus atrasos e avanços, os dois mundos cuja colisão parecia inevitável — e motivar a utilização do processo de modernização como forma de preservar a tradição, pela parte da aristocracia, e como forma de preservar a Autocracia, pela parte do governo. No entanto, as tentativas de preservar a ordem tradicional nem sempre marcaram uma convergência entre a aristocracia e o governo. Enquanto o governo recorria aos métodos de *ancien régime* que enunciámos ao longo deste estudo e, sobretudo, à onipotência do Czar, a aristocracia recorria a métodos *modernos*, como já referimos, entrando, por isso, em oposição não só em relação à *intelligentsia* quanto à defesa do privilégio, como em oposição ao governo, na sua incapacidade de preservar os elementos tradicionais que incorporavam o privilégio da aristocracia. Esta insistência na preservação da tradição explica porque razão a aristocracia nunca se opôs nem protestou contra o regime autocrático (mas sim, contra o governo e as suas iniciativas), pelo menos até 1914. A Autocracia era, pois, a base da ordem tradicional. Explica, também, a ‘adaptação criativa’ (Becker 1985) da aristocracia aos programas de modernização: apesar de todos os revezes sofridos nos seus privilégios tradicionais e de todas ameaças à sua posição enquanto elite política e social, a aristocracia reagiu aos desafios da modernidade com respostas modernas, aproveitando o carácter conservador, anti-liberal e hierárquico da sociedade (Mayer 2010) para legitimar uma liderança nobre e para preservar o seu poder e influência sobre a política, sobre a oposição e sobre os seus agentes e actores. A aristocracia e a *intelligentsia* responderam à modernidade de formas diferentes, é certo, mas os seus discursos e fontes de legitimação partiam da mesma premissa da ‘liderança dos melhores’ — dos mais aptos a liderar — e, talvez mais importante do que isso, partiam do mesmo princípio: de que algum tipo de modernização social e política era necessária para garantir a manutenção ou realização dos seus interesses. O aproveitamento da modernização, ora sob a forma de propostas de mudança ora sob a forma de críticas, muitas vezes isolou tanto a aristocracia como a *intelligentsia* nos seus valores e doutrinas, mas evidenciou a emergência de um debate iminentemente *moderno*. Os termos deste diálogo entre a aristocracia e a *intelligentsia* na construção das suas ideias e ideologias punham igualmente uma ameaça à Autocracia, precisamente devido à sua modernidade e por serem definidos em espaços e por meios que dificilmente eram totalmente controlados

ou, sequer, controláveis. Tal criou um desfasamento entre o regime e tanto a sua oposição como a sua elite leal. De forma a proteger a Autocracia, o governo afastava-se completamente desses diálogos acerca da modernização política e social e dos termos modernos em que estes decorriam.

Estas considerações evidenciam dois elementos de extrema importância para a nossa resposta à pergunta de investigação. Primeiro, a aristocracia não estava em processo de declínio, ao contrário do que alguma literatura aponta, porque se alargamos o foco para além da sua investigação enquanto classe, ou seja, enquanto detentora do poder económico e de fontes de rendimento tradicionais (poder, esse, que, de facto, sofreu algumas alterações e passou a ser gradualmente partilhado), constatamos que a aristocracia continuou a deter influência e poder social, político e cultural sobre todo o sistema e sociedade. Os seus discursos elitistas, mesmo que adaptados pela *intelligentsia*, permaneceram; a estrutura da sociedade permaneceu como hierárquica e a aristocracia enquanto elite social tradicional continuou a dominá-la; para além disso, os aristocratas continuaram a ter enorme influência na esfera política, na feitura e implementação de leis e reformas e na estipulação da agenda política, tanto antes como durante a Monarquia Constitucional. O facto de a aristocracia ter visto a legitimidade da sua liderança e domínio questionada pela *intelligentsia*, que pretendia substituí-la como elite, não significa, então, que a aristocracia estivesse em declínio, mas, antes, que esta se adaptou a uma sociedade em mudança, recorrendo a inúmeras estratégias *modernas* para empreender uma ‘remobilização’ da velha ordem em clara oposição à *intelligentsia*, mas também, em parte, ao governo. Esta indecisão dos aristocratas entre defender a Autocracia enquanto base de toda uma ordem tradicional à qual pertenciam e legitimar-se enquanto grupo de poder numa sociedade em rápida transformação foi, do nosso ponto de vista, dos mais importantes elementos para o declínio imperial.

Segundo, o declínio do império russo, entendido como a perda gradual de poder e dos meios de controlo sobre o território e a população, está intimamente ligado a todas as dinâmicas supramencionadas, porque “durante centenas de anos, os czares russos tinham dependido da nobreza para manter a ordem”²⁸⁷. Porém, apesar de a aristocracia não estar em declínio quanto às mais importantes esferas do seu poder, certo é que encontrara na *intelligentsia* um competidor que, embora actuasse nas estruturas e arenas que a aristocracia dominava e adaptasse ideias e discursos com uma base aristocrática,

²⁸⁷ D. Smith (2013). *Gente do Passado — Os Últimos Dias da Aristocracia Russa*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, p. 34.

questionava a sua legitimidade enquanto elite e propunha uma nova liderança moral ‘aristocrática’ da qual o grupo tradicional não figurava. Por outro lado, o governo tinha ameaçado ao longo do século XIX o estatuto da aristocracia com o seu programa de modernização, o que a motivara a unir-se internamente na aurora do século XX, uma vez que a Coroa já mostrara que era capaz de reconfigurar a sociedade para os seus propósitos, sem atentar às consequências que tal pudesse ter para a aristocracia no seu todo e ignorando que era dela que dependia, em larga medida, a protecção da Autocracia.

Assim sendo, confirma-se a nossa primeira hipótese de trabalho: o processo de modernização gerou a necessidade de respostas de persistência por parte da aristocracia, tal como de oposição por parte da *intelligentsia* face às mesmas, e a forma como ambas interagiram perante este processo influenciou o declínio do império. Defendemos que, embora o poder da aristocracia não fosse, de facto, homogéneo e a oposição da *intelligentsia* não fosse coesa nas suas estratégias e nas suas propostas de mudança, as reacções de ambos os grupos aos programas de modernização e as suas interacções durante o período estudado influenciaram, por tudo o que foi exposto, o processo de declínio imperial. Se os programas dos grupos mais radicais teriam maior relevância numa lógica de colapso imperial, é algo que deixamos em aberto para estudos futuros; porém, no processo de declínio do império, as questões da persistência de elementos tradicionais num contexto de modernização sujeita a diferentes programas — o oficial e o marginal — foram, sem dúvida, as protagonistas, promovendo debates que saíram do controlo do governo e da administração e motivando acções e reacções que enfraqueceriam o império ao pôr em perigo o seu sistema autocrático.

Muito mais poderia ser dito sobre este tema, não só pela sua complexidade, mas também pelos seus legados culturais. Como diria Winston Churchill, numa transmissão da BBC a 1 de Outubro de 1939, referindo-se à Rússia: *it is a riddle wrapped in a mystery inside an enigma*. Mas, como acrescenta de seguida, talvez haja uma chave para este mistério. Há certamente várias chaves: elas podem ser encontradas tanto quando viajamos nas páginas de um dos romances dos escritores russos como quando mergulhamos nos documentos oficiais.

Esta análise pretendia, pois, formular novas questões que, de alguma forma, contribuíssem para a problematização e compreensão da Rússia de outrora, que tanto influencia o que é a Rússia de hoje e o que se pensa dela. Convivemos com a realidade e com o mito de uma nova Rússia que, tal como apontado por Cars (2015), tanto deve à antiga. Precisamente por a História não ser linear, no obituário do império russo dever-

se-ia ler mais do que uma revolução — há toda uma história de tensão entre a modernidade e a tradição, entre mudança e persistência, entre ruptura e continuidade, que não deve constituir um mero prólogo.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Pedro Tavares de. 1991. *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel.
- Anderson, Benedict. 2003. *Imagined Communities — Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London and New York: Verso.
- Bartlett, Rosamund. 2006. “Russian Culture: 1801-1917”. In *The Cambridge History of Russia, Volume II: Imperial Russia 1689-1917*, ed. Dominic Lieven, Cambridge and New York: Cambridge University Press, 92-115.
- Becker, Seymour. 1985. *Nobility and Privilege in Late Imperial Russia*. Illinois: Northern Illinois University Press.
- Bendix, Reinhard. 1980. *Kings or People — Power and the Mandate to Rule*. California: University of California Press.
- Berlin, Isaiah. 1955. “A Marvelous Decade”. *Encounter*, 4 (6): 27-39.
- Berlin, Isaiah. 1994. *Russian Thinkers*. London: Penguin Books.
- Blanning, T.C.W. (ed.) 1996. *The Oxford Illustrated History of Modern Europe*. Oxford and New York: Oxford University Press.
- Blum, Jerome. 1978. *The End of Old Order in Rural Europe*. New Jersey: Princeton University Press.
- Blum, Jerome *et al.* 1967. *The European World Since 1815: Triumph and Transition*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Borisova, Tatiana. 2012. “The Digest of Laws of the Russian Empire: The Phenomenon of Autocratic Legality”. *Law and History Review*. 30 (3): 901-925.

- Bottomore, Tom. 2003. *Élites and Society*. London and New York: Routledge.
- Bugaeva, S. e Kozlova, A. 2007. “Svod Zakonov Rossiiskoi Imperii v XIX — natshale XX vv. kak istoritsheckii istotshnik”. Apresentado na Conferência *Dokumente. Arkiv. Istoriia.Sovremennoe*, Ekaterinburg. http://elar.urfu.ru/bitstream/10995/30640/1/dais_08_31.pdf (22 de Janeiro de 2016).
- Canal, Jordi. 2015. “Presentación. El historiador y las novelas”. *Ayer* 97/2015 (1): 13-23.
- Cars, Jean des. 2015. *La Saga des Romanov*. Paris: Perrin.
- Carter, Miranda. 2010. *Os Três Imperadores — Três Primos, Três Impérios e o Caminho para a Primeira Guerra Mundial*. Alfragide: Texto Editores.
- Cartledge, Bryan. 2011. *The Will to Survive – A History of Hungary*. Oxford and New York: Oxford University Press.
- Clark, Christopher. 2014. *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914*. New York: Harper Perennial.
- Coleman, Fred. 1997. *The Decline and Fall of Soviet Empire: Forty Years that Shook the World, From Stalin to Yeltsin*. New York: St. Martin’s Griffin.
- Confino, Michael. 1993. “À propos de la notion de service dans la noblesse russe aux XVIIIe et XIXe siècles”. *Cahiers du monde russe et soviétique* 34 (1-2): 47-58.
- Confino, Michael. 1972. “On Intellectuals and Intellectual Traditions in Eighteenth- and Nineteenth-Century Russia”. *Daedalus* 101 (2): 117-149.
- Conroy, Mary Schaeffer (ed.) 1998. *Emerging Democracy in Imperial Russia: Case Studies on Local Self-Government (The Zemstvos), State Duma Elections, the Tsarist Government, and the State Council before and during World War I*. Niwot: University Press of Colorado.

Crawford, Neta C. 2006. "How Previous Ideas Affect Later Ideas". In *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*, eds. Robert E. Goodin and Charles Tilly. Oxford and New York: Oxford University Press, 266-283.

Dahl, Robert A. 1958. "A Critique of the Ruling Elite Model." *The American Political Science Review* 52(2): 463-69.

Daly, Jonathan. 1999. "The Security Police and Politics in Late Imperial Russia". In *Russia Under the Last Tsar — Opposition and Subversion, 1894-1917*, ed. Anna Geifman. Oxford and Massachusetts: Blackwell, 217-240.

Davies, Norman. 1997. *Europe: A History*. London: Pimlico.

Della Porta, Donatella; Diani, Mario. 2006. *Social Movements — An Introduction*. Malden and Oxford: Blackwell Publishing.

Dubina, Vera. 2008. "The 'Distinction': Russian Nobility and Russian Elites in the European Context (the 18th-19th Century)". *Social Evolution and History*, 7(2): 80-100.

Dukes, Paul. 1998. *A History of Russia — c. 882-1996*. London: Macmillan Press.

Eco, Umberto. 2006. *On Literature*. London: Vintage Books.

Eisenstadt, S.N. 2007. *Múltiplas Modernidades*. Lisboa: Livros Horizonte.

Eisenstadt, S.N. 2000. "Multiple Modernities". *Daedalus* 129 (1): 1-29.

Ertl, Alan W. 2008. *Toward an Understanding of Europe: A Political Economic Précis of Continental Integration*. Boca Raton, FL: Universal Publishers.

Fernandes, Tiago. 2014. *A Sociedade Civil*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Figes, Orlando. 2002. *Natasha's Dance — A Cultural History of Russia*. New York:

Metropolitan Books.

Figes, Orlando. 2014. *Revolutionary Russia, 1891-1991*. London: Pelican Books.

Gerwarth, Robert; Manela, Erez. 2014. *Impérios em Guerra 1911-1923*. Lisboa: D. Quixote.

Gibbon, Edward. 2013. *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, Vols. 1-6. Harrington, DE: Delmarva Publications.

Goldenweiser, E.A. 1914. "The Russian Duma". *Political Science Quarterly*, 29 (3): 408-422.

Header, Harry. 1988. *Europe in the Nineteenth Century, 1830-1880*. London and New York: Longman.

Hobsbawm, Eric. 2000. *Nations and Nationalism since 1780 — Programme, myth, reality*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence. 2003. *The Invention of Tradition*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Hosking, Geoffrey. 1998. *Russia — People and Empire, 1552-1917*. London: Fontana Press.

Hosking, Geoffrey. 1973. *The Russian Constitutional Experiment: Government and Duma, 1907-1914*. London: Cambridge University Press.

Hutchinson, John F. 1999. *Late Imperial Russia, 1890-1917*. London and New York: Longman.

Jones, Malcolm V.; Miller, Robin Feuer (eds.). 1998. *The Cambridge Companion to the Classic Russian Novel*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Kassow, Samuel D.; West, James L.; Clowes, Edith W. 1991. "Introduction: The Problem of the Middle in Late Imperial Russian Society". In *Between Tsar and People — Educated Society and the Quest for Public Identity in Late Imperial Russia*, eds. Edith W. Clowes, Samuel D. Kassow and James L. West. Princeton, NJ: Princeton University Press, 3-14.

Kochetkova, Inna. 2010. *The Myth of the Russian Intelligentsia — Old Intellectuals in the New Russia*. London and New York: Routledge.

Kodan, Sergei Vladimirovich. 2007. "Svod Zakonov Rossiskoi Imperii. Mesto i role v razvitii iuridicheskoy tekhniki i sistematizatsii zakonodatelstva v Rossii v XIX — natshale XX veka". *Iuriditsheskaia Teknika* 1(2007): 178-191.

Korros, Alexandra S. 2003. *A Reluctant Parliament: Stolypin, Nationalism, and the Politics of the Russian Imperial State Council, 1906-1911*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.

Korros, Alexandra S. 1998. "Nationalist Politics in the Russian Imperial State Council: Forming a New Majority 1909-1910". In *Emerging Democracy in Imperial Russia: Case Studies on Local Self-Government (The Zemstvos), State Duma Elections, the Tsarist Government, and the State Council before and during World War I*, ed. Mary Schaeffer Conroy. Niwot: University Press of Colorado.

Lieven, Dominic. 2001. *Empire — The Russian Empire and Its Rivals*. New Haven and London: Yale University Press.

Lieven, Dominic. 2009. *Russia Against Napoleon — The Battle for Europe, 1807 to 1814*. London: Penguin Books.

Lieven, Dominic. 1990. *Russia's Rulers Under the Old Regime*. New Haven and London: Yale University Press.

Lieven, Dominic. 1992. *The Aristocracy in Europe, 1815-1917*. London: Macmillan Press.

Lieven, Dominic (ed.). 2006. *The Cambridge History of Russia, Volume II: Imperial Russia 1689-1917*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Lieven, Dominic. 2015. *The End of Tsarist Russia — World War I and the March to Revolution*. New York: Viking Press.

Lieven, Dominic. 2012. “Tolstoy on War, Russia, and Empire”. In *Tolstoy on War — Narrative Art and Historical Truth in “War and Peace”*, eds. Rick McPeak and Donna Tussing Orwin. New York: Cornell University Press, 12-25.

Linz, Juan. 2015. “As Transições para a Democracia”. In *Autoritarismo e Democracia*, eds. Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto. Lisboa: Livros Horizonte, 101-128.

Lust, Kersti. 2008. “Kiselev’s Reforms of State Peasants: The Baltic Perspective”. *Journal of Baltic Studies*. 39 (1): 57-71.

Maier, Charles S. 2006. *Among Empires: America’s Ascendancy and its Predecessors*. Cambridge MA: Harvard University Press.

Mayer, Arno. 2010. *The Persistence of the Old Regime — Europe to the Great War*. London and New York: Verso.

McCaffray, Susan P., Melancon, Michael (eds.). 2005. *Russia in the European Context 1789-1914*. New York: Palgrave Macmillan.

Miller, Alexei. 2008. *The Romanov Empire and Nationalism*. Budapest and New York: CEU Press.

Moore, Barrington. 1966. *Social Origins of Dictatorship and Democracy — Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press.

Morison, John. 1999. “The State Duma: A Political Experiment”. In *Russia Under the*

Last Tsar — Opposition and Subversion, 1894-1917, ed. Anna Geifman. Oxford and Massachusetts: Blackwell, 137-152.

Moser, Charles A. 1996. *The Cambridge History of Russian Literature*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Mosse, W.E. 1979 "Aspects of Tsarist Bureaucracy: Recruitment to the Imperial State Council 1855-1914". *The Slavonic and East European Review*, 57 (2): 240-55.

Nabokov, Vladimir. 1981. *Lectures on Russian Literature*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.

Offord, Derek. 1999. *Nineteenth-Century Russia — Opposition to Autocracy*. Essex: Pearson Education Limited.

Owen, Thomas C. 1991. "Impediments to a Bourgeois Consciousness in Russia 1880-1905: The Estate Structure, Ethnic Diversity, and Economic Regionalism". In *Between Tsar and People — Educated Society and the Quest for Public Identity in Late Imperial Russia*, eds. Edith W. Clowes, Samuel D. Kassow and James L. West. Princeton, NJ: Princeton University Press, 75-89.

Pareto, Vilfredo. 1935. *The Mind and Society*, Vols. III-IV. New York: Harcourt, Brace & Co.

Parry, Geraint. 2005. *Political Elites*. Colchester: ECPR Press.

Pipes, Richard. 1995. *Russia Under the Old Regime*. London: Penguin Books.

Platt, Len. 2001. *Aristocracies of Fiction — The Idea of Aristocracy in Late-Nineteenth-Century and Early-Twentieth-Century Literary Culture*. Connecticut and London: Greenwood Press.

Polunov, Alexander. 2005. *Russia in the Nineteenth Century*. New York: M.E. Sharpe.

Raeff, Marc. 1969. *Michael Speransky — Statesman of Imperial Russia, 1772-1839*.

The Hague: Martinus Nijhoff.

Raeff, Marc. 1966. *Origins of the Russian Intelligentsia — The Eighteenth-Century Nobility*. Florida: Harcourt Brace & Company.

Raeff, Marc. 1984. *Understanding Imperial Russia*. New York and Guildford: Columbia University Press.

Rendle, Matthew. 2010. *Defenders of the Motherland — The Tsarist Elite in Revolutionary Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press.

Riasanovsky, Nicholas V. 1972. *A History of Russia*. Oxford and New York: Oxford University Press.

Riasanosvky, Nicholas. 1974. *Nicholas I and Official Nationality in Russia, 1825-1855*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.

Rogger, Hans. 1966. "Russia in 1914". *Journal of Contemporary History*, 1(4): 95-119.

Rosenberg, Hans. 1966. *Bureaucracy, Aristocracy, and Autocracy — The Prussian Experience 1660-1815*. Boston, MA: Beacon Press.

Rueschemeyer, Dietrich. 2006. "Why and How Ideas Matter". In *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*, eds. Robert E. Goodin and Charles Tilly. Oxford and New York: Oxford University Press, 227-251.

Sablinsky, Walter. 2014. *The Road to Bloody Sunday: The Role of Father Gapon and the Petersburg Massacre of 1905*. New Jersey: Princeton University Press.

Sanborn, Joshua. 2014. "Capítulo 5: O Império Russo". In *Impérios em Guerra 1911-1923*, eds. Robert Gerwarth e Erez Manela. Lisboa: D. Quixote, p. 185

Schwanitz, Dietrich. 2012. *Cultura – Tudo o que é preciso saber*. Alfragide: D. Quixote.

Service, Robert. 2009. *A History of Modern Russia — From Tsarism to the Twenty-First Century*. Cambridge and Massachusetts: Harvard University Press.

Service, Robert. 2009. *The Russian Revolution, 1900-1927*. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan.

Simms, Brendan. 2014. *Europe — The Struggle for Supremacy, 1453 to the Present*. London: Penguin Books.

Skocpol, Theda. 1988. *States and Social Revolutions — A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Skocpol, Theda (ed.). 1995. *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

Smith, Anthony D. 1988. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell.

Smith, C. Jay. 1958. "The Russian Third State Duma: an Analytical Profile" *Russian Review*, 17 (3): 201-210.

Smith, Douglas. *Gente do Passado – Os Últimos Dias da Aristocracia Russa*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

Tilly, Charles. 1990. *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990*. Oxford: Blackwell.

Tilly, Charles. 1985. "War Making and State Making as Organized Crime". In *Bringing the State Back In*, eds. Peter B. Evans, Dietrich Rueschmeyer and Theda Skocpol. Cambridge: Cambridge University Press, 169-191.

Wagner, William G. 1991. "Ideology, Identity, and the Emergence of a Middle Class". In *Between Tsar and People — Educated Society and the Quest for Public Identity in Late Imperial Russia*, eds. Edith W. Clowes, Samuel D. Kassow and James L. West. Princeton, NJ: Princeton University Press, 149-163.

Waldron, Peter. 1997. *The End of Imperial Russia, 1855-1917*. London: Macmillan Press.

Walkowitz, Judith R. 2003. "London in the 1880s". In *Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, ed. Katherine B. Linehan. New York and London: W.W. Norton & Company, 141-145.

Walsh, Warren B. 1979. "Changing Perceptions of the State Duma: Some Personal Retrospections", *Russian Review*, 38 (3): 339-47.

Walsh, Warren B. 1949. "The Composition of the Dumas". *Russian Review*, 8 (2): 111-116.

Weber, Max. 2004. *The Vocation Lectures*. Indianapolis and Cambridge: Hackett Publishing Company.

Weeks, Theodore R. 2006. "Managing Empire: tsarist nationalities policy". In *The Cambridge History of Russia, Volume II: Imperial Russia 1689-1917*, ed. Dominic Lieven. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 27-44.

Wirtschafter, Elise Kimerling. 1994. *Structures of Society — Imperial Russia's "People of Various Ranks"*. Illinois: Northern Illinois University Press.

Wood, Alan. 2003. *The Origins of the Russian Revolution 1861-1917*. London and New York: Routledge.

Legislação

Rossiskoi Imperii. 1857. *Svod Zakonov Rossiskoi Imperii — Tom pervii, Tshaste I*. Sanktpeterburge: Ve Tipografii Vtorava Otdeleniia Sobstvennoi Evo Imperatorskavo Velitshestva Kantseliarii.

Correspondência

Christian, R.F. (ed.) 1978. *Tolstoy's Letters, Volume II: 1880-1910*. London: Athlone Press.

Lowe, David Allan (ed.) *Turgenev Letters, Vol. 2*. New York: Ardis.

Tolstoy, Leo. 1922. *Essays and Letters*. London: Humphrey Milford, Oxford University Press.

Obras Literárias

Dickens, Charles. 1960. *Duas Cidades, Um Amor*. Lisboa: Romano Torres.

Dostoevsky, Fyodor. 2009. *Devils*. Hertfordshire: Wordsworth Classics [Data da primeira publicação: 1872].

Dostoiévski, Fiódor, 2014. *Crime e Castigo*. Barcarena: Editorial Presença [Data da primeira publicação: 1866].

Dostoiévski, Fiódor. 2008. *Humilhados e Ofendidos*. Barcarena: Editorial Presença [Data da primeira publicação: 1861].

Dostoiévski, Fiódor. 1965. *Obras Completas, Vol. II*. Lisboa: Editora Arcádia.

Gógol, Nikolai. 2002. *Almas Mortas*. Lisboa: Assírio & Alvim [Data da primeira publicação: 1842].

Gógol, Nikolai. 2007. “Avenida Néviski”. *Contos de São Petersburgo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 19-69 [Data da primeira publicação: 1834].

Gógol, Nikolai. 2007. “O Capote”. *Contos de São Petersburgo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 243-285 [Data da primeira publicação: 1842].

Kundera, Milan. 1986. *A Insustentável Leveza do Ser*, Lisboa: Círculo de Leitores.

Tolstoi, Leão. 1943. *Guerra e Paz*. Vols. I-III. Lisboa: Editorial Inquérito.

Tolstoi, Leão. 1973. *Ressurreição*. Barcelos: Companhia Editora do Minho [Data da primeira publicação: 1899].

Tolstói, Lev. 2010. *A Sonata de Kreutzer*. Lisboa: Biblioteca editores Independentes.

Tolstói, Lev. 2015. *Contos de Guerra*. Lisboa: Relógio D'Água [Data da primeira publicação: 1855].

Tolstoi, Lev. 1953. *Obra Completa*, Vol. 53. Moscovo/Толстой Л. Н. Полн. собр. соч., т. 53. М., 1953.

Tolstói, Lev. 2008. *O Diabo e Outros Contos*. Lisboa: Relógio D'Água.

Tolstoy, Leo. 2010. *Anna Karenina*. London: Penguin Books [Data da primeira publicação: 1873-7].

Tolstoy, Leo. 2012. *The Cossacks and Other Early Stories*. Hertfordshire: Wordsworth Classics [Data da primeira publicação: 1856-63].

Tolstoy, Leo. 2006. *War and Peace*. London: Penguin Books [Data da primeira publicação: 1869].

Tolstoy, Lev. 1996. *What is Art?*. Indianapolis and Cambridge: Hackett Publishing Company [Data da primeira publicação: 1896].

Turgenev, Ivan. 1995. *Fathers and Sons*. New York and London: W.W. Norton and Company [Data da primeira publicação: 1862].

Turguénev, Ivan. 2010. *Cadernos de Um Caçador*. Lisboa: Relógio D'Água [Data da primeira publicação: 1852].

Turguénev, Ivan. 2008. *O Primeiro Amor*. Lisboa: Relógio D'Água [Data da primeira publicação: 1860].

Turguénev, Ivan. 2010. *Pais e Filhos*. Lisboa: Relógio D'Água.

Wilde, Oscar. 2007. "The Preface". In *The Picture of Dorian Gray*, ed. Michael Patrick Gillespie. New York and London: W.W. Norton & Company.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Posse de Servos pela Nobreza proprietária de terras	66
Tabela 2. Nobreza Proprietária de terras 1861-1895	67
Tabela 3. Composição Social dos Estudantes nas Escolas Secundárias Russas 1853-1885 (em percentagem)	71
Tabela 4. Origem Social dos Estudantes Universitários Russos 1880-1895 (em percentagem)	76
Tabela 5. As Convocações da Duma	103
Tabela 6. A Burocratização do Conselho de Estado	111